



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

DENISE SILVESTRIN

**O VÍNCULO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O  
CENTRO DE FLORIANÓPOLIS**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ariane Kuhnen

Florianópolis, SC  
2019



DENISE SILVESTRIN

**O VÍNCULO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O  
CENTRO DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ariane Kuhnen

Florianópolis, SC  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silvestrin, Denise

O vínculo das pessoas em situação de rua com o  
centro de Florianópolis / Denise Silvestrin ;  
orientadora, Ariane Kuhnen, 2019.  
138 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

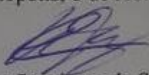
1. Psicologia. 2. Apego ao lugar. 3. Pessoas em  
situação de rua. 4. Espaço urbano. 5. Psicologia  
ambiental. I. Kuhnen, Ariane. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia. III. Título.

**DENISE SILVESTRIN**

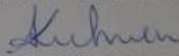
**O VÍNCULO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O  
CENTRO DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

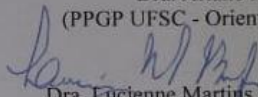
Florianópolis, 8 de Abril de 2019.



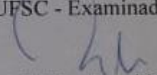
Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes  
(Coordenador - PPGP/UFSC)



Dra. Ariane Kuhnen  
(PPGP UFSC - Orientadora)



Dra. Lucienne Martins Borges  
(PPGP UFSC - Examinadora Interna)



Dra. Maira Longhinotti Felippe  
(PósARQ UFSC - Examinadora Externa)

Dra. Ana Lucia Mandelli de Marsillac  
(PPGP UFSC - Examinadora Suplente Interna)

Dra. Maristela Moraes de Almeida  
(PósARQ UFSC - Examinadora Suplente Externa)



“Qual é a sua estrada, homem? - A estrada do místico, a estrada do louco, a estrada do arco-íris, a estrada dos peixes, qualquer estrada... Há sempre uma estrada em qualquer lugar, para qualquer pessoa, em qualquer circunstância”.

Jack Kerouac - On the Road





## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Ariane Kuhnen, primeiramente pela oportunidade que me deu e também pelo respeito ao meu fluxo de trabalho, às minhas ideias, ao incentivo à liberdade e por ser a responsável por tantos encontros maravilhosos que pude ter nestes dois anos do mestrado. Gratidão pela sensibilidade e apoio!

Agradeço ao meu pai, com quem minha comunicação sempre fluiu somente com o olhar. Agradeço à minha mãe, a maior responsável por todas as oportunidades que pude me abrir e por cuidar da nossa família da melhor forma que conseguiu. Todo amor que pulsa em mim e que compartilho com o mundo foi vocês que plantaram e adubaram.

Agradeço à minha irmã, Deisi, por ter cuidado de mim do jeito que soube e principalmente pela possibilidade de amar dois presentinhos chamados Júlia e Carlos - meus sobrinhos. A eles, agradeço por não me deixarem levar tudo tão a sério, por serem abraços e carinhos e por falarem comigo ao telefone nos dias mais difíceis.

Agradeço à Máira Longhinotti Felipe, um exemplo ético de quem eu quero me tornar um dia. Gratidão infinita pela companhia desde minha chegada ao LAPAM, por me ensinar tanto sobre a Psicologia Ambiental, bondade e pureza e por me levar junto no seu próprio caminho espiritual.

Agradeço ao Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, em especial aos seus representantes André Schafer e Daniel Paz. Obrigada por terem me acolhido tão bem nas rotinas de vocês, por me fazerem sentir a rua pulsar e por não desistirem da luta. Como aprendo com vocês e com todos aqueles que conheci nas praças e calçadas da vida!

Agradeço ao meu mestre espiritual, Lama Padma Samten, e todos os mestres que vieram antes dele, bem como a todas as pessoas que seu nome me fez conhecer. Agradeço especialmente ao Hector, que com seu acolhimento, humildade e lucidez me ajudou a reconhecer tanta força em mim. Que vocês continuem gerando benefícios para todos os seres!

Agradeço aos colegas e amigos do Laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC, citando especialmente Ariane, Máira, Camila, Bianca, Natanna, Loredanna, Marcella, Hallana, Bettieli e Bruna, que acompanharam mais de perto meus passos nestes anos, dando apoio, carinho e tornando a vida acadêmica mais leve e amigável. Gratidão!

Agradeço ao Neilor Colombo dal Pont e ao Vinícius Zunino, grandes amigos e meus atuais companheiros de apartamento. Obrigada por me ensinarem tanto sobre foco, respeito, trabalho duro e pausas

necessárias. Obrigada por cuidarem de mim em tantos momentos também. Fico feliz em amadurecer acompanhada por vocês!

Agradeço à Bianca Tribéss, que às vezes é minha filha, às vezes minha mãe e sempre é uma amiga incrível. Desde que nos conhecemos em lugares improváveis nossos caminhos fluem entrelaçados. Que importante foi para mim ter encontrado você! Também agradeço por todo apoio que você me deu no processo de construção da dissertação, pela transcrição das entrevistas e sugestões de mudanças no texto.

Agradeço à Liandra Savanhago, amiga que fiz nos primeiros dias de graduação e alguém com quem cresci muito nesses anos todos de UFSC. Obrigada pela companhia e apoio, pelas discussões psicológicas, políticas, filosóficas, aleatórias...

Agradeço à Patrícia Albanes, também amiga desde os primeiros dias da graduação, com quem cada encontro permite que eu me reconecte um pouco mais comigo mesma. Gratidão por compartilhar comigo a tua e aceitar a minha solidão. Que a gente siga, sem perder a profundidade e a sensibilidade, em busca das levezas dos nossos seres.

Agradeço à Camila Klein, meu “time” nos estudos sobre espaço urbano. Gratidão por todo conhecimento compartilhado, por teu carinho, paciência, apoio, rock n’ roll e energia vibrante.

Agradeço à Tatiane Santana Fuggi, que foi minha supervisora no Estágio do Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos. Gratidão pela sensibilidade que me ensinou a tratar dos assuntos difíceis, por ter me inserido nos “mocós<sup>1</sup>” da rua e pelos braços abertos que sempre me acolheram.

Agradeço ao amigo Rafael Machado Ramblas pelo grande apoio e incentivo de sempre. Também por me fazer sentir que as partes escuras da jornada não são necessariamente solitárias e sem graça.

Agradeço à Psicóloga Elisa Ferreira, que me acompanha da qualificação do projeto da dissertação até os dias atuais. Obrigada por me proporcionar viver tantas experiências de modo intenso e seguro. Por ser contato, encontro, afeto! Também agradeço à Psicóloga Mara Rúbia Almeida, que me acompanhou nos tempos finais da graduação e na época em que decidi fazer o processo seletivo da pós-graduação. Serei muito feliz se eu puder fazer pelas pessoas o que vocês fizeram por mim. Gratidão imensa!

Aos amigos Márcio Moura Bridon Júnior, João Guilherme Morais Rosa, Mariana Bittencourt de los Santos, Thales Pinheiro Cruz,

---

<sup>1</sup> Mocó é como são chamados os lugares que as pessoas em situação de rua moram.

Natássia Aldana, Eduarda Floriani, Thaina Andrea, Saul Boulineau Bicca, Katiane Furlanetto Brustolon, Marcos Aurélio Paes Soares, Macielli Matsunaga Maciel, Andrey Kuhn Sangaletti, Artur Cipriani, Hiago Murilo de Melo... Obrigada por existirem e caminharem ao meu lado nos últimos anos!

Há também aqueles que caminham comigo “desde sempre”, que são refúgio, diversão e companhia: Gabriel Brisot, Pedro Felipe Sordi Figueiredo, Pamella Galvão, Maurício Martelli, Gabriel Signorini, Patrícia Giachini, Ana Paula Cavazotto, Pricila Gollo, Nathália Becker de Santi. Obrigada pelo apoio e por tantos anos de amizade!

Agradeço aos Professores que marcaram minha vida e alimentam em mim um desejo grande de ser uma docente e pesquisadora tão inspiradora quanto vocês foram: Ariane Kuhnen, Angela Izabel Schillings, Emílio Takase, Daniela Ribeiro Schneider, Adriano Nuernberg, Hélder Lima Gusso, Daniela Karine Ramos, Olga Kubo Botomé Maria Sylvia Cardoso Carneiro, Renata Palandri, Narcir Nazario, Margarete Angonese Piaia...

Aos amigos da Psicoamor, turma com a qual me formei em 2016.1 e, em especial, aos amigos que seguiram comigo pelo PPGP/UFSC: Liandra, Patrícia, Larissa Paraventi, Gelson Panisson e Mariana Luíza Becker. Meus agradecimentos também aos colegas da turma do PPGP, que seguiram comigo nestes dois anos. Agradeço especialmente à Paola Nunes Goularte, Fernanda Schweitzer e Larissa Paraventi pelo apoio na fase final de escrita.

Agradeço à turma 2017-2020 da Formação em Gestalt-terapia da Comunidade Gestáltica. Gratidão por tantas experiências lindas, tanta entrega e tanto acolhimento nesse tempo em que estamos juntos.

Agradeço às minhas companheiras do estágio de docência da licenciatura em Psicologia, realizado durante o último ano de mestrado, e em especial Clarissa Venturieri e a Professora Ana Paola Sganderla, pelo carinho, suporte e pelas importantes discussões sobre os rumos da educação e o papel da docência.

Agradeço aos Professores, amigos e colegas dos laboratórios e grupos de pesquisas que participei durante a graduação por aspirarem construir uma sociedade melhor através do conhecimento e da ciência: Emílio Takase, Daniela Karine Ramos, Iúri Luna, Hiago Murilo de Melo, Natália Lorenzetti, Maiara Lopes Luz, Paola Barros Delben, Mariana Lopes Teixeira, Karen Teixeira.

Agradeço também à minha família e especialmente à vovó Gema Cavazotto - que sempre foi afeto e doçura - e aos meus tios, principalmente aqueles que deram suporte para minha família em

momentos bastante difíceis: Sidnei Silvestrin, Nelson Terribile, Magda Silvestrin, Fátima Silvestrin e Neiva Terribile. Agradeço também pelo carinho dos meus padrinhos Ari e Fátima Vivian.

Também agradeço aos artistas que participaram da minha formação humana com suas produções literárias, musicais e cinematográficas. Por me ajudarem a perceber que o mundo era maior do que eu enxergava, agradeço especialmente neste trabalho à Jack Kerouac, Allen Ginsberg, Charles Bukowski, Da Guedes, Bob Dylan, MV Bill e Eminem.

Por fim, agradeço a todos e todas os que de alguma forma cruzaram meu caminho e colaboraram para que essa pesquisa pudesse ser realizada e ao povo brasileiro pelo financiamento da educação pública e de qualidade que eu recebi.

Agradeço à CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

Silvestrin, Denise. **O vínculo das pessoas em situação de rua com o Centro de Florianópolis**. Florianópolis, 2019. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Orientadora: Dra. Ariane Kuhnen. Data da defesa: 08 de Abril de 2019.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender como as pessoas em situação de rua estabelecem vínculos com o Centro de Florianópolis, utilizando para isso o referencial teórico e epistemológico da Psicologia Ambiental e o conceito de Apego ao Lugar. O que a distingue das demais pesquisas que analisam o habitar a rua é seu esforço de concentrar-se sobre a relação entre pessoa e ambiente e, a partir daí, buscar compreender os laços de apego com o lugar, numa tentativa de transcender abordagens que foquem apenas nas pessoas em situação de rua ou apenas no espaço urbano. A justificativa deste estudo envolve a ampliação da compreensão do fenômeno, de modo a subsidiar a criação de políticas públicas e estratégias de promoção à saúde que se mostrem efetivas às verdadeiras necessidades da população em situação de rua. A pesquisa teve abordagem qualitativa e desenho etnográfico, com objetivos descritivos e exploratórios a partir das três características do apego ao lugar que envolvem a noção de apego funcional, apego simbólico e apego temporal. Foi aplicada a abordagem multimetodológica, com etapas que envolveram a utilização de instrumentos que capturaram dados relacionados aos vínculos e trajetórias das pessoas; seus relatos e histórias de vida; a aplicação de um questionário sociodemográfico; e os registros em diário de campo. Participaram da coleta treze pessoas, das quais oito eram do gênero masculino e cinco do gênero feminino. Para análise, utilizou-se a teoria fundamentada nos dados, que possibilitou a criação de três categorias. Os resultados confirmam a existência do apego ao lugar em pessoas em situação de rua e apontam para uma maior força nas dimensões simbólica e temporal do apego e uma maior fragilidade da dimensão funcional, por conta da dificuldade de suprir diversos fatores relacionados à qualidade de vida e promoção de saúde. Ressalta-se que a Psicologia Ambiental pode contribuir no campo teórico e prático dos estudos urbanos e possibilite o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de bem-estar das pessoas. Sugere-se a ampliação da infraestrutura dos serviços de atenção às pessoas em situação de rua e o envolvimento delas na elaboração dos projetos arquitetônicos e na definição das regras de uso do espaço.

**Palavras-chave:** Apego ao lugar. Pessoas em situação de rua. Espaço urbano. Psicologia ambiental.

Silvestrin, Denise. **The bond of the homeless with the Center of Florianópolis**. Florianópolis, 2019. Dissertação de Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

## **ABSTRACT**

The objective of this research was to understand how the homeless establish links with downtown Florianópolis, using for that the theoretical and epistemological reference of Environmental Psychology and the concept of Place Attachment. What distinguishes this work from other studies that analyze street living is the effort to focus on the relation between person and environment and from there seek to understand the ties of attachment with the place, in an attempt to transcend approaches that focus only on the homeless or only on urban space. The justification of this study involves extending the understanding of the phenomenon in order to subsidize the creation of public policies and health promotion strategies that are effective to meet the real needs of the street population. The research had a qualitative approach and ethnographic design, with descriptive and exploratory objectives based on the three characteristics of place attachment that involve the notion of functional attachment, symbolic attachment and temporal attachment. The multi-method approach was applied, with steps that involved the use of instruments that captured data related to people's links and paths; their stories and life stories; the application of a sociodemographic questionnaire; and field diary records. Thirteen people participated, being eight men and five women. For analysis, the Grounded Theory was used, allowing the creation of three categories. The results confirm the existence of the place attachment in homeless and lead to a greater strength in the symbolic and temporal dimensions of the attachment and a greater fragility of the functional dimension, due to the difficulty of supplying several factors related to the quality of life and health promotion. It is emphasized that Environmental Psychology can contribute in the theoretical and practical field of urban studies and enable the development of public policies and strategies for people's well-being. It is suggested to expand the infrastructure of the attention services to homeless and their involvement in the elaboration of the architectural projects and in the definition of the rules of use of the space.

**Keywords:** Place attachment. Homeless. Urban space. Environmental Psychology.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - Instituto Comunitário da Grande Florianópolis

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

MNPR/SC - Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina

ONG - Organização não-governamental

PL - Projeto de Lei



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Síntese do método e da análise em relação aos objetivos da pesquisa .....	60
<b>Figura 2</b> Imagem aérea do centro de Florianópolis .....	65
<b>Figura 3</b> Delimitação do Centro Histórico de Florianópolis .....	66
<b>Figura 4</b> Identificação das regiões escolhidas para dormir .....	68
<b>Figura 5</b> Identificação dos locais de vínculos.....	70
<b>Figura 6</b> Trajetos corriqueiros indicados pelos participantes .....	72
<b>Figura 7</b> Esquema de representação dos lugares preferidos .....	74
<b>Figura 8</b> Diagrama de representação das dimensões do apego ao lugar .....	79
<b>Figura 9</b> Porta de acesso ao Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos .	97
<b>Figura 10</b> Mosaico de Santa Catarina na Praça Tancredo Neves .....	97
<b>Figura 11</b> Totens de acesso ao Parque da Luz.....	98
<b>Figura 12</b> Campo de futebol usado para atividades de lazer no Parque da Luz.....	99
<b>Figura 13</b> Marquise do Clube Doze, Avenida Hercílio Luz.....	100
<b>Figura 14</b> Figueira da Praça XV de Novembro .....	100



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 <b>Organização dos artigos localizados na revisão de literatura</b> .....	41
Tabela 2 <b>Esquema de apresentação das etapas da pesquisa</b> .....	60
Tabela 3 <b>Caracterização dos participantes</b> .....	64
Tabela 4 <b>Frequência de escolha dos locais usados para dormir</b> .....	67
Tabela 5 <b>Frequência de uso dos locais citados por possuírem vínculos</b> .....	69
Tabela 6 <b>Trajetos corriqueiros indicados pelos participantes</b> .....	71
Tabela 7 <b>Lugares preferidos no Centro</b> .....	73
Tabela 8 <b>Evidências de apego ao lugar</b> .....	75
Tabela 9 <b>Organização das evidências conforme a dimensão em que estão inseridas</b> .....	77
Tabela 10 <b>Síntese das evidências de apego funcional</b> .....	80
Tabela 11 <b>Síntese das evidências de apego simbólico encontradas</b> .....	94
Tabela 12 <b>Síntese das evidências de apego temporal encontradas</b> . 103	
Tabela 13 <b>Sugestões de ações para beneficiar cada dimensão do apego ao lugar</b> .....	110



## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>25</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>29</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>35</b>
2.1 Objetivo geral .....	35
2.2 Objetivos específicos .....	35
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>37</b>
3.1 Teoria do apego ao lugar .....	37
<b>3.1.1 Revisão integrativa de literatura sobre apego ao lugar ...</b>	<b>40</b>
3.2 A questão urbana .....	45
3.3 Pessoas em situação de rua: o paradoxo da visibilidade .....	49
<b>4 MÉTODO</b> .....	<b>55</b>
4.1 Delineamento da pesquisa .....	55
4.2 Contexto da pesquisa .....	56
4.3 Participantes .....	56
4.4 Considerações Éticas .....	57
4.5 Etapas de coleta e análise dos dados .....	57
<b>4.5.1 Diário de campo</b> .....	<b>57</b>
<b>4.5.2 Etapa 1: Lugares de trajetos, lugares de estada e as percepções sobre a cidade</b> .....	<b>58</b>
<b>4.5.3 Etapa 2: Narrativas Ambientais e Caminhada pela Cidade</b> .....	<b>59</b>
<b>4.5.4 Etapa 3: Questionário sociodemográfico</b> .....	<b>60</b>
4.6 Análise de Dados .....	61
<b>5 RESULTADOS</b> .....	<b>63</b>
5.1 Caracterização dos participantes .....	63
5.2 Caracterização do campo da pesquisa .....	65
5.3 Caracterização dos locais de preferência indicados .....	67
5.4 Identificação dos lugares de preferência .....	73
5.5 Apresentação das categorias e subcategorias de análise .....	75
<b>6 DISCUSSÃO</b> .....	<b>79</b>

6.1	Apego ao lugar.....	79
6.2	Apego funcional na situação de rua .....	80
6.3	Apego simbólico na situação de rua .....	93
6.4	Apego temporal na situação de rua .....	103
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
<b>9</b>	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>127</b>
9.1	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido... .....	128
9.2	Apêndice B – Instrumento Centrado no Ambiente .....	132
9.3	Apêndice C – Questionário Sociodemográfico.....	134
<b>10</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>137</b>
10.1	Anexo A – Imagem do Parecer do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos .....	138



## PREFÁCIO

Esse trabalho terá um sentido diferente se o leitor conhecer mais as causas e condições envolvidas no processo de sua criação. Por isso, nesse breve prefácio será contado um pouco do caminho trilhado até o dia da defesa dessa dissertação.

Enquanto criança em minha cidade natal, bastante pequena e no interior de Santa Catarina, não tive muito contato com culturas e tradições diferentes daquela em que fui criada: de colonização italiana, com valores cristãos e conservadores. Mais tarde, entendi com Simmel (2005) que a vida na cidade pequena impõe ao singular, aos limites de movimento e de relações em direção ao exterior do seu contexto, da sua autonomia e diferenciação, onde todos são responsáveis por vigiar as realizações, a conduta da vida e a mentalidade dos outros indivíduos. No entanto, mesmo para ele, há sempre os que transgridem esse código de conduta, seja de uma forma mais ou menos hábil. A metáfora da cidade para Simmel (2005) é paradoxal, sendo um ponto que religa e a porta que fecha. Distância e proximidade, atração e repulsa, com relações complexas e imbricadas, onde o estranho e o estrangeiro desempenham um papel inegável nas interações sociais e servem de intermediários com a exterioridade, trazendo consigo as diversas formas de alteridade (Maffesoli, 2001).

Cresci num contexto familiar onde os patriarcas encontraram na bebida alcoólica uma forma, inicialmente autorizada, de dessensibilizar seus impulsos de errância e individualização. Na medida em que seu consumo aumentava compulsivamente, criava-se um paradoxo que os diferenciou do restante da cidade. Conviver tão afetuosamente com figuras estranhas aos costumes da minha comunidade gerou em mim um intenso gosto pelo diferente e desconhecido, que cresceu à medida que meu pai incentivava meus impulsos curiosos e meu interesse genuíno em conhecer mais sobre geografia e política. No entanto, o mesmo cenário que me instigava ir além também provocava conflitos internos, que colocaram em contradição, muitas vezes, os meus valores, meus sentimentos e desejos, fazendo com que mais tarde eu optasse por cursar a graduação em Psicologia – numa tentativa interna de compreender a mim mesma.

Durante meus cinco primeiros anos na Universidade Federal de Santa Catarina me envolvi com as mais diversas experiências proporcionadas pelo curso de Psicologia. Todas com bastante coerência e significado no meu processo de amadurecimento pessoal e profissional, mas uma delas teve uma repercussão intensa na minha

vida, que demorou alguns anos para que eu conseguisse assimilar a efervescência que provocou em mim: o estágio curricular da ênfase de Saúde e Processos Clínicos, que desenvolvi no Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos, sob orientação acadêmica da Professora Daniela Ribeiro Schneider e orientação local da Psicóloga Tatiane Santana Fuggi. Tratou-se de um estágio com uma proposta de compreender a promoção à saúde num contexto de clínica ampliada, no qual tive contato com usuários da Rede de Atenção Psicossocial, e em especial usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e com o Movimento das Pessoas em Situação de Rua de Santa Catarina (MPSR-SC).

Durante o estágio acompanhei as atividades e as lutas daqueles grupos contra a estigmatização que sofrem, contra a falta de acolhimento que dificulta seu acesso às políticas de saúde e assistência social e contra os retrocessos, que no ano de 2014 representavam uma tentativa de legalização da internação compulsória para pessoas em situação de rua no município de Florianópolis. Durante todo esse período e após seu término, sentia que minhas contribuições àquelas pessoas nunca seriam proporcionais às que elas provocaram na minha vida.

O que senti ao término deste estágio foi uma transformação interna que não tinha uma relação direta com o conhecimento teórico e prático adquirido, nem que poderia ser acessada racionalmente, mas nem por isso deixava de ser importante. Representou, para mim, um encontro, que na perspectiva do filósofo Martin Buber (1979), é um momento em que uma relação verdadeira, sem objetificação, produz uma modificação em seus “atores”. Para Buber encontro é o momento em que Eu e o Tu se transformam.

A intensidade da vida acadêmica continuou e, movida pelo amor pelo estudo e pela curiosidade, decidi cursar a pós-graduação. No entanto, não queria que esse momento representasse apenas um acúmulo de conhecimentos teóricos e metodológicos e busquei por um senso de significado que tornaram o caminho mais coerente. Após meses de reflexão, a decisão por ser orientada pela Professora Ariane Kuhnen, grande referência no campo da Psicologia Ambiental no Brasil, foi como abrir uma janela que eu nunca tinha notado a existência, mas pela qual o sol da manhã brilhava frescamente.

Desenvolver este estudo, então, não foi somente sintetizar os últimos anos em uma dissertação, mas se tratou de um intenso processo de emancipação psicológica, política e educacional. Envolveu a busca por uma formação humana sustentada pelo afeto e de uma formação

científica e acadêmica que respeite as diferenças. Sou imensamente grata à minha orientadora, Professora Ariane, por autorizar que as coisas tenham acontecido da forma como foram.

O resultado dessa pesquisa é uma tentativa de tradução para linguagem científica e acadêmica da vivência das pessoas em situação de rua em Florianópolis. Muitas coisas capturadas e analisadas criteriosamente aqui são faladas por elas constantemente, sem que sejam, porém, devidamente ouvidas.



## 1 INTRODUÇÃO

Para romper com a noção meramente geográfica da cidade, que delimita áreas de abrangência e considera apenas seus mapas, é necessário pensá-la a partir dos vínculos que nela se estabelecem, dos encontros e desencontros que proporciona. A cidade é tanto uma organização física como moral, pois está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que nela habitam. Lefebvre (2001) fala sobre as imagens da vida social e do espaço urbano, que se apresentam sob a forma de uma relação entre o simbolismo social e os elementos espaciais, numa ideia que as estruturas sociais são suscetíveis aos efeitos da organização espacial.

No contexto da produção de saúde, pensar no território é uma questão central, que se expressa em princípios e diretrizes das políticas de saúde e mostra-se importante no planejamento de ações locais da atenção básica e psicossocial. Pensar em uma lógica territorial é estabelecer uma relação de tempo e lugar com o contexto em que as ações são elaboradas e realizadas (Lima & Yasui, 2014). Milton Santos (2001) considera que o território engloba as características físicas de uma dada área e as marcas produzidas pelo homem. O referido autor aborda o território a partir de uma perspectiva paradoxal, visto que de um lado acolhe os vetores da globalização e de outro gera uma contraordem, produzindo pobres, excluídos e marginalizados. A compreensão que se tem é que há uma inseparabilidade entre a sociedade e o espaço geográfico, que faz a ideia de território transitar do político para o cultural, das fronteiras formais aos limites corporais e afetivos entre as pessoas.

Com suas aglomerações de carne e concreto, ao mesmo tempo em que figura como um ícone da criação humana, o espaço urbano também serve de palco para os problemas modernos como a superpopulação, exclusão social, violência, desemprego, solidão, poluição, dentre tantos outros. É no emaranhado das grandes cidades e metrópoles, composto pelas mais diversas situações, pessoas e organizações, que o fenômeno do habitar a rua acontece com mais intensidade e diversidade, pois é neste espaço que os sujeitos encontram maiores condições, não somente físicas, mas também de ordem social e cultural para o exercício da condição de morar nas ruas.

Enquanto o ambiente privado é construído para guardar a intimidade de alguns, seja no âmbito doméstico ou do trabalho, o espaço público é organizado para receber as pessoas passageiramente, por um tempo determinado. No entanto, para as pessoas em situação de rua, as

grandes cidades modernas se convertem em cenários que exibem a vida cotidiana, constituindo-se em um espaço de vivência e supervivência em um contínuo processo de possessão/despossessão material ou simbólica (Campos, 2016; Di Iori, Azzoline & Riqueiral, 2015).

No campo psicológico, a Psicologia Ambiental se caracteriza como uma subdisciplina que investiga a relação recíproca entre pessoa-ambiente, considerando que os indivíduos alteram o ambiente da mesma forma que são alterados por ele. Visando estabelecer uma compreensão consistente dos fenômenos, ela analisa aspectos diversos de sua composição, trabalhando em conjunto com outras disciplinas e utilizando abordagem multimetodológica, com articulação de diferentes estratégias de pesquisa, que proporcionam uma investigação mais ampla dessas interações entre pessoa e ambiente. O propósito é diminuir os vieses inerentes à adoção de procedimentos que ressaltam um aspecto do objeto em detrimento de outro (Günther, 2003; Pinheiro, 2003).

Na forma como dialoga com outros campos do conhecimento, a Psicologia Ambiental trouxe a possibilidade de pensar a cidade e as comunidades não apenas como uma construção física, mas também como uma construção psicológica de seus habitantes, o que engendra processos de apego e apropriação. Neste sentido, Bomfim (2004) aponta a importância da compreensão destes aspectos para o desenvolvimento de ações de planejamento urbano que assumam uma perspectiva mais humana.

Os vínculos com os lugares qualificam, positiva ou negativamente, as experiências de vida das pessoas de forma individual e coletiva. O apego a um entorno específico gera um sentimento de identidade de grupo, que agrega ao caráter físico o espaço social, sendo perpassado por valores e simbologias (Kuhnen, 2009). A interação com os espaços, então, não diz respeito apenas à sua ocupação espacial, mas envolve todo um processo ativo de atribuição de sentidos (Klein, 2016).

O conceito de Apego ao Lugar é empregado na Psicologia Ambiental na tentativa de se compreender os vínculos que ocorrem entre os indivíduos e seus ambientes significativos. Vem ganhando espaço nos estudos científicos nos últimos anos (Giuliani, 2003; Scanell & Gifford, 2010), em parte por conta da necessidade de se compreender os processos de globalização na ótica do indivíduo, bem como o que resulta deste fenômeno, como o aumento da mobilidade e dos problemas ambientais, que geram uma ameaça à existência de nossas conexões com os lugares que nos são importantes (Reph, 1976; Sanders, Bowie & Bowie, 2003).

A relevância de pesquisas sobre apego ao lugar também diz respeito ao seu auxílio na compreensão de temas como migrações involuntárias (Fried, 1963; Fullilove, 1996), Psicologia dos Desastres (Brown & Perkins, 1992), imigrações (Ng, 1998) e mobilidades (Giuliani, Ferrara & Barabotti, 2003; Gustafson, 2012). Outras pesquisas mostram o significado do apego ao lugar no encorajamento de uso de espaços públicos, como parques nacionais (Kyle, Graefe & Manning, 2005; Moore, Graefe, 1994; Williams & Stewart, 1998); estudos sobre percepção ambiental e segurança (Billig, 2006). Geógrafos humanistas como Relph (1976) e Tuan (1974) argumentam que o vínculo com espaços significativos é um laço universal que atende necessidades fundamentais humanas. Hay (1998) sugere que o apego ao lugar engloba subconjuntos de identidades do local e que incluem laços ancestrais, que geram um senso de pertencimento e um desejo de ficar no lugar.

O esquema de análise mais utilizado para compreensão do conceito de apego ao lugar foi proposto por Giuliani (1991; 2004) e é explicado através das suas funcionalidades, simbologias e relações temporais. A dimensão funcional diz respeito ao papel do espaço físico como elemento que atrai, encoraja ou inibe movimentos, interferindo nos comportamentos que ali acontecem (Hidalgo & Hernández, 2001). Relaciona-se com o bem-estar, a produtividade e também com sentimentos negativos como estresse e frustração (Twigger-Ross & Uzzell, 1996). A dimensão simbólica analisa o conteúdo sociocultural e individual que atua como intermediário no relacionamento pessoa-ambiente, influenciando o modo como os indivíduos agem coletivamente ou em grupo. Autores como Cooper-Marcus (1992) e Chawla (1992) estudam a memória de lugares experienciados por adultos em suas infâncias para compreender as suas influências no cotidiano das pessoas. A dimensão simbólica por sua vez, diz respeito à interação dinâmica entre o envolvimento social cotidiano e as características do ambiente onde acontece. Essas relações, à medida que conectam cognitiva e afetivamente as pessoas e os ambientes, geram um sentimento de comunidade que surge a partir do momento que a pessoa se identifica pertencente a um grupo.

Uma relação entre a teoria de apego ao lugar com a forma característica que as pessoas em situação de rua habitam a cidade precisa levar em consideração suas particularidades nômades, de perambulação pela cidade, e sua forma de viver que ressignifica seus espaços para sobreviver à imprevisibilidade dos seus dias (Quintão, 2012). Deslocam-se de forma eficiente e adaptam-se, transformando a

cidade em espaço de trabalho e moradia, levando sua vida privada para o âmbito público.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social entre 2007 e 2008, estima-se que cerca de 50 mil pessoas vivam em situação de rua no Brasil, sendo que essa população é constituída em sua maioria por indivíduos do sexo masculino (82%), negros (70%), com idade entre 25 e 44 anos (53%) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008). Em Florianópolis, estima-se que 499 pessoas vivam em situação de rua, conforme uma pesquisa realizada entre outubro de 2016 a fevereiro de 2017 pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis e o Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina (ICom, 2017).

No que se refere à sua composição cultural, a população em situação de rua é composta por diferentes grupos, que variam entre nômades, hippies, eremitas, indígenas, ciganos e outros, com características e perfis ímpares. Por vezes, formam grupos coesos, integrados e com regras compartilhadas, principalmente quando dividem o mesmo espaço de moradia com regularidade (Langa, 2012). Tornar-se morador de rua, segundo Frangella (2009), não pressupõe uma identidade fixa e irredutível, mas se configura como um estado, uma situação, que também se fazem transitórios e fluídos, já que algumas pessoas saem das ruas por determinados períodos e podem ou não voltar para ela posteriormente.

Sobre os percursos destes habitantes da cidade, Seidmann et al. (2015) refletem que, embora quando estão alojados provisoriamente em casas de acolhimento, abrigos e albergues, os moradores de rua são considerados “incluídos”, a situação de “estar na rua” não se reduz apenas ao uso do espaço público como um lugar para passar a noite, mas se destaca pelo atravessamento de dimensões culturais, políticas, históricas, sociais e econômicas. Além de ser significado como abrigo e lugar de moradia, “estar na rua” representa também um modo de vida, onde ao mesmo tempo em que produzem invisibilidade e segregação, simbolizam também uma forma de resistência, quando os corpos desafiam a ser negados, como os indivíduos adquirindo certas práticas de reconhecimento e transformação para si e seus grupos, desafiando a lógica da escassez que lhes é imposta (Seidmann et al., 2015).

O espaço da rua é marcado por inúmeros relativismos, que criam cenários e condições bastante diferentes para cada tipo de sujeito. Se por um lado as ruas precisam de policiamento para garantir ao cidadão segurança, por outro, as pessoas que nela vivem em condições de



extrema vulnerabilidade além de não possuírem direitos a esta segurança, muitas vezes acabam sendo vítimas de violências provocadas pelos representantes da lei. Para Arantes (2000) é nesse espaço que se expõe publicamente a falta de direitos de grande parte da população da cidade em detrimento de outra.

Partindo do pressuposto que as pessoas em situação de rua estabelecem vínculos com o espaço urbano e que estes vínculos são de diversas ordens e se alteram conforme o seu tempo de permanência nesta situação, essa pesquisa investigou *de que modo a população em situação de rua se vincula com o Centro de Florianópolis*. Para isso, buscou-se identificar a maneira com que as pessoas em situação de rua conseguem atender suas necessidades funcionais/de sobrevivência; descrever os vínculos dessa população em relação aos aspectos simbólicos e socioculturais do lugar; e identificar como o tempo de permanência em situação de rua age na manutenção deste comportamento.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Compreender como se dá o apego ao lugar das pessoas em situação de rua com o Centro de Florianópolis.

### **2.2 Objetivos específicos**

a) Identificar de que modo as pessoas em situação de rua atendem suas necessidades funcionais/de sobrevivência;

b) Descrever os vínculos dessa população em relação aos aspectos simbólicos e socioculturais do lugar;

c) Identificar como o tempo de permanência em situação de rua age na manutenção deste comportamento.



### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Teoria do apego ao lugar

Nuances de sentimentos, disposições de ânimo e emoções são percebidas de diversas formas e graus em referência aos lugares e às pessoas que vivem e atuam neles. De maneira positiva ou negativa, o que se sente em relação aos lugares causa afetações que vão influenciar na forma como as pessoas se relacionam com eles, tanto num âmbito individual (exemplo: como uma pessoa se sente ao andar por uma rua movimentada) ou num âmbito coletivo (exemplo: como uma comunidade expressa comportamentos pró-ambientais em relação ao lixo que produz).

De acordo com Low e Altman (1992), o apego ao lugar historicamente foi de interesse de estudiosos fenomenológicos, como Bachelard (1964) e Eliade (1959), despertando posteriormente o interesse de outros como Buttimer & Seamon (1980), Kohek (1984, 1976), Seamon (1982) e Tuan (1974). Suas análises se concentravam em lares ou lugares sagrados, tendo uma ênfase nas experiências subjetivas e nos laços das pessoas. Essa perspectiva, no entanto, não atraía a atenção de muitos pesquisadores da área ambiental, que tinham uma ênfase maior sobre os aspectos cognitivos e na compreensão de conhecimentos, crenças e percepções, que faziam as pesquisas de ordem fenomenológica parecerem pouco produtivas.

Outros fatores também podem ter resultado em um interesse inicialmente limitado pelo apego ao lugar, como por exemplo as migrações de mudanças que marcaram a sociedade ocidental e que intensificaram o interesse por pesquisas de compreensão de como as pessoas buscam e se adaptam aos novos lugares ao invés de como ocorria sua concentração e filiação a eles.

Pesquisas costumavam tratar o fenômeno como se houvesse um consenso sobre o significado do apego ao lugar. No entanto, aos poucos isso se desfez e surgiu a necessidade de uma descrição mais rigorosa do conceito, com o desenvolvimento de taxonomias e subtipos. Concluiu-se, então, que o apego ao lugar tinha uma característica multidisciplinar e consistia em vários fenômenos relacionados, porém diferentes. Para Low e Altman (1992), essa noção complexa faz compreender que o conceito tem recursos, qualidade e propriedades que são inseparáveis, integrais e mutualmente definidoras. Essa é uma visão compatível com a perspectiva transacional adotada por pesquisadores em Psicologia Ambiental.

A primeira referência não-genérica aos laços afetivos com os lugares é encontrada num estudo de Fried (1963) que tratou dos efeitos psicológicos do deslocamento forçado da população de um bairro de Boston, Estados Unidos da América. As etapas da pesquisa aconteceram antes e dois anos após o deslocamento e demonstraram que a experiência das pessoas se assemelhava à tristeza da perda de um ente querido. Isso foi descrito como interrupção no senso de continuidade e demarcado pela quebra de dois componentes da identidade: identidade espacial e identidade de grupo.

No Brasil, desastres naturais causados pela negligência de mineradoras, como no caso das cidades mineiras de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019, podem ter seus impactos medidos e comparados através deste estudo pioneiro, visto que além do deslocamento forçado e a destruição de diversos locais significativos para seus habitantes, também se presenciou um intenso processo de degradação ambiental. Quando compreendido de maneira disfuncional, pode-se citar o exemplo do apego às áreas de risco, investigado por Alves (2016), De Dominicis, Fornara, Cancellieri, Twingger-Ross e Bonaiuto (2015) e Munõz-Duque, Luz e Arroyave (2017).

Afeto, emoção e sentimento são centrais no conceito de apego ao lugar para Low e Altman (1992), contudo eles ressaltam também a presença de aspectos cognitivos (pensamentos, conhecimentos e crenças) e práticos (ação e comportamentos). Isto é, o apego ao lugar envolve uma interação de afetos e emoções, conhecimentos e crenças, comportamentos e ações em referência a um lugar (Proshansky, et. al., 1983).

Enquanto a palavra “apego” enfatiza o afeto, a palavra “lugar” se concentra nos ambientes aos quais as pessoas estão ligadas através dos significados dados a eles pelos processos pessoais, grupais e culturais. Por isso, se diz que o apego ao lugar pode ocorrer tanto num âmbito individual como coletivo. Implica que o objetivo principal do vínculo afetivo das pessoas é com as próprias condições ambientais, levando-se em consideração a presença de outros seres. Em resumo, para eles, apego ao lugar envolve padrões de apego (afeto, cognição e prática); os lugares em questão variam em escalas de especificidade e tangibilidade; envolvem diferentes atores e relações sociais (indivíduos, grupos e culturas) e possuem aspectos temporais lineares ou cíclicos (Low & Atman, 1992).

Neste estudo, usou-se o modelo explicativo de Giuliani (1991; 2003; 2004) para compreender os processos que compõem e resultam em um sentimento de apego ao lugar, escolhido por se tratar de uma

perspectiva dinâmica que permite uma ampla compreensão do bem-estar dos sujeitos. As três dimensões do apego descritas pela autora envolvem a noção de apego funcional, apego simbólico e apego temporal.

O apego funcional tem um caráter pragmático e diz respeito à avaliação positiva das qualidades do local ante as necessidades do indivíduo. Um local que contempla as necessidades pessoais de sobrevivência de uma pessoa permite o desenvolvimento desse tipo de apego. Neste caso, se o local é satisfatório ou se não houver possibilidade de mudar para um lugar melhor, a tendência é de o indivíduo permanecer nele. No entanto, quando ele já não supre suas necessidades, o apego diminui – o que aumenta as chances de uma mudança ocorrer.

O apego simbólico, por sua vez, diz respeito à forma como as pessoas significam os lugares para além dos elementos que o compõe. Visa compreender os significados a ele atribuídos na construção de uma identidade pessoal ou grupal. Sendo assim, um local que desempenhou um papel importante na definição da identidade de uma pessoa em certa etapa de sua vida pode não representar o mesmo papel em outra etapa, mas mesmo assim permanecer significativo para ela. O apego simbólico diz respeito à intensidade das experiências vividas num determinado local.

Por último, o apego temporal trata daqueles vínculos afetivos que se fortalecem a partir de longos períodos de residência e familiaridade. Não se devem nem a suas qualidades específicas ou intensidade de experiências, mas sim à sensação de segurança e familiaridade transmitidas pelo lugar. É, para Dovey (1985), a experiência do local enquanto “porto seguro”.

Considerando que a existência é um entrelaçamento de experiências e necessidades de um outro que permite ver e perceber a si próprio, a relação pessoa-ambiente é de extrema importância no campo dos estudos da Psicologia. As vidas que são vividas na rua são entrecruzadas por redes e fronteiras de sociabilidade que agem dialeticamente sobre os sujeitos. As pessoas em situação de rua produzem vínculos com o espaço urbano, entre si e com aqueles que habitam uma casa. Sua existência ali ressignifica os monumentos e o mapa da cidade enquanto estabelecem um paradoxo de (in)visibilidade. Ao considerar a centralidade da teoria acerca do apego ao lugar, na sequência será apresentada uma revisão de literatura sobre os estudos que utilizam o conceito de apego ao lugar.

### 3.1.1 Revisão integrativa de literatura sobre apego ao lugar

A busca pela compreensão de como se dão as relações em que as pessoas estabelecem vínculos com seus lugares de moradia, trabalho e convivência vem ganhando espaço nos estudos científicos dos últimos anos (Giuliani, 2003; Scanell & Gifford, 2010), em parte por conta da necessidade de se compreender os processos de globalização e migração, como a adaptabilidade laboral e a exposição humana a áreas de risco. Visando identificar de que modo a expansão destes estudos está acontecendo, realizou-se uma revisão integrativa em bases de dados nacionais e internacionais, propondo-se a responder à pergunta O que foi publicado sobre apego ao lugar na literatura nacional e internacional entre 2009-2018? A justificativa por esse formato de revisão se deu por conta de sua contribuição para apresentação de diversas perspectivas sobre o fenômeno (Whittemore & Knafi, 2005) e pelo fato de permitir incluir uma abordagem ampla de busca, podendo abranger tanto publicações de cunho teórico como de cunho empírico.

Buscou-se artigos empíricos e teóricos que tivessem a combinação dos termos “Place Attachment” AND “Environmental Psychology” ou “Apego ao Lugar” AND “Psicologia Ambiental” em seu título, palavras-chaves ou resumo, e que foram publicados entre 2009-2018 - década de maior incidência de pesquisas sobre a temática -, nos idiomas português, inglês e espanhol. As bases de dados utilizadas foram Science Direct; SAGE Journals; Scielo e Redalyc. Justifica-se essa escolha por se tratarem de bases de grande prestígio científico internacional e nacional e por possuírem revistas de referência na área de Psicologia Ambiental indexadas.

Nas bases com resultado de busca maior que uma centena de estudos, delimitou-se a leitura dos resumos dos primeiros 100 artigos. Nas demais bases, todos os resumos dos artigos foram lidos. Após esses procedimentos, realizou-se a leitura completa das publicações e a análise das mesmas, com extração dos dados, conforme a seguinte matriz: a) autoria; b) ano de publicação; c) tipo de estudo (artigo/dissertação/tese; empírico/teórico); d) objetivo(s) do estudo.

A busca realizada com os strings e tempo de publicação indicados anteriormente resultou em 504 artigos, sendo que 384 foram localizados na base Science Direct; a SAGE Journals localizou 83 publicações; Redalyc 34 e Scielo 03. A partir da leitura dos resumos, categorizaram-se os estudos pela similaridade da temática trabalhada, resultando na criação das nove categorias de análise descritas na Tabela 1.



**Tabela 1 Organização dos artigos localizados na revisão de literatura**

Categoria	Referências	Total
Apego ao Lugar e Identidade de lugar	Casakin, Hernández & Ruiz; 2015; Bailey, Devine-Wright, & Batel, 2016; Hinojosa, Lambinm Mzoughi & Napoléone, 2016; Kamalipour, Yeganeh, Alalhesabi, 2012; Morse & Mudgett, 2017; Lewicka, 2013; Marcouyeux & Fleury-Bahi, 2011; Casal, Aragonés & Moser, 2010; Massola, Svartman, Mastrocique, Galeão-Silva & Santos, 2016; Weng, Wu, McElroy & Chen, 2018; Ujang, Zakariya, 2015; Von Wirth, Grêt-Ragamey, Moser & Stauffacher, 2016.	12
Apego ao lugar enquanto promotor de qualidade de vida, satisfação ambiental e restauração	Clarke, Murphy & Lorenzoni, 2018; Ramkisson & Mavondo, 2015; Ratcliffe & Korpela, 2016; Marcheschi, Laike, Brunt, Hansson & Johansson, 2015; Scannell & Gifford, 2017.	5
Comportamentos pró-ambientais e conectividade com a natureza	Anton & Lawrence, 2016; Scannell & Gifford, 2010; Hernández, Martín, Ruiz & Hidalgo, 2010; Lee & Shen, 2013; Wynveen, Kyle & Sutton, 2012; Halpenny, 2010; Gosling & Williams, 2010; Baldwin, Smith & Jacobson, 2017; Sullivan & Young, 2018; Scannell & Gifford, 2013.	10
Desastres Naturais e deslocamentos involuntários	Munõz-Duque & Arroyave, 2017; De Dominicis, Fornara, Cancellieri, Twingger-Ross & Bonaiuto, 2015; Ruiz & Hernández, 2014; Mishra, Mazumdar & Suar, 2010; Boğaç, 2009; Anton & Lawrence, 2014; Peters, Stodolska & Horolets, 2016; Munõz-Duqye & Arroyane, 2017.	7
Desenvolvimento Turístico	Chen, Dwyer & Firth, 2018; Suntikul & Jachna, 2016;	9

	Thungsakul & Nilsakul, 2018; Xu & Zhang, 2016; Ramkissoon, Smith & Weiler, 2013; López-Mosquera & Sánchez, 2013; Chen & Dwyer, 2018; Lee, Kyle & Scott, 2012; Hosany, Prayag, Van Der Veen, Huang & Deesilatham, 2017.	
Mudanças climáticas e desenvolvimento de energias renováveis	Devine-Wright & Batel, 2017; Devine-Wright, 2011; Devine-Wright & Howes, 2010.	3
Questões educacionais e escolares	Araújo, Pessoa, Fonseca, Albuquerque & Almeida, 2016; Felippe, Raymundo & Kuhnen, 2013; Stefaniak, Bilewicz & Lewicka, 2017.	3
Questões Urbanas	Ujang, 2012; Zenker & Rütter, 2014.	2
Realocações espontâneas, influência de escala do lugar e fatores sociodemográficos	Lewicka, 2010; Nielsen-Pincus, Hall, Force & Wulfhorst, 2010; Qingjiu & Maliki, 2013; Moghisi, Mokhtari & Heidari, 2015; Rioux, Scrima & Werner, 2017; Scopelliti & Tiberio, 2010 Xu, Bakker, Strijker & Wu; 2015.	7
Reorganizações teóricas e artigos de revisão	Felippe & Kuhnen, 2012; Moulay, Ujang Maulan & Ismail, 2018; Morgan, 2010; Scannell & Gifford, 2010; Raymond, Brown & Weber, 2010; Devine-Wright, 2013; Poortinga et al., 2017; Shao & Liu, 2017; Bonaiuto, Alvez, De Dominicis & Petruccelli, 2016; Tsaur, Liang & Weng, 2014; Lewicka, 2011.	11

---

Dentre os artigos selecionados, dez tratavam de estudos sobre comportamentos pró-ambientais e conectividade com a natureza. Destes, sete investigavam as relações entre o apego ao lugar e comportamentos de proteção do ambiente natural e/ou construído (Sullivan & Young, 2018; Anton & Lawrence, 2016; Scannell & Gifford, 2010; Wynveen, Kyle & Sutton, 2012; Gosling & Williams, 2010; Hernández et al., 2010; Halpenny, 2010). Um estudo investigou suas relações com o comportamento dos recreacionistas de cães aos parques (Lee & Shen, 2013). Uma das pesquisas buscou compreender a relação que os proprietários rurais têm com suas terras e recursos naturais (Baldwin, Smith & Jacobson, 2017); e outra buscou identificar como o público compreende e se engaja com questões ambientais depois de serem expostos às mensagens de apelo ambiental local e globais (Scannell & Gifford, 2013).

Na categoria de “desastres naturais e deslocamentos involuntários” foram analisados sete artigos, com objetivos que incluíam comparar o nível de percepção de risco com base no nível do apego ao lugar (Munõz-Duque, Luz & Arroyave, 2017; De Domenicius et al., 2015); identificar se o apego ao lugar afeta na preparação para inundações (Anton & Lawrence, 2014; Mishra, Mazumdar & Suar, 2010); e se o apego se relaciona com as estratégias de *coping* em pessoas que passaram por um acidente vulcânico (Ruiz & Hernández, 2014). No que tange aos deslocamentos forçados, os estudos compararam a percepção de apego ao lugar depois que as pessoas foram forçadas a deixar suas casas originais e a percepção de seus filhos que nunca moraram nas casas originais dos pais (Boğaç, 2009), e examinam o papel dos ambientes naturais no desenvolvimento de um sentimento de pertencimento entre os imigrantes nos países de acolhimento (Peters, Stodolska & Horolets, 2016).

O apego ao lugar também é estudado por conta das suas influências com a promoção de qualidade de vida, satisfação ambiental e restauração. Os estudos identificaram os benefícios psicológicos (Clarke, Murphy & Lorenzoni, 2018 e sua relação com a satisfação com o lugar (Scannell & Gifford, 2017; Ramkissoon & Mavondo, 2015). Também foram estudados até que ponto as propriedades de uma memória em relação a um lugar predizem imagens restaurativas sobre ele (Ratcliffe & Korpela, 2016), e como o apego e a qualidade física e socioambiental de instituições apoiadas varia na qualidade de vida de pessoas com doenças mentais graves (Marcheschi et al., 2015).

Entre as categorias com maiores números de publicações, nove estudos investigaram fatores que relacionam o apego ao lugar com o

desenvolvimento turístico, por meio de suas influências com satisfação dos usuários (Hosany et al., 2017; Lee et al., 2012; Xu & Zang, 2016), e também em como o nível de apego ao lugar influencia no comportamento de promoção e indicação de locais turísticos (Chen & Dwyer, 2018; Chen et al., 2018; Thungsakul & Nilsokul, 2018). Os estudos também discorreram sobre como o apego ao lugar somado à co-criação de espaços favorece o turismo (Suntikul & Jachna, 2016); sua relação com a atratividade e lealdade na escolha dos destinos (Xu & Zhang, 2016); e como ele favorece os comportamentos pró-ambientais dos visitantes.

Pesquisas de relevância também foram encontradas tratando da relação entre o apego ao lugar e a percepção das pessoas sobre as mudanças climáticas num nível local e global, e a instalação de campos de energias renováveis próximo às suas residências (Devine-Wright & Batel, 2017; Devine-Wright, 2011; Devine-Wright & Howes, 2010). Tratando-se das pesquisas relacionadas ao ambiente escolar e à educação, os estudos investigaram os laços afetivos dos estudantes com os diferentes ambientes da escola em relação aos seus atributos físicos e psicossociais (Felippe, Raymundo & Kuhnen, 2013) e o nível de apego dos alunos ao ambiente escolar (Araújo et al., 2016). Outro estudo identificado foi o de Stefaniak, Bilewicz & Lewicka (2017), que investigou como o ensino da história local influencia no desenvolvimento de apego ao lugar e no engajamento cívico de crianças.

No que tange às questões urbanas, foco desta dissertação, foram encontrados somente dois artigos sobre o tema. Um deles visou identificar o apego ao lugar e os atributos dos lugares que podem ser usados como indicadores de avaliação para futuras reorganizações em áreas urbanas (Ujang, 2012). O outro estudo mostrava empiricamente o papel da satisfação do cidadão no campo das pesquisas urbanas e destaca a influência do apego ao lugar como um fator positivo no comportamento cidadão.

A categoria “realocações espontâneas, influências de escala e fatores sociodemográficos” abarcou sete estudos, que examinaram as interações das dimensões e graus do apego ao lugar com base em realocações de estudantes universitários (Moghisi, Mokhtari & Heidari, 2015; Qingjiu & Maliki, 2013; Rioux, Scrima & Werner, 2017; Scopelliti & Tibério, 2010; Xu et al., 2015). Outro estudo também testou a relação entre a escala do lugar e a intensidade do apego (Lewicka, 2010) e um último testou o nível de apego ao lugar em relação à

sazonalidade residencial em três condados rurais no interior noroeste dos Estados Unidos da América.

O maior número de artigos encontrados nesta revisão (12) relacionava o apego ao lugar com outros conceitos como identidade de lugar e enraizamento. Trabalhavam com os conceitos de identidade e apego ao lugar Morse e Mudgett (2017); Mudgett (2017); Casakin, Hernández e Ruiz (2015); Hinojosa et al. (2016); Lewicka (2013); Kamalipour et al. (2012) e Casal, Aragonés e Moser (2010). Marcouyeux e Fleury-Bahi (2011) tiveram por objetivo destacar as conexões específicas entre aquilo que consideram três componentes da identificação com o lugar: vinculação de lugar, apego ao lugar e identidade de grupo. Bailey, Devine-Wright & Batel (2016) investigaram os padrões de apego ao lugar em relação às trajetórias de vida, que usam para compreender melhor suas escolhas atuais e a forma como respondem às mudanças. Outras pesquisas (Weng et al., 2018; Ujang & Zakariya, 2015; e Von Wirth et al., 2016) exploraram as influências do apego ao lugar no comprometimento ocupacional, na valorização de um lugar e na percepção das mudanças pelas pessoas que estão mais identificadas com eles. A busca também localizou um estudo de Massola et al. (2016), que visou compreender as relações do apego ao lugar com a participação política e enraizamento territorial entre moradores de um Quilombo do Vale do Ribeira (São Paulo).

Onze artigos tinham por objetivos centrar a revisão de literatura ou as discussões teóricas sobre apego ao lugar. Entre os que fazem revisão dos conceitos e das publicações sobre o tema, cita-se Moulay et al. (2018); Shao & Liu (2017); Bonaiuto et al. (2016); Felipe & Kuhnen (2013); Devine-Wright (2013) e Lewicka (2011). Os demais objetivos dos artigos selecionados neste construto envolvem a discussão dos aspectos teóricos (Morgan, 2010; Scannell & Gifford, 2010) e o relato sobre a testagem de instrumentos que ajudem a mensurar o apego ao lugar (Poortinga et al., 2017; Tsaur; Liang & Weng; 2014; Raymond, Brown & Weber; 2010).

### 3.2 A questão urbana

Pela primeira vez na história, logo após a virada do milênio, a maior parte da população global era urbana e não rural. Por décadas, a dimensão humana foi negligenciada nas discussões sobre o planejamento urbano, enquanto questões como o espaço para circulação de veículos e para construção de grandes edifícios individualistas

prevaleceu, junto com uma baixa prioridade do pensamento sobre áreas para pedestres e sobre o papel da cidade como o espaço de encontro entre seus moradores (Gehl, 2015).

O espaço urbano é tema de reflexão de arquitetos, geógrafos, historiadores, engenheiros, psicólogos, antropólogos e até mesmo de físicos e matemáticos (Coradine, 1992). Conhecer uma cidade não é somente apropriar-se de parte de um conhecimento através dos saberes e fazeres de seus habitantes, mas é também desvendá-los na busca de situar seu próprio ser em relação ao ser do Outro na cidade (Rocha & Eckert, 2003).

A cidade é palco de inúmeros antagonismos morais e sociais e compreender uma população que tem seus hábitos tão ligados ao espaço urbano torna-se um desafio. Pensá-la a partir dos vínculos que nela se estabelecem, de seus encontros e desencontros rompe com a frieza de uma composição meramente geográfica e suporta a ideia de Lefebvre (2001), que apresenta o espaço urbano sob a forma de uma relação entre o simbolismo social e os elementos espaciais, numa perspectiva em que as estruturas sociais são suscetíveis aos efeitos da organização espacial, indo ao encontro à proposta de Leite (2007), para quem o espaço pode ser visto para além de uma simples contingência que serve de estruturação das sociabilidades públicas, tornando-se reconhecido pelos significados comuns a ele atribuídos.

Entendendo que certos tipos de sociabilidades públicas guardam correspondências práticas e simbólicas com os lugares sociais nos quais se estruturam, Rolnik (2012) considera que a relação entre os moradores da cidade e o poder urbano podem variar infinitamente, mas o certo é que desde sua origem, elas incorporam tanto uma maneira de organizar o território como os aspectos políticos. Ser habitante de uma cidade significa, pois, participar de um estatuto de regras e regulamentos.

A cidade pode ser analisada como uma variável de amplo aspecto, que considera o modo de vida que dela surge como seu efeito de maior alcance, o que faz os estudiosos atribuírem ao urbano o valor explicativo dos vários fenômenos que ocorrem no seu interior (Oliven, 1988). A natureza psicossocial e cultural que se alicerça ali, de acordo com Oliven (1988), questiona os elementos que compõem a cidade como sendo autoperpetuantes em seus aspectos arquitetônicos e comportamentais. São elas, pois, segundo Jacobs (2011), locais dinâmicos, embora não homogêneos, o que faz com que suas zonas mais prósperas propiciem um solo fértil para os planos de milhares de pessoas.

Em seu livro *Cidade para Pessoas*, Jan Gehl (2015) sugere como uma das características comuns de quase todas as cidades – independente de localização, economia e grau de desenvolvimento –, o fato de as pessoas que a usam serem cada vez mais maltratadas, com espaços de calçadas limitados, obstáculos em seus caminhos, ruído extremo e poluição. Sennet (2001) também é adepto a essa crítica e considera que o espaço urbano se tornou um lugar de passagem medido pela facilidade com que ocorre o deslocamento de um ponto ao outro. Seja nos automóveis ou na eficiência da velocidade das caminhadas capitalistas, a “condição dos corpos em movimento reforça a desconexão com o espaço (p. 18)”. Em caminhos expressos onde as referências são secundárias, dar-se conta das pessoas e das construções é cada vez menos necessário.

A influência fundamental que as grandes cidades têm sobre os aspectos psicológicos que conferem um caráter individualista às pessoas é, para Simmel (2005), a “intensificação da vida nervosa” (p. 577), que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores. A rápida alteração das paisagens, dos estímulos e das respostas exigidas torna necessário aos habitantes das grandes cidades a criação de um sistema contra a efemeridade das coisas externas, fazendo com que eles reajam, sobretudo com entendimento, com intensificação da consciência intelectual e muito menos com o ânimo e com as relações sensíveis característicos das cidades pequenas.

As ruas e as calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. Pensar em uma cidade envolve rememorar as experiências vividas nas ruas, que determina qual o adjetivo que será empregado a ela. Se as ruas estão livres da violência e do medo, então a cidade está razoavelmente livre da violência e do medo. Já quando as pessoas dizem que uma cidade é perigosa, associam isso ao fato de não se sentirem seguras nas calçadas (Jacobs, 2011). A vida pública informal que ocorre ali está diretamente relacionada com outras modalidades de vida pública, que envolvem uma perspectiva arquitetural que seja convidativa aos encontros e que atenda, obviamente, o interesse público de provocá-los.

Ao falar sobre uma cidade, para além das histórias narradas nos livros, existem as histórias das pessoas, de suas venturas e desventuras. Existem as narrativas individuais. Além dos lugares, há os “não lugares”, entendidos por Augé (1994) como aqueles de passagem rápida: são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (exemplo: vias expressas, rodovias, locais que recebem caixas eletrônicos de bancos), quanto os próprios meios de transporte ou

grandes centros comerciais, campos de refugiados e unidades de emergência em saúde. Nas paradoxais questões daquilo que se expressa como formal e informal existem aqueles que usam o *não lugar* da rua como seu lugar de morada.

Dado que a cidade ocidental moderna se organiza com base numa economia industrial, comercial e capitalista, é necessário buscar um maior entendimento sobre o funcionamento da economia política do urbanismo. Para Hannez (1997), de forma um pouco dramática e geral, pode-se considerar o uso que o homem faz do espaço como uma equação que implica suas relações com a terra e com outros seres. Se as pessoas fossem autossuficientes e vivessem em uma paisagem distribuída de maneira equitativa (não muito abundante), conseguiriam viver de modo a ocupar melhor o espaço. No entanto, à medida que dependem uns dos outros de várias maneiras, maximizar a distância física é um inconveniente, sendo sempre melhor manter-se próximos.

Assim, as relações que se estabelecem no espaço urbano são antagônicas, variando num superenvolvimento fluido de uma modernidade líquida ao individualismo cidadão, composto, sobretudo, pela vida intelectualista e protegido em sua própria “bolha” contra o desenraizamento. Na cidade, as relações pessoa-ambiente acontecem de maneira concreta, estabelecidas a partir da experiência urbana dos moradores com os espaços percorridos e dadas a partir dos significados atribuídos a elas por um grupo social. Como tratado por Sennet (2001), o ser humano não se esgota nos limites de seu corpo, mas somente na soma dos efeitos que ele irradia temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade constitui-se da totalidade de seus destinos, que ultrapassam o seu imediatismo.

O autor entende as relações como formas de interação situacionais, as definindo como um equilíbrio entre a proximidade corporal e espiritual. No entanto, as cidades grandes são palco para a apatia frente ao constante bombardeamento de estímulo, o que acarreta na perda da capacidade de capturar novas informações com uma energia adequada, adquirindo um caráter *blasé*, composto por uma espécie de indiferença caracterizada por uma autoconservação de certas naturezas e a desvalorização das coisas ao seu redor. A essência do caráter *blasé* é, para Simmel (2005), a apatia a partir das coisas que acontecem, não no sentido de que elas não sejam percebidas, mas de tal modo que o significado e o valor delas são sentidos como nulos.

Visando pensar a cidade construída e ao mesmo tempo dar conta do seu individualismo e heterogeneidade, é necessário ampliar o olhar de modo a incorporar à análise a compreensão de redes onde se



inserem as relações humanas. Para Agier (1998), a pesquisa sobre significações do espaço urbano nos informa primeiramente sobre identidades urbanas, para em um segundo momento nos informar sobre as culturas que estão na base dos vínculos aos lugares e na reprodução e reinvenção dos laços sociais.

Ao pensar em formas que consigam captar os vínculos que as pessoas em situação de rua estabelecem com um espaço, é necessário levar em consideração as questões que dizem respeito à forma como a sociabilidade humana se produz e é produzida a partir dele. Viver em um determinado lugar é uma experiência de múltiplos significados, que se alteram conforme a configuração dos grupos e das pessoas que compartilham dessa experiência. Enquanto de um lado há os nativos, herdeiros das tradições locais, de outro há aqueles que o escolhem como lar, os que migraram: os *estrangeiros*. Florianópolis, por exemplo, é uma cidade muito atrativa por possibilitar que seus moradores tenham qualidade de vida próxima à natureza – das praias e campos – e ao mesmo tempo possam usufruir das alternativas urbanas, com cinemas, eventos culturais, universidades e escolas, aeroporto internacional.

Porém, como relata Fantin (2000), a chegada dos novos habitantes é considerada por uma parte dos ilhéus como uma invasão capaz de mudar a paisagem, os hábitos e os valores locais. E pela dificuldade de aproximação com os nativos da ilha, a autora informa que a rede de sociabilidade dos imigrantes da cidade é construída prioritariamente com imigrantes também.

No campo da Psicologia Ambiental, pesquisadoras como Bonfim, Delabrida e Ferreira (2018) compreendem que os aspectos afetivos do espaço urbano são ainda pouco estudados, mesmo que sejam muito úteis para avaliar a transformação dos ambientes em sua dimensão ética quando se criam espaços de interesses e necessidades coletivas, ou para promover ações que incentivem comportamentos ecologicamente responsáveis. Para elas, falar da pessoa é falar do lugar, e vice-versa. Uma forma de conhecer essa dimensão se dá através dos afetos dos cidadãos em relação ao espaço que habitam e é isso que essa pesquisa busca investigar.

### 3.3 Pessoas em situação de rua: o paradoxo da visibilidade

Enquanto o ambiente privado é construído para guardar a intimidade de alguns, seja no âmbito doméstico ou do trabalho, o espaço público é organizado para receber as pessoas passageiramente, por um tempo determinado. No entanto, para as pessoas em situação de rua, as cidades modernas se converteram em cenários que exibem a vida

cotidiana, constituindo-se em um espaço paradoxal de supervisibilidade e invisibilidade, no momento em que tudo o que é da ordem da privacidade e intimidade ocorre no espaço público e simultaneamente as pessoas não são vistas e notadas pelos que estão de passagem.

De acordo com Andrade, Costa e Marquetti (2014), a situação de rua ocorre no país desde a época do Brasil-Colônia, quando a libertação dos escravos provocou um movimento migratório do campo para a cidade, onde pessoas que não tinham posses, lugar para ficar e eram marginalizadas acabaram por morar nas ruas. O contingente aumentou com a chegada dos imigrantes vindos da Europa entre o final do século XIX e o início do século XX. As cidades, que praticamente não tinham infraestrutura, acabaram por criar hospedarias e cortiços, que já desenhavam as periferias urbanas.

Poucos são os dados a respeito desse grupo populacional que ainda no último censo, realizado em 2010, não entrou no cálculo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso ocorre por que as pessoas em situação de rua não possuem referência domiciliar, informação básica do modelo de pesquisa adotado. Embora algumas cidades já tenham produzido individualmente suas próprias pesquisas, como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São Paulo, foi somente em 2009, quando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou os resultados da pesquisa nacional *Rua: Aprendendo a Contar*, que os dados sobre a população de rua tiveram uma amplitude maior.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua, distribuídas nas 71 cidades em que o levantamento foi conduzido. Desse total, fizeram parte da pesquisa 23 capitais e mais 48 outros municípios com mais de 300 mil habitantes. As cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não foram pesquisadas por terem conduzido suas próprias pesquisas em anos recentes. Os resultados apontam para a notável predominância de homens (82%) em relação às mulheres entre a população em situação de rua. A população identificada é jovem, havendo maior concentração e pessoas em idade economicamente ativa. Entre os grupos etários mais baixos, há uma leve prevalência de mulheres. No que se refere ao construto de raça/cor, 39,1% se declararam pardos - proporção semelhante à encontrada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se pretos 27,9% das pessoas e 29,5% declarou-se branco.

A pesquisa também levantou as razões da ida para as ruas e dos seus deslocamentos. Os resultados indicam as diversas vulnerabilidades a que esta população se expõe. Os três principais fatores que emergiram da pesquisa apareceram, muitas vezes de forma correlacionada ou indicando uma relação causal. Dos entrevistados, 35,5% indicou que estava na rua por motivos relacionados ao uso e abuso de álcool e outras drogas; 29,8% indicaram desemprego e 29,1% indicaram desavenças com pai, mãe e/ou irmãos.

Em Florianópolis, o Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina e o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICom) realizaram um diagnóstico social participativo das pessoas em situação de rua, com uma pesquisa que abrangeu a capital e mais três cidades da região metropolitana: Biguaçu, Palhoça e São José. Foram tabulados 937 questionários, aplicados no período de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017 (Icom, 2017).

Os resultados deste diagnóstico social participativo indicam que 47% dessa população se considera branca, enquanto 45% se considera negro ou pardo. A população de rua da grande Florianópolis é predominantemente masculina (77,8%) e com idade entre 30 a 49 anos (65%) e em situação de rua há menos de cinco anos (70%). Das pessoas entrevistadas, 50% vive em Florianópolis há menos de 01 ano e 20% deles nasceu na cidade (Icom, 2017).

São pessoas alfabetizadas (92%), mas que não concluíram o Ensino Médio (78%). Sua maioria é formada por trabalhadores informais, que atuam como flanelinhas, vendedores ambulantes, catadores de recicláveis ou na construção civil. Trinta por cento deles respondeu que sobrevive apenas do ato de pedir bens e recursos (mangueio).

O Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, considera ser a população em situação de rua

um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

Porém, a nomenclatura com a qual essas pessoas são chamadas é diversa e, em geral, de caráter pejorativo, como mendigos, pedintes, vagabundos, entre outros. A terminologia utilizada atualmente nos documentos oficiais pretende demarcar que essas pessoas estão em situação transitória e não necessariamente ficarão na rua para sempre. Também ressalta que há uma situação decorrente do fenômeno de estar na rua, o que provoca uma reflexão sobre os fatores socioculturais (Brasil, 2015).

Neste aspecto, um estudo feito por Fiorati, Carreta, Kebbe, Cardoso e Xavier (2016) indica que as histórias de vida das pessoas em situação de rua são marcadas por relatos de vulnerabilidade e exclusão social que acompanham as histórias familiares através de gerações, com vínculos frágeis, de baixa escolarização e atividades laborais de baixa renda e baixo capital social. Porém, essa realidade não é associada pelas pessoas como condição de exclusão, justificada pelo uso e abuso de álcool e outras drogas. Entretanto, a intersecção da autopercepção dos sujeitos deste estudo com suas histórias de vida traz a sobreposição das histórias de vulnerabilidade e pobreza que os vêm afastando de condições dignas de vida.

Em seu livro *Invenção do Cotidiano – Arte de Fazer*, Michel de Certeau (2008) descreve o conceito de “maneiras de fazer”, que, segundo ele, tratam-se da diversidade de formas de fazer, que criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes. No contexto em que se trata aqui, habitar a rua pode ser entendido como uma maneira de fazer que tensiona os modos de habitar a própria cidade. Este tensionamento cria um espaço de jogo nas maneiras de utilizar a ordem imposta, fazendo emergir um combate entre o forte e o fraco e as maneiras que cada um pode empreender nessa disputa.

Os conceitos de “estratégia” e “tática” são usados por Certeau (2008) para auxiliar a compreensão de como esse combate acontece. Para o referido autor, “estratégia” diz respeito ao cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” visa primeiramente distinguir um cenário que lhe é “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer. Próprio é, neste caso, algo que favorece a vitória do lugar sobre o tempo; que dá domínio aos lugares pela vista (como no caso de um panóptico) e; que é um tipo específico de saber que sustenta e determina o poder de conquistar algo para si. Pode ser compreendido como aquilo que se aproxima da manutenção do *status quo*.

A “tática”, por sua vez, é calculada pela ausência de um próprio. A “tática não tem por lugar senão o do outro” (Certeau, 2008, p.100) e por isso está em desvantagem, devendo jogar com as condições que lhe são impostas. A tática é a arte do fraco, que sem lugar próprio, sem visão globalizante fica no corpo a corpo do combate, sem distâncias. Enquanto as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece no passar do tempo, as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que aparecem.

Considerando aqui como expressão ampla das táticas praticadas, Frangella (2009) reflete que se tornar morador de rua significa alterar o espaço urbano e ser alterado por ele. Tanto uma casa quanto a rua são espaços físicos simbolicamente construídos e que expressam códigos sociais que demarcam comportamentos específicos para cada um deles. Por isso, habitar a rua é uma forma de ocupação de espaços de resistência. Kasper (2006) dissocia a relação entre o habitar e a necessidade de existência de uma casa edificada, pois considera que no ato de habitar as ruas se constrói uma relação entre espaço-tempo diversificada. Constitui-se daí uma pluralidade de modos de vida, ou maneiras de fazer, resgatando Certeau (2008).

A distribuição das pessoas em situação de rua no território urbano depende de vários fatos, que se relacionam tanto com a infraestrutura oferecida, seus usos cotidianos, fluxos e espaços de circulação e meios de sobrevivência que oportunizam. A compreensão acerca desses espaços preferenciais possibilita uma maior precisão na inserção de estruturas de apoio a estes sujeitos. Quintão (2012) considera que a maior concentração de moradores de rua nas regiões centrais se deve à proximidade com locais que lhes garantam a sobrevivência e também por concentrarem centros comerciais que ficam vazios à noite, conferindo maior segurança para quem dorme na rua.

Complementarmente, para Quintão (2012), a escolha por locais para dormir e perambular degradados, afastados ou escondidos também se relaciona com o lugar social que estas pessoas ocupam, visto que a exclusão e o afastamento também os colocam nesta posição. A segregação espacial no caso das pessoas em situação de rua ocorre por meio da sua possibilidade de uso de pontos específicos, onde só lhes é permitido ficar se não atrapalharem ou incomodarem a sociedade à volta. Perambular pela cidade com seus pertences e materiais para venda é fator balizador dos fluxos dos moradores de rua, tornando-se uma questão imprescindível a eles. Além do que, o custo para deslocamentos longos a partir do transporte público é muito alto.

As pessoas em situação de rua têm, na maioria das vezes, dificuldades em acessar seus direitos sociais e humanos, pois as políticas públicas se contradizem entre a ineficiência na legitimação da existência dessas pessoas quanto na realização de ações de controle social que buscam invisibilizá-las (Sicari, 2018). Por isso, na década de 1960, já se organizavam em grupos de reivindicação em algumas cidades brasileiras. Nas décadas seguintes, apoiadas por organizações sociais, elas passaram a realizar mobilizações e manifestações por melhores condições de vida e pela criação de políticas públicas, tornando visível à sociedade e ao poder público as condições de vida nas ruas. Em 2004, o evento conhecido como chacina da Praça da Sé, em São Paulo - onde sete pessoas em situação de rua foram mortas e o qual propagou outros atos de violência pelo país - foi responsável pela unificação dos grupos já mobilizados em Belo Horizonte e São Paulo, no que se consolidou depois como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), lançado oficialmente em 2005 durante o 4º Festival Lixo e Cidadania (MNPR, 2010).

Esta população é constantemente vítima do comportamento discriminador, tanto porque sua presença incomoda e porque não reproduz o modelo social esperado. Para Rocha e Eckert (2003), a cidade do andarilho acolhe seus passos e passa a existir através da existência deste que vive na instância de seu itinerário um traçado que encobre um sentido que só será desvendado ao seu final. Sua caminhada é de natureza egocêntrica, funcional, mas também poética, fabulatória e afetiva. Intervir nessa realidade exige a diminuição das desigualdades econômicas e a criação de condições para um pleno desenvolvimento dos indivíduos. Por isso, compreender a construção de apego ao lugar a partir da relação pessoa-ambiente e não apenas por meio de um único referencial pode possibilitar a maior humanização e eficácia no planejamento urbano e na construção das políticas públicas para pessoas em situação de rua.

## 4 MÉTODO

### 4.1 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa teve abordagem qualitativa e desenho etnográfico. Visou compreender e aprofundar os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes em seu ambiente natural e em relação ao seu contexto (Sampieri, Fernández-Collado & Baptista, 2013). Em função dos seus objetivos foi uma pesquisa descritiva e exploratória (Gil, 1991), que descreveu as características da população em relação ao fenômeno de apego ao lugar, produzindo maior familiaridade sobre o assunto.

Optou-se por este delineamento, pois ele permite descrever e analisar ideias, crenças, significados, conhecimentos e práticas da população estudada em relação ao fenômeno estudado - apego ao lugar, permitindo contemplar aspectos diversos da forma como o grupo se organiza. A pesquisa vai ao encontro da abordagem multimetodológica proposta pela Psicologia Ambiental, que visa articular diferentes estratégias de pesquisa, investigando de forma mais ampla as interações entre pessoa-ambiente. Dessa forma, há a diminuição de vieses inerentes à adoção de procedimentos que ressaltam somente um aspecto do objetivo em detrimento de outro (Günther et. al., 2004).

Para Rocha e Eckert (2003), a etnografia consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observação e conversação, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa. É feita tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo e descrevem as formas que emergem na vida coletiva. Quando feita no espaço urbano, consiste no desenvolvimento da observação sistemática e da descrição dos cenários, dos personagens e suas rotinas, dos imprevistos e situações de tensão. Através dela se observa a cidade como objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, imbricados numa trama de eventos cotidianos.

Desenvolver uma reflexão sobre o espaço urbano exige um investimento de tempo, já que o perfil de uma comunidade, indivíduo e/ou grupo se configura aos poucos. É necessário estabelecer a cumplicidade dos pequenos gestos, sorrisos ou olhares dos habitantes da rua. Então, o método utilizado nesta pesquisa envolveu três etapas: (a) a observação etnográfica; (b) o inquérito com a utilização de mapas do centro da cidade, e (c) a captação da narrativa da relação entre os participantes e o espaço urbano, que ocorreu durante caminhadas pela cidade.

## 4.2 Contexto da pesquisa

O lócus da pesquisa foi a região central da cidade de Florianópolis, e mais especificamente a parte composta por construções históricas tombadas, que também é centro do comércio popular e bancário da cidade.

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui 421.240 habitantes, segundo o censo do IBGE realizado em 2010. Tem uma área territorial de 675,409 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 623,68 hab/km<sup>2</sup>, com grande parte de sua extensão localizada na ilha de Santa Catarina e outra na região continental. O acesso terrestre à ilha se dá através de duas pontes localizadas na região central. Sua região metropolitana é composta por 22 municípios, dos quais se destacam São José, Palhoça e Biguaçu.

Enquanto espaço compartimentalizado, terminologia utilizada por Magnani (1986), o centro é composto por frações territoriais que são apropriadas pelos seus membros e abrigam grupos sociais que, em última instância, representam a própria identidade da cidade. No centro de Florianópolis, então, misturam-se o folclórico e o moderno, o comércio popular dos camelôs e os gentrificados como o mercado público, o típico manezinho, os turistas e os andarilhos estrangeiros. A tradição da área central de Florianópolis assegura-lhe a característica de ser um espaço público destinado à circulação e à permanência de diferentes grupos sociais e proporcionar-lhe disponibilidade de apropriação e usos (Coradine, 1992). O acesso aos participantes aconteceu através da interlocução e autorização institucional do Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos, organização não-governamental fundada em 1997, com grande importância na defesa e luta pela cidadania e direitos humanos de populações vulneráveis, como o público LGBT, detentos, jovens infratores, pessoas em situação de rua e usuários da rede de atenção psicossocial. Através do Instituto Arco-Íris, o Movimento Nacional da População de Rua de Santa Catarina - MNPR/SC também colaborou com a pesquisa. O MNPR/SC organizou-se em Florianópolis em 2013 e desde então atua na luta pela promoção de condições de cidadania e denúncia das violências praticadas contra as pessoas em situação de rua.

## 4.3 Participantes

Participaram da pesquisa 13 pessoas. O total de participantes foi composto visando atender os critérios de saturação de dados e a escolha se deu por conveniência e de forma intencional, sendo a amostra composta por procedimento não-probabilístico através da utilização da



técnica da bola de neve - *snowball* (Becker, 1993). A técnica é caracterizada pela identificação de um ou mais participantes de acordo com os critérios de inclusão e posterior indicação de outras pessoas com o perfil de interesse do estudo. A estratégia foi utilizada até que a saturação dos dados foi alcançada, ou seja, até que os dados coletados se tornaram redundantes e repetitivos. Os critérios adotados para inclusão e exclusão dos participantes foram:

- 1) ser maior de 18 anos;
- 2) considerar-se em situação de rua;
- 3) não possuir qualquer incapacidade cognitiva que impossibilite a participação nas etapas da pesquisa.

#### 4.4 Considerações Éticas

Após ser aprovado no exame de qualificação, o projeto de pesquisa que originou este estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina e levou em consideração as normativas da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme parecer consubstanciado número 2.697.344 (Anexo A).

Antes do início das etapas de coleta de dados individuais, a pesquisadora entregou e leu com os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), que foi assinado em duas vias por ambas as partes quando da concordância em participar da pesquisa. Nele estavam contidas as informações sobre a participação voluntária, anônima e sigilosa, os riscos envolvidos, sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa. Uma das vias do TCLE foi entregue aos participantes e a outra foi armazenada como arquivo de pesquisa em lugar seguro, dentro dos critérios definidos pelo comitê de ética. Visando garantir o anonimato, sigilo e privacidade das pessoas e das informações prestadas durante a pesquisa, cada participante recebeu um código alfanumérico baseado na ordem em que a coleta de dados aconteceu. Exemplo, a saber, P1, P2, P3... P13).

#### 4.5 Etapas de coleta e análise dos dados

##### 4.5.1 Diário de campo

Durante todo o período de coleta, a pesquisadora manteve um diário de campo onde registrou suas experiências e percepções. Enquanto técnica de pesquisa, o diário de campo é um instrumento de anotações, comentários e reflexões para uso exclusivo do pesquisador

em seu dia a dia. Nele são anotadas todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas e experiências pessoais do pesquisador (Gerhardt & Silveira, 2009).

#### **4.5.2 Etapa 1: Lugares de trajetos, lugares de estada e as percepções sobre a cidade**

Esta etapa consistiu em coletar dados gráficos e orais sobre a rotina das pessoas em situação de rua, utilizando para isso um mapa de imagem aérea da região central de Florianópolis (instrumento apresentado no Apêndice B). Após cada participante receber o seu instrumento e a checagem de sua compreensão sobre ele, a pesquisadora oferecia instruções, com as quais solicitava-se: *(a) Marque no mapa os lugares que você costuma escolher para dormir; (b) Marque no mapa os lugares que você costuma frequentar - sejam comerciais, privados ou institucionais; (c) Desenhe no mapa os trajetos que você percorre mais frequentemente em um dia comum.* Além da identificação dos vínculos e trajetos, esta etapa também serviu para facilitar a expressão de emoções e sentimentos nas perguntas subsequentes, que foram: *(d) O que você pensa sobre a cidade de Florianópolis? (e) O que você considera que poderia ter em Florianópolis para que a cidade fosse mais acolhedora com as pessoas em situação de rua?*

Mapas são frequentemente usados nos estudos sobre afetividade com o lugar (Bomfim, 2004; 2010) e são escolhidos como ferramentas para identificação dos pontos do território com os quais os participantes da pesquisa possuem vínculos que tornam a sua vida na rua funcionalmente possível, garantindo-lhes alimentação, saúde e dinheiro. De acordo com Milgram (1998), os mapas psicológicos podem ser usados para técnicas de amostragem e também para identificação do significado cognitivo de qualquer ponto específico da cidade em relação a qualquer outro. Também podem ser usados para obter informações acerca das diferentes percepções que um determinado grupo cultural possui sobre a cidade e a maneira como elas podem mudar.

A análise e interpretação dos dados desta etapa foram feitas por meio da descrição das sobreposições dos dados gráficos dos mapas dos diversos participantes, visando identificar a similaridade nos locais e trajetos, escolha de lugares para moradia e pontos de vínculo. Enquanto os dados orais produzidos a partir das perguntas abertas e captados com a utilização de gravador de voz foram transcritos e categorizados a partir do aporte da Teoria Fundamentada nos Dados (Strauss & Cordin, 2008). A etapa de coletas de dados 1, 2 e 3, que serão descritas posteriormente,

aconteceram em ambiente externo e, para captação apropriada dos áudios, utilizou-se o gravador modelo *Sony ICD-PX312*.

### **4.5.3 Etapa 2: Narrativas Ambientais e Caminhada pela Cidade**

Os procedimentos desta etapa foram adaptados da técnica de autobiografia ambiental descrita por Elali e Pinheiro (2008), que consiste numa estratégia de coleta de histórias pessoais que tenham o ambiente como principal ator no conjunto dos personagens. O que o diferencia de outros métodos biográficos é uma atenção menor para com datas, nomes de pessoas e detalhes semelhantes em detrimento da ênfase na descrição de lugares que tenham uma marca na história de vida dos indivíduos, constituindo-se como uma oportunidade de recordar as memórias relacionadas aos lugares.

Enquanto na técnica de autobiografia ambiental é o próprio sujeito que produz o material de seu relato, nesta pesquisa adotou-se como estratégia a coleta de dados com utilização de gravação de voz, que posteriormente foi transcrita pela pesquisadora. Denominou-se, então, o procedimento de *Narrativas Ambientais*, que foi aplicado subsequentemente à etapa de coleta de dados gráficos com o uso dos mapas e aconteceu na mesma saída de campo da pesquisadora.

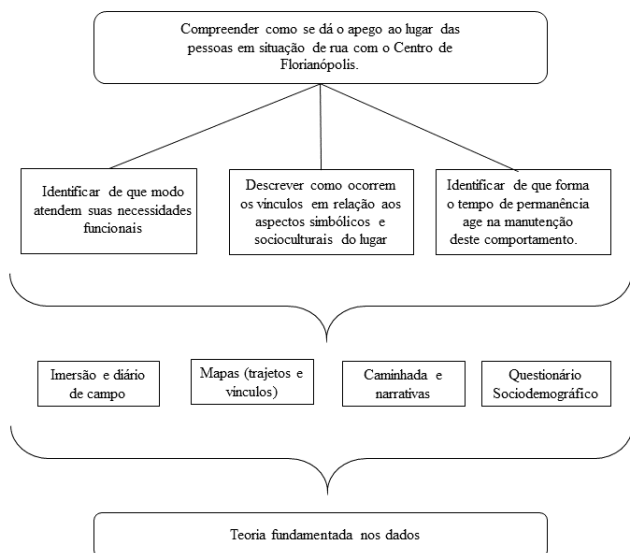
A pesquisadora convidou cada sujeito a levá-la para um passeio pelo centro de Florianópolis enquanto narravam suas vivências por ali. Não houve instrução sobre o trajeto, ficando a cargo dos participantes a escolha dos percursos. Durante a caminhada, incentivou-se que falassem sobre seu cotidiano na cidade, sobre como se sentem em relação ao espaço urbano e como se relacionam com os grupos sociais. Assim como as demais etapas, as narrativas ambientais foram capturadas com a utilização de gravador apropriado para o ambiente externo.

No âmbito de produção de narrativas, Fernandes (2010) indica que essa técnica proporciona a imersão dos esquecidos da história das pessoas, enquanto Joutard (1983) ressalta que a escolha por determinados tipos de fontes não é uma coisa neutra no processo de pesquisa. A própria escrita, por exemplo, reflete o ponto de vista de uma dominação hegemônica; então a utilização de fontes orais não é apenas uma comodidade para atingir pessoas com pouca ou nenhuma habilidade de produção escrita, mas um meio de ter uma outra versão da realidade. O discurso biográfico - e seu texto - é a expressão da relação vivida entre participante e pesquisador e as condições de produção exigem que o narrador possa contar sua vida tal como ele a percebe, isto é, selecionando os fatos da forma como aparecem, sem auto-censura ou auto-justificação.

Partindo da discussão sobre coletas de narrativas proposta por Bertaux (1980), buscou-se realizar o procedimento com no mínimo 12 pessoas, atentando-se à diversidade de seus informantes. A transcrição das narrativas ocorreu após suas coletas e o procedimento de análise de dados se deu por meio da teoria fundamentada, que possibilitou sua construção progressiva durante toda a investigação.

#### 4.5.4 Etapa 3: Questionário sociodemográfico

Esta foi a última etapa da coleta de dados, utilizada para caracterizar o perfil dos participantes através de um questionário sociodemográfico (Apêndice C). O questionário contou com perguntas sobre gênero, raça, nível educacional, tempo de permanência em situação de rua e vínculos afetivos. Os dados foram organizados e tabulados por meio de estatística descritiva.



**Figura 1** Síntese do método e da análise em relação aos objetivos da pesquisa

**Tabela 2** Esquema de apresentação das etapas da pesquisa

Instrumento	Quando é usado	Porque é usado	Como é descrito e analisado
Diário de Campo	Durante todo o período de campo	Registrar as percepções, hipóteses e ideias da pesquisadora	Incorporados à análise da teoria fundamentada nos dados

Mapas	Início da coleta	Identificar os locais frequentados, trajetos realizados e instigá-los a falar sobre o tema	Os dados foram agrupados em tabelas e figuras, e foram analisados através da teoria fundamentada
Narrativas e Caminhadas	Durante a interação com os mapas e nas caminhadas	Captar informações sobre o padrão de uso, histórias de vida e relações	Transcrições integrais analisadas através da teoria fundamentada
Questionário Socio-demográfico	Última etapa da coleta	Identificar o perfil sociodemográfico dos participantes e como estratégia de dessensibilização	Estatística descritiva e teoria fundamentada

#### 4.6 Análise de Dados

Com suporte dos pressupostos da Psicologia Ambiental e do referencial teórico utilizado, procedeu-se a organização e análise dos dados utilizando para isso a Teoria Fundamentada (*grounded theory*) e as dimensões do apego ao lugar, a dizer, funcional simbólica e temporal. A teoria fundamentada nos dados foi desenvolvida pelos sociólogos Barney Glaser e Anselm Strauss e é uma metodologia de pesquisa qualitativa, que inclui um conjunto de etapas, descritas a seguir, que guia o pesquisador desde o momento do acesso ao campo e que tem potencial de fornecer um guia para maior compreensão do fenômeno, a fim de identificar, desenvolver e relacionar conceitos (Strauss & Corbin, 2008).

1. **Codificação aberta:** Tem por objetivo descobrir, nomear e categorizar fenômenos segundo suas propriedades e suas dimensões, de modo a manter-se aberto a todas as possibilidades que emergem. Dessa forma, a análise desse estudo foi criada a partir das diversas informações (trecho do diário de campo, trecho de entrevistas...) e organizadas em função de suas semelhanças e diferenças.
2. **Codificação axial:** Envolveu o reagrupamento dos dados que foram divididos durante a codificação aberta e o processo de relacionar categorias às subcategorias.
3. **Codificação seletiva:** Envolveu a integração e o refinamento das categorias para que pudesse ser criado um modelo teórico

explicativo. As categorias foram nomeadas a fim de explicitarem mais integralmente o que representam.

- 4. Codificação para processo:** Esta etapa da teoria fundamentada em dados envolve a sequência de ações que interagem evolutivamente e ocasionam mudanças em um determinado contexto.

## 5 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em três categorias com a finalidade de elucidar como os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados. Dentro de cada categoria serão apresentadas as subcategorias e subdivisões usadas para análise e discussão dos resultados. Ressalta-se que embora a coleta de dados tenha seguido uma sequência ordenada, conforme apresentada na seção anterior, os resultados e a discussão oriunda da teoria fundamentada nos dados são apresentados de forma interconectada.

O período de inserção no campo se deu entre julho e dezembro de 2018. Foram coletadas pela pesquisadora 11 horas e 45 minutos de gravações em áudios de entrevistas, transcritas em conjunto por ela e por uma estudante de Psicologia, voluntária na pesquisa. Os horários de coleta variaram entre o período matutino e vespertino, de acordo com o interesse dos participantes - acessados por meio da técnica de bola de neve. Fazia-se um contato prévio, com base nas indicações os convidando para participar da pesquisa e agendando o horário de coleta. Os registros do diário de campo foram feitos através de anotações, relatos, gravações em áudios que não foram transcritos e fotografias.

Inicialmente, esta seção focará na apresentação do perfil sociodemográfico dos participantes e em seguida descreverá as características da região urbana em que a pesquisa ocorreu. Essa descrição incorpora também dados relativos aos locais de preferência e tipos de uso feitos pelas pessoas em situação de rua, de maneira a destacar seus atributos ambientais que contribuem para essa preferência. Em seguida, serão apresentadas as categorias provenientes da análise da teoria fundamentada nos dados e que dizem respeito às percepções dos participantes sobre o espaço urbano.

### 5.1 Caracterização dos participantes

Os dados de caracterização dos participantes foram obtidos através da aplicação do questionário sociodemográfico, que buscou conhecê-los em relação à idade, tempo em situação de rua, tempo de residência em Florianópolis, grau de escolarização e rede de apoio principal. As respostas informadas foram sintetizadas na Tabela 3.

Tabela 3 **Caracterização dos participantes**

Código do Participante	Idade	Tempo de residência em Florianópolis?	Tempo em situação de rua?	Identificação de gênero?	Identificação de "raça"	Grau de escolarização
1	35	4 anos	2 anos	Mulher	Negra	Fundamental completo
2	36	5 anos	5 anos	Homem	Colorido	Médio incompleto
3	53	18 anos	8 anos	Homem	Branco	Médio incompleto
4	40	5 anos	5 anos	Homem	Branco	Fundamental incompleto
5	43	43 anos	32 anos	Homem	Negro	Fundamental incompleto
6	20	9 anos	3 meses	Mulher	Branca	Médio completo
7	48	5 anos	5 meses	Homem	Pardo	Superior completo
8	40	35 anos	17 anos	Homem	Negro	Superior incompleto
9	21	1 ano	5 meses	Mulher	Branca	Superior incompleto
10	33	1 ano e 7 meses	2 meses	Mulher	Negra	Fundamental incompleto
11	*	*	*	Homem	Negro	*
12	20	3 meses	2 anos	Mulher trans	Negra	Médio completo
13	*	*	*	Homem	Negro	*

(\*) Coleta encerrada antes do preenchimento da informação.

Participaram da pesquisa 13 pessoas, oito do gênero masculino e cinco do gênero feminino, sendo que uma dessas mulheres se identificou como transgênero. A idade variou entre 20 e 53 anos, com média de 36 anos. O tempo em situação de rua variou num intervalo de dois meses a 32 anos, com média de seis anos e cinco meses vivendo na rua. O tempo de residência em Florianópolis variou de três meses a 43 anos, com média de 11 anos e cinco meses. A tendência dos entrevistados foi de serem migrantes de outras regiões do estado e do país, com destaque



para a região oeste de Santa Catarina e os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

## 5.2 Caracterização do campo da pesquisa

Os resultados de categorização do campo se referem à etapa exploratória usada na definição do local que receberia a pesquisa. Tomaram-se como elementos de análise os mapas da região central de Florianópolis e as anotações das idas a campo.



**Figura 2** Imagem aérea do centro de Florianópolis

Fonte: Google Earth

A área conurbada de Florianópolis recebe migrantes de outras regiões do estado e do país atraídos pelas oportunidades de estudo, trabalho e qualidade de vida da cidade (Amarante & Rossato, s/d). O Centro de Florianópolis é o bairro que liga a parte insular da capital catarinense ao continente. Desde o início da colonização da cidade, os mercadores se reuniam em frente à praia da região central, próximo à Praça XV de Novembro, para vender produtos alimentícios e artesanais. Com o passar dos anos, e o longo processo de transformação que a içou da categoria de pequena cidade portuária habitada por pescadores para um polo turístico reconhecido internacionalmente, o comércio na região se intensificou. De acordo com Fantin (2000), Florianópolis despertou tardiamente para sua modernização, que ficou mais explícita a partir dos

anos 1970 com as obras do aterro da Baía Sul e das novas pontes de acesso à cidade.

Atualmente, andar pelo centro permite que o sujeito encare e conheça os diferentes momentos históricos da capital catarinense por intermédio da arquitetura das edificações, das vias e áreas de lazer que denotam as diferenças de classe de seus moradores através da polarização da infraestrutura encontrada em certas regiões do bairro em detrimento de outras – como pode ser observado no lado norte e sul do centro. Enquanto o lado norte do bairro é marcado por um planejamento e arquitetura modernos, com grandes edifícios e vias asfaltadas, o lado sul traz as características da primeira região urbanizada de Florianópolis, com grandes casarões, casas e museus em estilo português e ruas pavimentadas com pedras.

A região sul, onde este estudo se concentrou, é conhecida como Centro Histórico, que tem como núcleo principal a Praça XV e o largo do Palácio Cruz e Souza, em direção nordeste tem como eixo as ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra; em direção noroeste até a Praça XV de novembro e em direção sudeste o Hospital de Caridade (Vaz, 1991). O centro histórico é caracterizado como sendo uma área ocupada pela cidade antes de seu processo de modernização. Este conceito só é aplicável ao caso em que se estabelece o contraste entre as formações urbanas de dois períodos, onde a reestruturação obedece a um novo modelo funcional que desagrega certas funções a uma região concentrando-as num outro local agora especialmente preparado.



**Figura 3** Delimitação do Centro Histórico de Florianópolis  
Fonte: Vaz, 1991.

### 5.3 Caracterização dos locais de preferência indicados

Os dados coletados com auxílio dos instrumentos de pesquisa foram utilizados para elaboração de três mapas que são apresentados em seguida no formato de figuras, mas que também estão disponíveis *online* em um formato interativo, com ferramentas que permitem a ampliação da escala e com legendas. Os endereços são indicados com notas de rodapé em cada uma das imagens.

Em função dos locais escolhidos pelos participantes para dormir, organizou-se a Tabela 4 e a Figura 4, ilustradas na sequência, indicando a frequência de vezes que os lugares foram citados. Como os participantes não tinham limites de respostas, a frequência será maior que o número de sujeitos. Em média, cada pessoa indicou dois lugares para dormir. A Praça XV de Novembro e o Mercado Xande foram os lugares mais citados, com oito menções cada um. Entre as pessoas que citaram em primeiro lugar um local descoberto, todas citaram na sequência um lugar coberto onde buscam abrigo nos dias chuvosos.

A média da distância entre os locais citados com Praça XV de Novembro - utilizada como ponto central da pesquisa -, foi de 393,71 metros. Todos localizados no centro da cidade e bastante próximos da praça. Apenas dois locais estavam a uma distância maior do que 350 metros, o que fez com que a média sofresse uma distorção. O local mais próximo estava localizado a 61 metros e o mais distante, Clube Náutico de Remo, a 1160 metros de distância. Apenas não foi computada a citação às Marquises diversas, pois não correspondem a um ponto determinado.

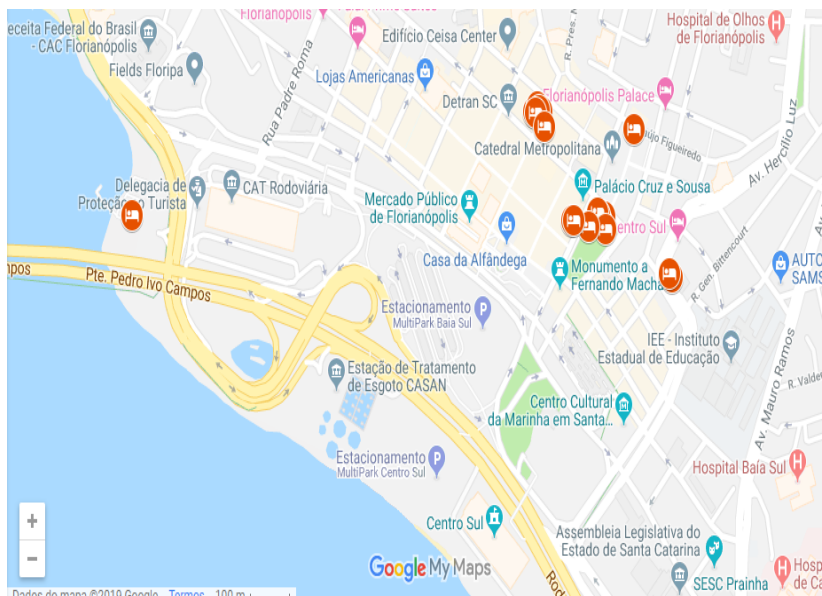
**Tabela 4 Frequência de escolha dos locais usados para dormir**

Local	Quantidade de vezes que foi citado	Distância do local inicial <sup>2</sup>
Coreto da Praça XV	8	0 metros
Mercado Xande	8	215
Marquise do Banco Itaú	2	61
Marquise do Clube Doze de Novembro	2	178
INSS (local fechado para obras)	1	169
Parque Náutico (Remo)	1	1160
Marquise do DEINFRA	1	190
Marquises diversas	1	*

<sup>2</sup> A distância foi calculada em linha reta e com a utilização do aplicativo *Google My Maps*

Praça Getúlio Vargas (Bombeiros)	1	483
Distância média	25	393,71 metros

Na Figura 4, os ponteiros alaranjados demarcam a frequência de citações de cada lugar escolhido para dormir, permitindo visualizar a proximidade entre eles e a concentração em cada ponto.



**Figura 4** Identificação das regiões escolhidas para dormir<sup>3</sup>

Fonte: Arquivo da pesquisa (Elaborado a partir do *Google My Maps*).

Os participantes da pesquisa também identificaram nos mapas os lugares que mais frequentam, sejam eles públicos ou privados, abertos, semiabertos ou fechados. Mesmo que não seja escolhida como um local onde dormem, a Praça XV foi citada por todas as pessoas, que disseram ter ali vínculos com amigos e companheiros da rua, com profissionais das equipes de saúde ou pessoas que realizam doações diversas.

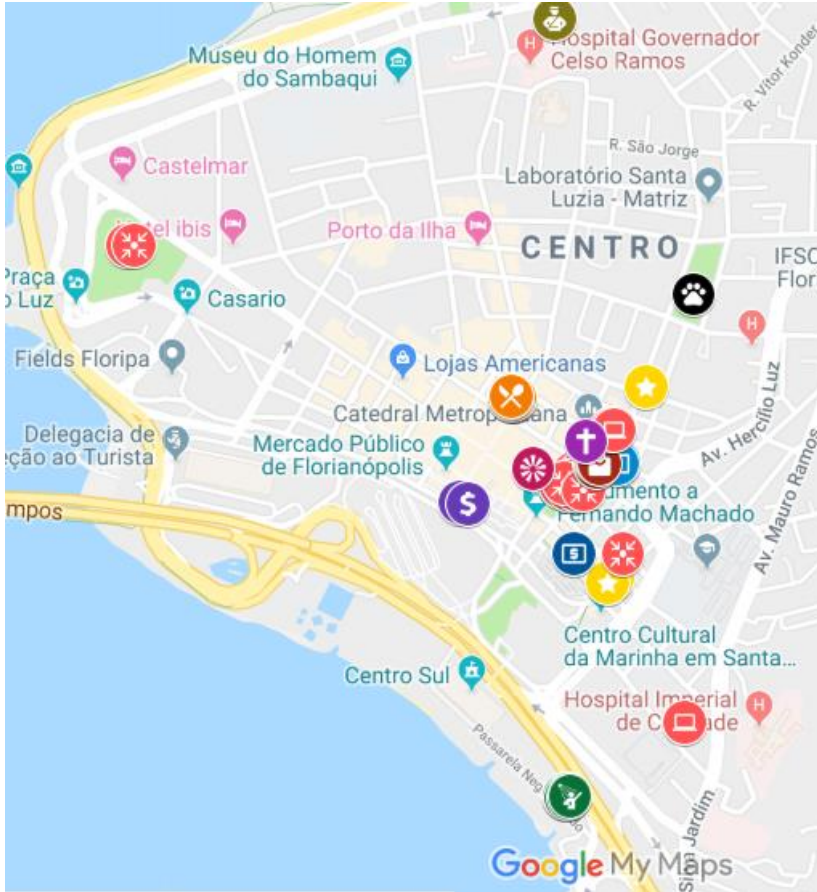
<sup>3</sup> A Figura 4 pode ser visualizada com ferramentas para ampliação da escala pelo endereço: [https://drive.google.com/open?id=1ueYnKbq-c3tYU\\_B7eF4X5FZmejgAO7uI&usp=sharing](https://drive.google.com/open?id=1ueYnKbq-c3tYU_B7eF4X5FZmejgAO7uI&usp=sharing)

Tabela 5 **Frequência de uso dos locais citados por possuírem vínculos**

Local	Frequência de respostas	Tipo de Uso
Praça XV	13	Amigos e companheiros da rua
Mercado Xande	9	Amigos e companheiros da rua; doação de alimentos
Padaria do Foguinho	3	Boas promoções para compra de alimentos
Doações (Largo da Catedral)	9	Local de maior concentração de grupos com doações diversas e recorrentes
Centro POP	8	Alimentação; banho;
Instituto Arco-Íris	3	Oficina de redução de danos; acolhimento psicológico; outras oficinas
Alfândega	2	Local de trabalho e mangueio
Parque da Luz	2	Lazer e encontro com amigos
Mercadinho	1	Local de bons preços para compra de mantimentos
SESC Prainha	1	Acesso à internet
BADESC	1	Cinema gratuito
Câmara Municipal de Vereadores	3	Trabalhadores que são amigos e apoiadores; acesso à internet
Receita Federal	1	Trabalhador amigo
Igreja	1	Vínculo religioso
ICom	1	Trabalhadores amigos e apoiadores
ADEH	1	Acolhimento psicológico
Bombeiros	1	Passear com animal de estimação
Exército	1	Local de trabalho do namorado

A Figura 5 permite a visualização dos pontos informados como sendo aqueles em que possuem maiores vínculos, sejam por questões afetivas ou funcionais. Os lugares mais distantes apareceram com menor frequência e foram: a sede do Exército (1200 metros), localizada na Rua Bocaiúva - extremo norte do bairro; e o Parque da Luz (1160 metros). Utilizando novamente a Praça XV como ponto referencial para as

medições, a distância média entre os locais indicados foi de 406 metros, sendo que 12 locais ficam no intervalo entre um e 400 metros da praça; dois num intervalo de 401 a 800 metros e outros dois num intervalo entre 801 e 1200 metros.



**Figura 5** Identificação dos locais de vínculos<sup>4</sup>

Fonte: Arquivo da pesquisa (Elaborado a partir do *Google My Maps*).

---

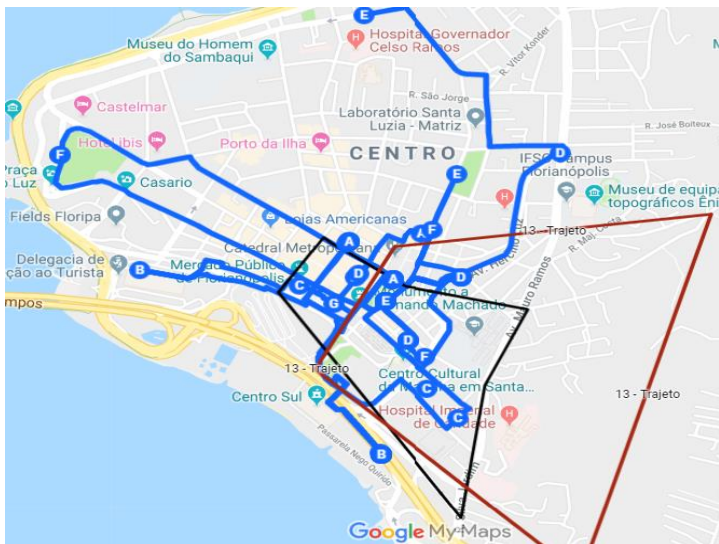
<sup>4</sup>A Figura 5 pode ser visualizada com ferramentas para ampliação da escala pelo endereço: <https://drive.google.com/open?id=1ZPV3fk0eaZRnN-9JUNcnsYoInr0I7Wbn&usp=sharing>

Das 13 pessoas, dez responderam à questão referente aos trajetos. As demais não souberam indicar quais seus trajetos principais ou consideraram que transitam por “*todo o Centro*”. Os dados coletados também foram categorizados pela sua frequência, conforme a Tabela 6 e a Figura 6.

**Tabela 6 Trajetos corriqueiros indicados pelos participantes**

Participante	Trajetos
Participante 01	Mercado Xande – Praça XV Praça XV – Centro POP Centro POP – Praça XV Praça XV – Instituto Arco-Íris Praça XV – Largo da Alfândega Largo da Alfândega – Praça XV
Participante 02	Praça XV Colégio Energia Avenida Hercílio Luz Praça Tancredo Neves
Participante 03	Praça XV – Centro POP Centro POP – SESC Prainha Praça XV – Instituto Arco-Íris Praça XV – BADESC
Participante 04	Indicou que anda “por tudo” desde o Mercado Público até a Avenida Mauro Ramos
Participante 05	Não informou
Participante 06	Mercado Xande – Centro POP Centro POP – Praça XV Praça XV – Avenida Hercílio Luz Praça XV – Parque da Luz
Participante 07	Mercado Xande - Praça XV Centro POP - Praça XV Praça XV - Avenida Hercílio Luz Praça XV - Parque da Luz
Participante 08	Mercado Xande – Praça XV Praça XV – Centro POP Centro POP – Praça XV Praça XV – Instituto Arco-Íris Assembleia Legislativa

Participante 09	Praça XV – Centro POP Centro POP – Praça XV Praça XV – Exército (Bocaiúva)
Participante 10	Informou que anda “por tudo”
Participante 11	Praça XV – Terminal Rita Maria Mercado Público Rua Trajano Praça Getúlio Vargas
Participante 12	Marquise DEINFRA – Centro POP Centro POP – Praça XV Praça XV – Rua Deodoro Rua Deodoro – Avenida Hercílio Luz
Participante 13	Informou que anda “por tudo” no sentido Praça XV – Morro da Mariquinha



**Figura 6** Trajetos corriqueiros indicados pelos participantes<sup>5</sup>  
Fonte: Arquivo da pesquisa (Elaborado a partir do *Google My Maps*)

<sup>5</sup> A Figura 6 pode ser visualizada com ferramentas para ampliação da escala pelo endereço:  
<https://drive.google.com/open?id=1KzpPMVka1Ca46Px0fk3WdPOZZ8CtNR0u&usp=sharing>



#### 5.4 Identificação dos lugares de preferência

Durante as caminhadas pelo bairro, quando a pesquisadora convidava as pessoas para levá-la para um passeio, notou-se o cuidado dos participantes em escolherem lugares que para eles eram significativos. Mesmo quando a caminhada não chegou a acontecer e os participantes apenas falaram sobre os lugares, os lugares citados eram justificados por favorecerem a introspecção. A Tabela 7 ilustra quais lugares foram citados e os elementos ambientais que o compõe. A Figura 7 apresenta a frequência em que cada local foi citado e sua localização no mapa.

**Tabela 7 Lugares preferidos no Centro**

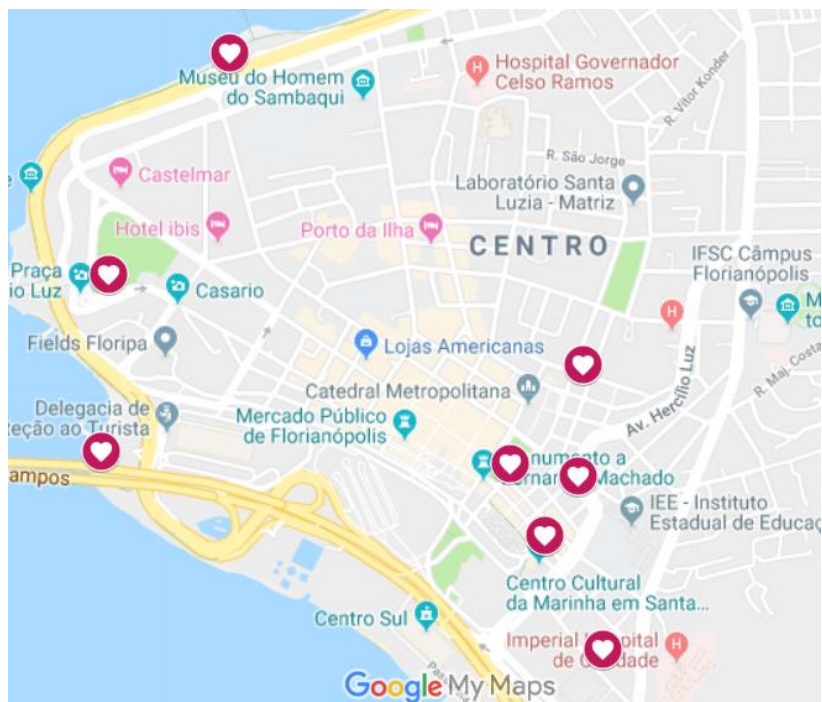
Lugar	Nº de citações	Elementos ambientais
Beira-mar norte	1	Incorporação de elementos construídos aos naturais, possibilita visão ampla para o mar da baía norte, espaço para caminhadas e descanso
Clube Doze	1	Edificação antiga que funciona apenas durante a semana, marquise alta e alongada, próximo à região com intenso fluxo noturno nos bares e bistrôs
Clube Náutico do Remo	1	Agrega elementos construídos com o ambiente natural, próximo ao mar, sem fluxo de pessoas, permite uma visão ampla do entorno, fica vazia ou com pouca movimentação na maior parte do tempo.
Fundação Cultural BADESC	1	Casarão histórico de arquitetura portuguesa, espaço aconchegante, possibilidade de acesso gratuito às atividades culturais oferecidas.
Instituto Arco-Íris	1	Casarão histórico, arquitetura antiga, decoração artística e artesanal feita pelos usuários, presença de profissionais da Psicologia
Parque da Luz	2	Área verde localizada na região central de Florianópolis, vegetação nativa e com trilhas entre as árvores, espaço de lazer com campo de futebol e parque infantil, totens indígenas nas extremidades do parque,

mirante da ponte Hercílio Luz e do mar da baía norte

Praça Tancredo  
Neves

1

Espaço construído e com pouca arborização, permite uma visão ampla do entorno, pouco fluxo de pessoas, silencioso, parede de mosaico que retrata Santa Catarina



**Figura 7** Esquema de representação dos lugares preferidos<sup>6</sup>

Fonte: Arquivo da pesquisa (Elaborado a partir do *Google My Maps*).

<sup>6</sup>A Figura 7 pode ser visualizada com ferramentas para ampliação da escala pelo endereço:

[https://drive.google.com/open?id=1m0rb\\_CyAaTFVQ91ieu1hBdxEmAdU1pug&usp=sharing](https://drive.google.com/open?id=1m0rb_CyAaTFVQ91ieu1hBdxEmAdU1pug&usp=sharing)

### 5.5 Apresentação das categorias e subcategorias de análise

A partir da teoria fundamentada nos dados, criaram-se categorias compostas por subcategorias e elementos de análise, em vistas de responder os questionamentos deste estudo, que teve por objetivo geral compreender como se dá o apego ao lugar das pessoas em situação de rua com o Centro de Florianópolis. Para tanto, analisou-se aspectos funcionais, simbólicos e temporais que favorecem a ocorrência do fenômeno.

A partir dos resultados notou-se, contudo, que as subcategorias possuíam pontos de intersecção, que tornam a compreensão do conceito de apego ao lugar diferente do que a somatória de suas partes. Dessa forma, a Tabela 8 foi organizada de modo a permitir que a convergência entre as subcategorias pudesse ser retratada. Os dados das Tabelas 8 e 9 passaram pela validação de especialistas na área, que puderam indicar se estavam de acordo o exposto e foi aperfeiçoada a partir do cruzamento dos julgamentos, resultando nos modelos indicados nas Tabelas 8 e 9.

**Tabela 8 Evidências de apego ao lugar**

Evidência de apego	Explicação
A rua enquanto espaço de lazer	O espaço se configura num cenário lúdico e é usado para atividades esportivas (futebol no Parque da Luz), culturais e artísticas (teatro, artesanato e outros).
Adesão aos serviços de saúde e assistência social	A adesão aos serviços de saúde e assistencial não representa a saída da rua por si e acontece principalmente quando os usuários estão passando por situações mais problemáticas e conseguem estabelecer vínculos com os servidores.
Alternância entre a situação de rua e a residência em uma casa	Transição fluida entre os contextos visando assegurar uma sensação de bem-estar individual.
Amizades na rua	Os laços que se desenvolvem ali são muito significativos e considerados por muitos como os mais fortes de suas vidas.
Circunscrição dos trajetos escolhidos	É raro que as pessoas se desloquem para um lugar ou façam um trajeto diferente do cotidiano. Isso por conta da fidelização a certos lugares, mas também porque outras regiões são menos acolhedoras com eles (presença de polícia, maior

	preconceito).
Comportamento de colaboração	Colaboram por acharem que podem precisar de ajuda em outros momentos.
Dificuldade em se afastar da rua	Pessoas que fazem transição para uma casa ou serviço de abrigo costumam "passear" na rua e voltar até a praça para encontrar os amigos, conversar e passar o tempo.
Elementos ambientais que geram bem-estar	Elementos ambientais que geram bem-estar e segurança são apontados por muitos como motivos para estarem ali.
Envolvimento com o Movimento Nacional da População de Rua	A participação com o MNPR gera um senso de responsabilidade e envolvimento que favorecem a permanência na rua.
Escolha pelos mesmos lugares para comer	Em geral, as pessoas não se sentem confortáveis tendo que pedir coisas. Por isso, costumam se alimentar nos mesmos lugares que fixaram a prestação deste auxílio para a população de rua (Centro POP, voluntários, comerciantes).
Escolha pelos mesmos lugares para dormir	A escolha dos mesmos lugares para dormir envolve as características físicas dos lugares e como elas configuram um certo tipo de uso (praça permite uma reunião maior e mais "barulhenta"; marquise do mercado exige silêncio por conta de ser uma região residencial).
Escolha por morar em Florianópolis	Florianópolis é citada como uma cidade bastante particular por sua beleza, acolhimento e "magia". Estar em situação de rua aqui envolve não apenas o bem-estar psicológico e os significados atribuídos à cidade, mas também o atendimento de necessidades que em outras cidades não são supridas. Mais presente nos entrevistados que já estiveram em situação de rua em outras cidades do país.
Maior bem-estar em relação à situação anterior	Mesmo com as dificuldades e vulnerabilidades da rua, as pessoas se consideram numa situação melhor do que a anterior.

Relações amorosas que aconteceram na rua	A rua enquanto local que possibilitou a continuidade de relacionamentos amorosos e o encontro entre as pessoas.
Senso de proteção	Lugares que geram um senso de proteção maior que outros, seja pela sua arquitetura como pelas relações que nele se estabelecem.
Táticas de uso do espaço	As pessoas vão aperfeiçoando a forma como usam a cidade para lidar com suas necessidades à medida que seu tempo na rua aumenta.
Atividade remunerada	Encontram na rua meios de trabalho que não encontraram em outros lugares, seja por conta da escolarização, abuso de substâncias, estado de saúde física e psicológica.
Uso dos mesmos trajetos	Tendem a se deslocar pelas mesmas ruas pela segurança que elas demonstram, para encontrar pessoas conhecidas e porque mantêm uma fidelização ao trajeto.
Vínculo com comerciantes	Mantido principalmente pelos benefícios que conseguem, como o acesso a itens promocionais e bens que seriam descartados. À medida que seu tempo de rua aumenta, esse comportamento tende a se fortalecer também.
Vínculo com grupos voluntários	O vínculo com voluntários é reforçado pelo atendimento de suas necessidades básicas e tempo de permanência em situação de rua.

**Tabela 9 Organização das evidências conforme a dimensão em que estão inseridas**

Evidência de apego	Funcional	Simbólico	Temporal
A rua enquanto espaço de lazer		X	
Adesão aos serviços de saúde e assistência social	X	X	
Alternância entre a situação de rua e a residência em uma casa	X	X	
Amizades na rua		X	X
Atividade remunerada	X		X

Circunscrição dos trajetos escolhidos	X	X	X
Comportamento de colaboração	X	X	
Dificuldade em se afastar da rua		X	X
Elementos ambientais que geram bem-estar	X	X	
Envolvimento com o Movimento Nacional da Pop. de Rua	X	X	
Escolha pelos mesmos lugares para comer	X		
Escolha pelos mesmos lugares para dormir	X	X	
Escolha por morar em Florianópolis	X	X	X
Maior bem-estar em relação à situação anterior	X	X	
Relações amorosas que aconteceram na rua		X	
Senso de proteção	X	X	X
Táticas de uso do espaço	X		X
Uso dos mesmos trajetos	X	X	X
Vínculo com comerciantes	X		X
Vínculo com grupos voluntários	X		X

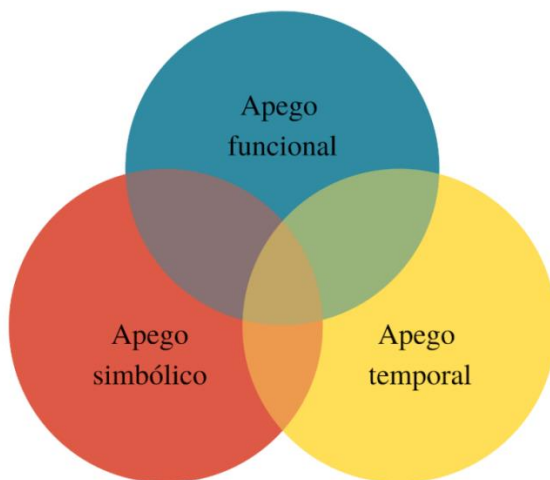
---

## 6 DISCUSSÃO

### 6.1 Apego ao lugar

O apego ao lugar no contexto das pessoas em situação de rua em Florianópolis é caracterizado por um conglomerado de modos de fazer carregados de afeto, táticas de uso, sentimentos, experiências e uma temporalidade muito própria ao grupo. Retornando a Sennet (2004) e Augé (1994), são carne no meio da selva de pedras edificada e são pausa entre tantas pessoas de passagem. Às vezes acostumadas a não serem notadas, outras buscando ocupar seus espaços de direito.

Os indícios de apego ao lugar resultantes da pesquisa apontam que eles não pertencem a uma categoria do modelo proposto por Giuliani (2003; 2004) com exclusividade, mas se interseccionam com outras. Dessa forma, considera-se aqui que as relações entre as dimensões do conceito fortalecem a sua ocorrência e dão mais robustez à sua presença. A partir da análise dos juízes, a pesquisadora considerou apenas três evidências não são interseccionadas aos conjuntos. Embora sete evidências de apego compõe a intersecção entre as dimensões funcional e simbólica; quatro evidências compõe as dimensões funcional e temporal; duas compõe a intersecção das categorias simbólica e temporal. Quatro evidências pertenceram às três dimensões do conceito de apego ao lugar. A Figura 8 foi elaborada para demonstrar como os vínculos comuns fortalecem o fenômeno.



**Figura 8** Diagrama de representação das dimensões do apego ao lugar  
Fonte: Arquivos da pesquisa (elaborado pela pesquisadora)

Na sequência do texto, busca-se apresentar alguns elementos que confirmam e explicam como o apego ao lugar marca os modos de vida das pessoas em situação de rua, a partir das categorias de apego funcional, simbólico e temporal.

## 6.2 Apego funcional na situação de rua

Esta categoria, além de identificar de que modo as pessoas em situação de rua atendem suas necessidades funcionais/de sobrevivência também apresenta elementos que apontam para o inverso. Ou seja, esclarecer como a negação de direitos os coloca em contexto de vulnerabilidade social, descrevendo também suas relações com os diversos tipos de violência, com as drogas e condições climáticas. Este estudo compreende que o conceito de vulnerabilidade social é multideterminado e tem sua gênese atrelada à ausência e precariedade no acesso à renda, às fragilidades na ordem dos vínculos afeitos, desigualdades de acesso a bens e serviços públicos e riscos psicossociais (Carmo & Guizardi, 2018).

O apego funcional trata de como a relação pessoa-ambiente favorece o atendimento das necessidades de sobrevivência humana, partindo de níveis mais primitivos como alimentação e saúde, até os mais modernos que envolvem as atividades laborais remuneradas. Conforme o mapa da Figura 5 e a Tabela 5 apresentados anteriormente, é possível notar que a repetição nos usos dos locais citados por possuírem vínculos se deve, em grande medida, aos aspectos funcionais relacionados a eles, como é o caso do Centro POP, principal espaço de referência em alimentação, acesso aos direitos e higiene pessoal. A Câmara de Vereadores é citada pelos membros do MNPR-SC como um local onde conseguem apoio para o movimento, através da utilização de computadores e de materiais de escritório. Visando sintetizar as evidências de apego funcional, elaborou-se a Tabela 10 para descrever quais subcategorias estão relacionadas a esta dimensão.

**Tabela 10 Síntese das evidências de apego funcional**

Tipo de Apego	Evidência de apego
Funcional	Adesão aos serviços de saúde e assistência social Alternância entre a situação de rua e a residência em uma casa Atividade remunerada Circunscrição dos trajetos escolhidos Comportamento de colaboração Elementos ambientais que geram bem estar Envolvimento com o Movimento Nacional da População de



Rua  
 Escolha pelos mesmos lugares para comer  
 Escolha pelos mesmos lugares para dormir  
 Escolha por morar em Florianópolis  
 Maior bem estar em relação à situação anterior  
 Senso de proteção  
 Táticas de uso do espaço  
 Uso dos mesmos trajetos  
 Vínculo com comerciantes  
 Vínculo com grupos voluntários

---

A vivência das pessoas no contexto da rua também as faz ressignificar o conceito “casa”, que deixa de ser somente a edificação com paredes e teto. Não que não desejem abrigar-se em uma, ao contrário, 11 dos 13 entrevistados disseram que deixariam a rua se pudessem. Muitos, inclusive, habitaram uma casa durante o tempo em que a pesquisa decorreu, retornando à rua posteriormente. Variação bastante justificada por questões socioeconômicas, visto que estar em uma casa gera ao sujeito despesas com as quais ele não “está acostumado”, não pode arcar e também o distancia do lugar do mangueio, da alimentação e das amizades. Ao conseguir o dinheiro para um mês de aluguel nada garante que o mesmo ocorra no mês seguinte.

Estar em uma casa por vezes acaba sendo uma estratégia de redução dos danos causados pela vida nas ruas. Auxilia no tratamento de doenças mais graves, protege dos meses muito frios e chuvosos e afasta alguns das drogas. O participante 8, por exemplo, relaciona o ato de estar abrigado na rua ou em uma casa como uma estratégia de “autocuidado” em que é necessária flexibilização para saber o momento certo de estar em cada contexto:

*P08: Mas isso da casa é louco né, uma hora tu quer a casa, uma hora tu não quer. Mas eu não quero a casa. Eu quero apenas um lugar seguro pra me sentir bem. Talvez agora não seja a casa da forma que as pessoas idealizam. (...)*

*Pesquisadora: Teve algum momento que você achou que se não estivesse numa casa conseguiria lidar melhor com as coisas?*

*P08: Teve momentos que eu tava numa casa que eu não tava dando conta de várias coisas.*

*Pesquisadora: É como se você tivesse uma bússola interna que dissesse quando tem que estar lá e quando tem que estar aqui?*

*P08: Sim. Muitos dizem que isso de ir e voltar, ir e voltar é uma desorganização, um desequilíbrio. Eu não vejo como uma desorganização, eu vejo como um processo. E esse processo pode ter*

*desorganização e desequilíbrio? Pode. Mas pode ter uma conexão junto, pode ter uma busca de mais informação, pode ter isso também de... é complicado”.*

Embora seja bastante comum que as pessoas em situação de rua façam uso e abusem de substâncias lícitas e ilícitas, como álcool e outras drogas, isso não é uma unanimidade. Entre os sujeitos da pesquisa, nove pessoas indicaram o uso e outras quatro não o faziam. Dessas que tinham um padrão de uso, apenas três o apontaram como algo problemático para si. Entre as substâncias indicadas estão o álcool, cigarro, maconha, cocaína, ecstasy e crack.

As drogas com maiores relatos de dano são o crack e o álcool. Os participantes que indicaram o abuso dessas substâncias durante as entrevistas eram pessoas que diziam querer sair da situação de rua para afastar-se das drogas por um tempo, como contou a participante 01, usuária de crack: *“Essa química é o que me destrói um pouco, sabe? (...) Tudo o que a química tinha para oferecer de ruim para uma pessoa eu tenho, sabe? Tenho uma doença, eu perdi os dentes, eu perdi a fala”.*

O participante 05 também é usuário de crack, com relativos danos à saúde, e estava há seis meses em abstinência. Ele diz que o fato de não estar consumindo drogas faz com que ele se distancie um pouco dos colegas/amigos da rua, porque é comum entre eles que quando estejam fazendo uso ofereçam aos demais. Então, quando o entrevistado está com o grupo nestes momentos, ele se retira para não ter uma recaída. Por isso, diz ter se afastado do círculo de amigos, inclusive alugou uma casa que, segundo ele, o ajudará a cuidar da saúde, mas todos os dias retorna para a Praça XV para encontrar os amigos.

Sobre seu padrão de uso, o participante 02 informou à pesquisadora que quando ela chegou para entrevistá-lo no dia combinado, ele estava se preparando para consumir cocaína, mas suspendeu seu uso deixando *“para depois”* por considerar que *“primeiro vem as primeiras coisas”*. Diz, no entanto, que seu problema está no consumo do álcool, substância que tem mais dificuldade de resistir e atrasar a recompensa. Inclusive, em certo momento, enquanto andava pela cidade com a pesquisadora, ele comprou uma cerveja. A entrevista foi continuada por não se considerar que o evento a tenha prejudicado.

A participante que estava grávida disse fazer uso de maconha e cigarro, que deixam seu quadro de ansiedade e depressão mais estáveis. Ressalta-se que ela estava sendo acompanhada pela equipe do Consultório na Rua, no qual recebeu atendimento no mesmo dia da entrevista.

O Consultório na Rua é um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com função de integrador intersetorial entre as políticas de saúde e demais políticas públicas, que visa melhorar a capacidade de resposta às demandas de necessidades de saúde inerentes à população em situação de rua. Foi instituído a partir da Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011 e prevê que suas equipes trabalhem *in loco*, de forma itinerante e desenvolvam ações integradas às Unidades Básicas de Saúde, aos Centros de Atenção Psicossocial, aos demais serviços de Urgência e Emergência e outros componentes da RAPS (Brasil, 2011). Estruturado a partir de demandas do próprio MNPR e das equipes de Atenção à Saúde, o Consultório na Rua é um ponto de apoio muito valorizado pelos entrevistados, pois além de possibilitar que pessoas sem documentação consigam acessar serviços e benefícios sociais que o Estado garante, também assegura um atendimento mais humanizado.

Outra estratégia reconhecida e que gera bastante engajamento das pessoas que fazem uso e abuso de substâncias é uma oficina de redução de danos, oferecida no Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos. A redução de danos é regulamentada pelo Ministério da Saúde e diz respeito a um conjunto de práticas que visa minimizar danos sociais e à saúde, decorrentes do uso e abuso de substâncias. Ela não prevê a extinção imediata ou obrigatória do uso de drogas, seja num âmbito individual ou coletivo, mas sim a formulação de práticas direcionadas aos usuários e aos grupos sociais com os quais eles convivem (Alves & Lima, 2013).

*“Ah, uma vez eu tava ruim, né? Estava muito ruim. Fui no posto de saúde, fazer uma consulta, aí teve uma enfermeira. Uma enfermeira lá que eu até agradei bastante ela. Ela até me indicou, ‘Ó, lá no Arco-Íris tem uma reunião que é de redução de danos, já que tu táis querendo parar e querendo arrumar um lugar pra ficar, tu vai lá’. Aí eu fiquei sabendo que essa redução de danos o Gabriel fazia parte com o Schafer... Aí eu digo ‘Então eu vou lá pra dar uma olhada’. Fui lá dar uma olhada e acabei gostando, porque é uma conversa aberta. Eles não te trancam e como que se diz... tu pode falar o que tu sente, o que tu quer falar tu pode falar. Então eu gostei da reunião e tô indo”.*  
P.05

A atividade passou a ser conduzida em junho de 2017 e é mantida com recursos da Rede de Atenção Psicossocial, a partir de um convênio firmado entre o Instituto Arco-Íris (previsto como Centro de Convivência e Cultura na RAPS) e a Secretaria de Saúde de

Florianópolis. É facilitada a partir de uma abordagem dialógica por um Psicólogo, que trabalha numa perspectiva pedagógica-colaborativa no desenvolvimento de estratégias de autocuidado, autonomia e responsabilização que proporciona melhoria na qualidade de vida para os participantes e sua rede de apoio.

A oficina de redução de danos é citada por muitos dos entrevistados como algo que proporcionou a eles benefícios diretos ou indiretos, pela aproximação com outras pessoas e acolhimento do facilitador. Ela é indicada entre os próprios companheiros, nas reuniões do movimento e pelas equipes de saúde. O participante 07, por exemplo, aponta os benefícios do acolhimento encontrado lá dizendo que muitas pessoas “*só quer (sic) um ouvido. Alguém que as ouça, para desabafar e principalmente pessoas que possam confiar, desabafar e chorar*”.

Embora as estratégias discutidas acima sejam muito benéficas à população de rua, Florianópolis ainda é uma cidade bastante carente em termos da implantação dos objetivos previstos pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua. Embora existam albergues e casas de passagem no município, as vagas disponibilizadas neles não dão conta de atender a população e o mesmo ocorre com o Centro POP (Centro de Referência Especializado em Pessoas em Situação de Rua), que recebe duras críticas dos usuários pela precariedade de estrutura e quadro funcional.

A desumanização dos serviços também acaba limitando seu acesso. As regras de uso são muitas vezes invasivas e não levam em consideração as particularidades dessa população. Cita-se a restrição de horários para acesso e permanência aos albergues e ao Centro POP, local vigiado pela Guarda Municipal - que faz a segurança do local -, e apontada por muitos pela agressividade e violência com que trata esta população. Além disso, a qualidade precária da alimentação fornecida e o envolvimento de organizações sociais que atravessam os direitos humanos com lógicas religiosas afasta muitas pessoas de lá.

*“Porque eu não concordo com o que eles fazem. É muita humilhação pra... não que... não pelas pessoas, mas pela guarda municipal. É muita humilhação pra... prefiro ficar na rua. (...) A prefeitura maqueia muita coisa assim. Meu, a marmita do centro pop custa R\$ 17,00. Arroz duro, feijão duro... nem cachorro come. Eu prefiro catar no lixo do que comer uma marmita daquela. Mas a prefeitura paga!” P.02*

*“Não, eu parei de ir no Pop ano passado. Não tenho saco praquilo. Eu fiz filmagens, abaixo assinados, contra a guarda-municipal. Contra um elemento da guarda-municipal. Filmei ele jogando gás de pimenta na XXXXX. Conhece a XXXXX”?*  
P.04

A situação de vulnerabilidade das pessoas aumenta quando não são acolhidas e/ou se distanciam dos serviços de referência. O número de usuários que conseguem acessar serviços de banho e alimentação no Centro POP é muito inferior ao de pessoas em situação de rua, e eles ainda sofrem com a limitação do horário de atendimento, o não funcionamento em feriados e pontos facultativos ou quando ocorrem eventos na Passarela Nego Quirido, onde se localiza o serviço.

Durante a pesquisa, inclusive, algumas funções do Centro POP foram terceirizadas para uma organização social chamada Associação Braços Abertos (ABA), ligada a grupos religiosos. Esta mudança ocorreu após a aprovação na Câmara Municipal de Vereadores do Projeto de Lei 17.484/2018, que autoriza e incentiva a participação de instituições sem fins lucrativos, após sua qualificação como organizações sociais, na administração e gestão pública do município de Florianópolis. Bastante controverso, o PL foi aprovado em abril de 2018. (Florianópolis, 2018).

No que se refere às atividades remuneradas, emerge o interesse dos entrevistados em participar de programas que capacitem e façam a (re)inserção para o mercado de trabalho. Não há no município de Florianópolis estratégias que atendam essa demanda. E aqueles que buscam por atividades laborais acabam sendo absorvidos pelo mercado informal, com condições precárias de trabalho, menos remunerado e que não lhes garante direitos trabalhistas.

Como alternativas à falta de emprego e capacitação, muitas pessoas acabam recorrendo à prostituição, ao tráfico e ao manguêio como formas de captação de renda. Citam como dificuldades para obtenção de um emprego o fato de serem pessoas em situação de rua, o preconceito racial, a passagem pela polícia e a falta de qualificação, como relata o participante 05:

*“Eu trabalho no estacionamento de carro. E eu vivo com esse dinheirinho que eu ganho no estacionamento. Quero um emprego, mas é muito difícil de eles empregarem quem tá na rua, quem já foi pra cadeia. É difícil. Mas eu já trabalhei algumas vezes, quando eu tava na casa da minha mãe ou quando eu tava casado, que eu tava*

*trabalhando. Mas agora é difícil de arrumar um emprego. As coisas já estão difíceis, né? Pra quem quer arrumar um emprego agora, o emprego tá muito disputado. Quem dirá pra quem teve em situação de rua. Fica mais difícil ainda. Mas eu queria trabalhar. Eu acho que trabalhando me ajudava mais, mas agora a ajuda vem é do meu estacionamento”. P.05*

Entre os entrevistados, apenas uma pessoa indicou não ter nenhuma renda no momento, mas estar procurando por trabalho. Tratava-se de uma mulher que estava em situação de rua há 02 meses após a separação com o ex-marido. Os demais participantes indicaram trabalhar como cuidadores de carros em estacionamentos e nas ruas do bairro, auxiliarem comerciantes da região em seus estabelecimentos, trabalham com arte e cultura de rua, prostituição, recebem algum benefício social por conta de doenças e vendem produtos recuperados do lixo e/ou pequenas quantidades de droga, trabalham como engraxates e uma das pessoas, que possui ensino superior completo, prestava assessoria em assuntos da sua área de formação por meio de redes sociais.

Outra forma de obtenção de renda comum entre as pessoas em situação de rua é o manguêio, palavra empregada para designar uma diversidade de possibilidades de ação para obtenção de recursos financeiros, alimentação, serviços, acessos, entre outros (Melo, 2011). No entanto, enquanto alguns optam pelo uso dessa tática, outros não a consideram digna e se recusam a manguêar, focando na venda de todo tipo de coisa que encontrarem:

*“A gente faz briques e corres. Meu brother entende de bastante coisa, mecânica, elétrica... bastante coisa. Então nós tamo toda hora adquirindo. Já temos bastante coisa guardada ali, tem uma mala de coisas assim e daí tem aquele lance do material, o material aparece no lixo. O tanto de coisa boa que aparece no lixo”. P04*

A entrevistada P06, uma jovem grávida de 20 anos que estava em situação de rua junto com o namorado há três meses se mostrava esperançosa, pois havia começado a comercializar balas, que segundo ela auxiliariam no pagamento do aluguel de um quarto: *“Eu quero levar um mês pra sair da rua, vendendo aquelas balinhas. Tô vendendo balinha de goma, aquela balinha vendo a 1 real. Eu fiz as contas e, sem gastar nada, em 4 dias eu consigo o dinheirinho pra um aluguel pra pensão”. P06*

A deficiência das políticas públicas faz com que recorram aos grupos de voluntários que prestam apoio a eles. Os relatos indicam que Florianópolis é uma cidade com muita caridade e grupos de voluntários ligados à ONGs e às igrejas, como é possível perceber na fala da participante 12: *“Falta muita política social aqui. A pessoa em situação de vulnerabilidade social que se encontra em situação de rua ela não tem uma política pra ela, ela tem a caridade pra ela, mas a política ela não tem. Ela não tem”*.

Quando necessitam de acolhimento psicológico, as pessoas relatam que buscam apoio no Consultório na Rua e às ONGs próximas, com o Instituto Arco-Íris e a ADEH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade), que possuem em seus quadros profissionais da psicologia. É raro que acessem os Centros de Atenção Psicossocial, muito provavelmente por conta da distância geográfica entre eles. O atendimento médico, por sua vez, é recebido no Centro de Saúde da Prainha, que está preparado para atendê-los. A avaliação do dispositivo é, de modo geral, positiva, com destaque à receptividade dos profissionais e cuidado prestado com os usuários.

Parece haver uma resistência no acesso a outros dispositivos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD). Quando encaminhadas para esses lugares, as pessoas têm uma dificuldade maior em manter o vínculo com os profissionais e frequentar com regularidade. Deve-se, entre outros fatores, a dificuldade em chegar até os locais, visto que o acesso precisa ser feito com transporte público, bastante caro para eles, e ao fato de ficarem desatendidos de outras necessidades para irem até estes serviços. Por exemplo, ir até o CAPS numa manhã significa ficar sem acesso ao Centro POP e por isso sem café da manhã, banho e almoço.

Com base na vivência de campo da pesquisadora e da análise das entrevistas poderia se dizer que as pessoas com maior situação de vulnerabilidade eram aquelas que não acessavam nenhum serviço de atenção à saúde e não “andavam” com nenhum grupo. São pessoas que parecem estar mais desprotegidas, como o caso do participante 11, que disse ter poucos vínculos com outras pessoas da rua e não acessa nenhum serviço, segundo ele para *“não se incomodar e nem para incomodar”*. Ao contrário, as pessoas mais engajadas com o MNPR-SC demonstraram mais facilidade em acessar os dispositivos de saúde e assistência social, não porque os serviços as beneficiam por seu envolvimento, mas sim pelo uso mais amplo que elas costumam fazer do conhecimento sobre seus direitos, sendo mais empoderadas para buscar e articular auxílios.

No âmbito da vulnerabilidade em que estão expostos, citam também a utilização de tecnologias de poder aplicadas contra eles, como as câmeras de vigilância, que são usadas pelos órgãos públicos quando são eles os produtores da violência, mas nunca quando são suas vítimas:

*“As câmeras funcionam se algum morador de rua roubar alguma coisa, mas quando a polícia chega e bate a câmera tava quebrada e não tem filmagem. Já aconteceu muitas vezes. E continua acontecendo. A câmera só funciona contra nós, não a nosso favor”.*  
P.02

Racismo e preconceito também são muito presentes mesmo durante as atividades laborais, como contou o participante 05, homem negro, questionado por estar olhando um para um homem branco no estacionamento onde trabalha como guardador de carros. O mesmo ocorre quando são estigmatizados como sendo vagabundos, ladrões e drogados pelas pessoas que caminham pela praça. Quando conseguem, respondem, quase numa abordagem pedagógica que faz o outro se dar conta de que a diferença social não precisa representar insegurança e falta de humanidade.

*“Esses dias foi um exemplo: o cara chegou ‘O que que tá me olhando de cara feia?’ e eu nem conhecia ele. Era um cara dentro de um carro. Ai eu virei assim e ele ‘o que que tá me olhando de cara feia?’ Eu fui chegando perto dele falei ‘o amigo, tais com algum problema? Tens algum problema?’ ‘Não, não, não...’, aí eu falei ‘se tiver algum problema a gente pode conversar’. Ele apertou a minha mão, começou a rir e deu. Normal”.* P.05

Em contrapartida, as pessoas que estão na rua há mais tempo relatam perceber uma mudança na relação entre morador e rua e não-morador. Para eles, antigamente o menor número de pessoas vivendo nas ruas e a ausência de políticas públicas às deixava muito mais vulneráveis, sem lugar para comer, ir ao banheiro, passando frio e sem grupos de voluntariado. O grau de mendicância era muito maior e as pessoas eram recebidas com muito mais preconceito. Atualmente, principalmente por conta das políticas públicas, as pessoas têm mais qualidade de vida.

*“Eu vejo que o olhar das pessoas, por mais que as pessoas ainda discriminem, naquele tempo era mais criminalizador. Naquele tempo era uma coisa nova, uma pessoa na rua na ilha da magia. Era apenas*



*30, 40, não se tinha autocuidado, não se falava em política pública no município. Não se tinha a tal caridade efetiva nas ruas. Hoje tudo onde passo é ponto de apoio. E isso vai também da política pública, mas isso vai também da politização do indivíduo. O saber falar, saber conversar com as outras pessoas, entendesse”? P.08*

Há também a vulnerabilidade que acompanha o gênero. Mulheres se percebem em risco muito maior que os homens. Relatam que a própria polícia faz pouco caso de suas queixas e as tratam com preconceito.

*“Uma coisa que eu vejo aqui é a violência contra a mulher. Que ainda tem bastante. E eu vejo que a polícia fala bem assim: “É, volta pra tua cidade”. Esses dias um cara tava batendo na mulher, daí o policial veio e mandou a mulher voltar pra cidade dela e mandou o cara sair andando. Tipo, não ligou, sabe? Ele deu um monte de soco na mulher, a mulher sangrando e... ‘É volta pra tua cidade...’” P.01*

*“É mais difícil, porque pensa, você é trans, negra, ainda tá na rua, entendeu? Então o que acontece, eu mangueio. No meu caso, tem muita pessoa que olha assim muito impressionada, porque eu podia estar me prostituindo, podia tá vendendo droga, entendeu? Tem muita coisa que eu podia tá fazendo. Mas eu penso assim, não é porque a sociedade me marginaliza, que eu tenho que ser uma marginal, entendeu? Eu posso ser diferente, fazer diferença”. P.11*

A distribuição dos indivíduos no território urbano depende de vários fatores que se relacionam. Da mesma forma, a escolha pelo uso do Centro se dá pelas pessoas em situação de rua pela maneira como a composição de seus elementos torna possível que suas vidas ocorram ali. Perambular pela cidade com seus pertences e materiais é um fator balizador de seus fluxos, por isso, conseguir que suas necessidades sejam supridas num espaço territorial que não exija um grande esforço de deslocamento é bastante importante.

O Centro é o lugar do comércio popular, da arquitetura histórica e das repartições públicas. Especificamente na região ocupada pelos moradores de rua, pouco usada para residência, o que a faz esvaziar durante os finais de semana. Este esvaziamento cria a possibilidade de uso “mais privado”, que mesmo ainda envolvendo o conjunto de regras que precisam ser seguidas durante a semana – como desocupar o coreto nas quintas-feiras pela manhã para a banda da polícia tocar –, os finais de semana conferem a eles mais liberdade. Retornando a Leite (2007),

seu uso e contra-uso subverte o cenário de edifícios históricos e monumentais enobrecidos. Este bairro assume uma característica de lugar antropológico (Augé, 1994), que não dá conta de ser explicado apenas pelas construções concretas e simbólicas, mas levam em consideração tudo o que espaço comporta, por mais humilde e modesto que seja.

É provável que em outros bairros da cidade as pessoas não conseguissem suprir suas demandas de sobrevivência, talvez pela própria ausência de um grupo com quem podem criar laços e buscar apoio. Essa hipótese foi gerada a partir da fala de um participante, que está em situação de rua há 17 anos e diz perceber a mudança na tratativa que as pessoas que não estão em situação de rua dão às que estão. Segundo ele, quando os grupos eram menores, a marginalização e preconceito eram muito mais presentes. Isso diminuiu, ao menos explicitamente, à medida que os grupos aumentaram e as políticas públicas passaram a trazer mais dignidade às suas vidas.

Além do mais, a concentração das pessoas em uma determinada localidade atrai os grupos voluntários para ela. Uma pessoa em situação de rua que habita o Centro está no lugar certo de Florianópolis. A própria organização comercial do bairro já atende as necessidades desse público, que aproveita o comércio popular e informal e suas promoções.

Certas necessidades práticas e funcionais são relativamente fáceis de conseguir ali. Por exemplo, para além da periodicidade dos grupos de voluntários, é comum que as pessoas tenham acesso à alimentação oferecida por donos de restaurantes da região e que os próprios moradores de rua auxiliem uns aos outros. No entanto, nem tudo se resolve rapidamente, como ocorre nas questões relacionadas à manutenção da higiene pessoal. O banheiro público da região não é “tão público assim” e o acesso é feito mediante o pagamento de R\$ 2,00, além de não funcionar 24 horas por dia e nos finais de semana.

O banho também é uma coisa preciosa, pois o único lugar público que dispõe de estrutura para sua execução é o Centro POP. Quando as pessoas não acessam o dispositivo precisam usar outras estratégias que envolvem custos, como acesso aos banheiros de hotéis ou da rodoviária, como é o caso do participante 11, que diz pagar R\$ 10,00 em cada banho que toma um dia sim e outro não no Terminal Rodoviário Maria Rita.

É comum que as falas contrárias à presença de moradores de rua envolvam a ideia de que eles sujaram a cidade por fazerem suas necessidades fisiológicas pelas ruas e busca-se problematizar como esse aspecto sanitário do espaço urbano se relaciona com uma concepção de

como ele deveria ser usado. Apenas passageiramente, sem paradas, sem estadas. Por isso, o acesso aos banheiros pode gerar uma mudança significativa na relação entre as pessoas que ocupam a cidade.

As pessoas em situação de rua, corriqueiramente, optam por dormir junto com outras pessoas, por considerarem que isso oferece um certo nível de segurança. Entre os lugares mais frequentemente ocupados, destacaram-se em nossa pesquisa a Praça XV de Novembro e o Mercado Xande. O perfil de uso destes dois lugares, no entanto, tem algumas diferenças: o Mercado Xande é usado apenas no período da noite e finais de semana. Por se tratar de um lugar privado e utilizado para uso comerciais, ao amanhecer as pessoas precisam liberá-lo, como relata a participante 01: *Aqui [no Xande] eu durmo. Daí às 7 horas da manhã eu costumo vir pra Praça XV guardar as coisas e vou pro POP*”.

Em contrapartida a Praça XV é ocupada durante todo o dia pela população da rua, mas a prevalência de sono nela se dá no período diurno. O público que fica nela utiliza o período da madrugada para atividades de lazer, para circulação na cidade e trabalho nos bares da região, fazendo com que o horário de sono dessas pessoas se dê durante o período da manhã. Ficar na praça é uma forma de não atrapalhar/tensionar o cotidiano do comércio local.

*“A gente dorme no Xande sempre. A Praça é mais porque é aqui que rola a festa, o fluxo, e não é todo dia que a gente tá a fim de ficar no meio da bagunça. A Praça é mais pra quando tem algo bom...” P.06*

O Participante 11 chama a atenção por possuir os hábitos mais diferentes do restante do grupo. Ele é um sujeito em constante fluxo migratório, que fica em situação de rua nas diversas cidades que já morou, mas que possui uma rotina de trabalho autônomo bem determinada. Durante sua entrevista e nos momentos em que a pesquisadora conversou com ele durante suas passagens pelo campo, não parece se reconhecer enquanto uma pessoa que está em situação de rua, respondendo aos questionamentos como se o morador de rua fosse sempre o outro.

Considera-se então que ele possua um senso de grupo menor que as demais pessoas em situação de rua e que seus hábitos tenham características mais individuais. Pessoas como ele costumam optar por dormirem sozinhas frequentemente e não terem um ponto definido, por considerarem que outras pessoas podem representar perigo.

*“Entendeu? Não tem lugar certo. Não tem lugar certo. Hoje durmo aqui, amanhã durmo lá. Se eu chega e outra pessoa chega e deita, eu pegava e buscava outro lugar”. P.11*

Uma problemática diz respeito aos dias chuvosos, pois os lugares mais citados pelas pessoas ou não podem ser usados no período diurno ou não são cobertos. Muitos lugares da cidade já seguem um desenho arquitetônico pouco convidativo aos moradores de rua, com grades, vidros, pregos e outros objetos cortantes que os impedem de ficar sob determinados lugares. O período chuvoso é bastante ruim para as pessoas em situação de rua. Nestes dias as pessoas se deslocam, molhadas, para outros lugares, levando com elas todos os seus pertences e seguem em busca da aba de uma marquise ou outro lugar coberto, como relata o participante 02:

*“Então, quando não tá chovendo eu durmo ali no coreto. Choveu eu vou pro Itaú. Ai quando tá chovendo o dia todo - porque às sete horas tu tem que sair daí porque chega a senhora pra fazer uma limpeza porque o banco vai abrir mesmo e não dá pra ficar lá -, daí fico na frente dos Correios até nove horas quando ele abre e vou pro outro lado, pra rua ali de trás ou pro terminal velho, em algumas partes, porque dependendo da onde vem o vento...” P.02*

Nos momentos que desejam mais privacidade e sentem necessidade de se afastar do grupo, as pessoas optam por dormir em locais mais afastados, como o Clube Náutico do Remo e a Praça Getúlio Vargas. Ainda sobre a dificuldade de encontrarem um lugar para permanecer nos dias chuvosos, Sakamoto (2009) discute o papel do processo de aperfeiçoamento da arquitetura da exclusão, onde são utilizadas estratégias arquitetônicas que impedem as pessoas em situação de rua de ocuparem determinados espaços, como por meio do depósito de objetos pontiagudos debaixo das marquises e o fechamento de algumas delas com tapumes, como aconteceu no prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social localizado a poucos metros da praça.

Essa dificuldade em ocupar a cidade também aparece na etapa da pesquisa em que os participantes falam sobre seus principais trajetos. Nos trajetos citados pelos entrevistados e sistematizados no mapa da Figura 6, fica evidente a restrita área de mobilidade deles, centralizada numa região bastante específica do Centro. Deslocamentos mais longos, como para a parte nobre do Bairro (sentido beira-mar norte) são raros e foi informado como frequente apenas por uma participante que disse ir até essa região para encontrar o namorado que trabalha num órgão

público por lá. Também numa zona de maior valorização pelo mercado imobiliário, o Parque da Luz é citado como trajeto de algumas pessoas que costumam frequentá-lo.

Muitas regiões de Florianópolis, porém, são desconhecidas pelas pessoas em situação de rua – principalmente por aquelas não nativas da ilha, como é o caso da participante 01, que quando questionada se em algum momento costumava sair da região do Centro para outros bairros, respondeu: *“Na verdade eu nunca sai daqui. Na real, a minha vida é esse meio aqui, sabe? Nunca fui lá pro Continente... É só o Centro mesmo”*. P01.

Com base no conteúdo das falas é possível notar que homens aparentam ter uma maior flexibilidade em relação à mobilidade do que as mulheres. Eles citaram fazer viagens pela região da Grande Florianópolis e costumam percorrer as praias da ilha acampando sozinhos ou outros amigos. As mulheres, por sua vez, deslocam-se com um propósito bastante específico e retornam ao seu destino posteriormente. Além disso, costumam ir acompanhadas por outras pessoas.

### 6.3 Apego simbólico na situação de rua

O apego simbólico diz respeito aos significados atribuídos pelas pessoas a um determinado lugar. O apego simbólico pode, para Stedman et al. (2014), variar a partir dos adjetivos atribuídos ao ambiente - “esta cidade é muito bonita” - até afirmações mais contundentes como “isso é lar”. Simbólico é algo que é significado pelo sujeito, num âmbito particular. É nessa dimensão que o lugar passa a ser mais do que o mero contexto e torna-se produto do diálogo interno das percepções, experiências e representações de seus usuários (Speller, 2005).

A definição de apego ao lugar proposta por Giuliani (1991) é inspirada na teoria de Bowlby (1984) sobre o apego ao lugar entre mãe e bebê. Ela assume o apego ao lugar como um vínculo dirigido a um lugar e os elementos que o compõe e que provocam um bem-estar psicológico experimentado pelo sujeito como resultado da mera presença ou proximidade com ele. Consequentemente, há uma sensação de desamparo pela sua ausência, afastamento ou inacessibilidade.

Para Low (1992), a relação simbólica entre pessoa-ambiente cria significados emocionais e afetivos culturalmente compartilhados e fornece a base para a compreensão tanto individual como grupal da relação com o ambiente. O apego ao lugar é mais do que uma experiência emocional e cognitiva, mas inclui crenças e práticas culturais que ligam as pessoas aos lugares. A referida autora apresenta

então uma definição cultural de apego ao lugar que implica que, para a maioria das pessoas, a experiência em um lugar se transforma em um símbolo significativo e compartilhado, que evoca experiências culturais valorizadas e que podem também ser derivadas de aspectos sociopolíticos e históricos.

Embora possuam características nômades, chamou a atenção a circunscrição dos trajetos feitos pelos participantes e a repetição deles, conforme representado pelo mapa da Figura 6 e pela Tabela 6. Deve-se às distâncias e a dificuldade de transportar seus pertencem de um lado para outro e também à sutil segregação à qual estão expostos, visto que sair da região central significa afastar-se de todos os serviços que os atendem e distanciar-se do grupo que lhes garante segurança e companhia.

A Tabela 11 foi elaborada para apresentar as evidências de apego simbólico encontradas e envolve, entre outras coisas, a escolha pela moradia em Florianópolis, a alternância entre a situação da residência em uma casa e a rua; a adesão aos serviços de saúde e assistência social.

Tabela 11 Síntese das evidências de apego simbólico encontradas

Tipo de Apego	Evidência de apego
Simbólico	A rua enquanto espaço de lazer Adesão aos serviços de saúde e assistência social Alternância entre a situação de rua e a residência em uma casa Amizades na rua Circunscrição dos trajetos escolhidos Comportamento de colaboração Dificuldade em se afastar da rua Elementos ambientais que geram bem-estar Envolvimento com o Movimento Nacional da População de Rua Escolha pelos mesmos lugares para dormir Escolha por morar em Florianópolis Maior bem-estar em relação à situação anterior Relações amorosas que aconteceram na rua Senso de proteção Uso dos mesmos trajetos

Nota-se que o apego ao lugar está permeado pelas relações de amizade que se formam na rua e que permite que os sujeitos sintam um maior bem-estar neste contexto do que em outros que já estiveram. Entre os participantes da pesquisa e as outras pessoas que viviam no coreto da Praça XV, muitas buscaram abrigo lá por já conhecerem alguém que

ocupava aquele espaço. Alguns, em cenários problemáticos de suas vidas pessoais, quando se viram desabrigados e sem assistência, buscaram apoio junto a outras pessoas em situação de rua, conforme conta a participante 09 sobre sua chegada à Praça XV: *“Foi daora. É estranho, mas depois tu se acostuma. Eles são, bem... como eu posso dizer? Se tu tá com fome eles te ajudam. Eles não negam nada. Tudo o que eles têm eles repartem”*.

O apoio emocional aos recém-chegados e aos companheiros que já compartilham as mesmas experiências há tempos envolve a divisão de cobertores, comida, objetos de higiene, além de proteção, bem evidente na fala da participante 10: *“Um ajuda o outro, um dá força. Quando a gente tá aqui de noite, e não tem água, bora lá buscar, dão um apoio, com comida e tudo. Um ajuda o outro. Eu acho legal isso”*. Mesmo as pessoas que saem da situação de rua costumam manter rotinas periódicas de visitas aos companheiros da Praça. O participante 05, por exemplo, saiu da rua para se afastar das drogas, mas todo dia voltava até a praça para conversar com os colegas, pois era ali que se sentia acompanhado. O participante 02 enfatizou na entrevista que mesmo que saísse da rua, ela não sairia dele. Pois no decorrer da pesquisa isso de fato aconteceu. O participante 02 saiu da rua e mudou-se para outra cidade, mas sempre que pode passa os finais de semana com os amigos da Praça XV.

As relações simbólicas não se pautam apenas no afeto, mas também em um conjunto de regras de convivência que envolvem, entre outras coisas, a prioridade para mulheres e idosos em qualquer circunstância, as punições para furtos entre os companheiros e a coerência na compreensão de que “apoio” e “compartilhamento” não podem ser misturar com vontades egocêntricas como o que tange às drogas, demarcado muito claramente na fala do participante 04:

*“É assim: tu apoia, tu é apoiado. Se eu fizer por ele, ele vai fazer por mim. Um apoia o outro. Hoje ele tá bem, ele pode me apoiar que eu não tô legal. Amanhã eu tô legal e posso apoiar ele. E apoiar aqui, mano? Se falar em droga, apoio e amizade na mesma frase, pra mim perdeu tudo. Apoio é quando tu tá precisando, quando tu tá com fome, quando tu tá precisando de um real. Não quando tá precisando de R\$ 10,00 pra pagar uma droga”*.

O mapa da Figura 7 indica a distribuição dos locais de preferência dos participantes pelo centro de Florianópolis, que foram conhecidos pela pesquisadora enquanto caminhava pela cidade

acompanhada por cada participante. Em algumas situações, por conta do tempo excessivo ou condições climáticas, as caminhadas não ocorriam. Nestes momentos, a pesquisadora perguntava aos participantes que falassem sobre o lugar que gostariam de ir. Em ambas as situações, foi comum a referência ao bem-estar provocado pelos lugares.

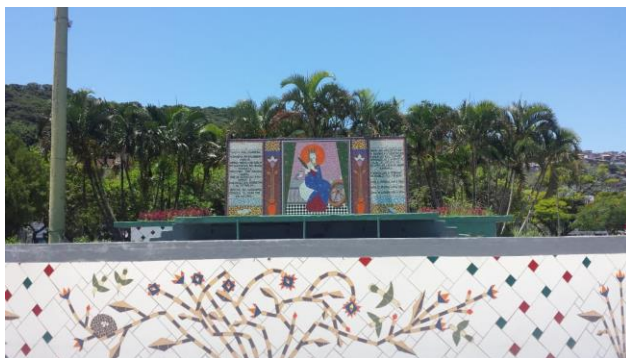
O Instituto Arco-Íris foi citado pela participante 01 por ser um lugar em que é bem acolhida a qualquer momento e onde recebe atendimento psicológico. Trata-se de um casarão antigo, localizado na Travessa Ratclif, que atende diversas populações em situação de vulnerabilidade com suas oficinas artístico-culturais. Possui um grande salão decorado com pinturas dos usuários dos serviços de atenção psicossocial que o frequentam, onde, neste dia, acontecia uma reunião de organização da população de rua para participar de um edital de arte que tornou viável a apresentação da peça teatral “A saga por um banho: pelo direito a ter direitos”, na escadaria da Catedral de Florianópolis, no dia 19 de setembro de 2018.

Durante o passeio com o participante 2, chegou-se à praça Tancredo Neves, que é um lugar amplo, cercado por instituições públicas, com pouca arborização e um grande painel em mosaico que dá ao local o apelido de “paredão”. Disse que busca refúgio nela por ser um espaço que o permite pensar e distanciar-se do grupo quando quer ficar mais sozinho. É um lugar de contemplação não da paisagem propriamente dita, mas onde os elementos dela o permitem olhar para si.





**Figura 9** Porta de acesso ao Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos  
Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografias da pesquisadora)



**Figura 10** Mosaico de Santa Catarina na Praça Tancredo Neves  
Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografias da pesquisadora)

O participante 3, pessoa muito interessada em arte e cultura, optou por um passeio à Fundação cultural BADESC, localizada próximo à praça e que possui um museu e um cinema de acessos gratuitos. Aproveitou a visita para pegar alguns panfletos com a programação do

local para deixar por onde passa. O participante 4, que deseja escrever um livro com o relato de suas andanças aventureiras, tem como lugar preferido de Florianópolis a praia da Lagoinha do Leste, mas não a trilha comum e sim *“Esses lugares que os turistas não vem, não sabem que tem. E aí que tão as surpresas”*. No centro, o passeio teria terminado no Clube Náutico do Remo, onde ele vai para se afastar do grupo, pensar na vida e ficar com alguma menina.

Os participantes 06 e 07 escolheram como lugares preferidos o Parque da Luz, uma grande área verde localizada no Centro da cidade e que tem vista para a Ponte Hercílio Luz. A participante 06 cita o local como um lugar místico por causa dos seus totens localizados como pórticos. Ao passar por eles, segundo ela, sente uma energia diferente que gera bem-estar. O participante 7 relata que busca refúgio no local para “ficar em paz” e colocar seus pensamentos em ordem. Este parque também é muito usado pelas pessoas em situação de rua como local de lazer, onde se reúnem nos finais de semana para jogar futebol no campo lá existente e para compartilhar um lanche mais gostoso quando conseguem.



**Figura 11** Totens de acesso ao Parque da Luz

Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografia da pesquisadora)



**Figura 12** Campo de futebol usado para atividades de lazer no Parque da Luz  
Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografia da pesquisadora)

Entre os mais engajados do MNPR, o participante 8 escolheu um dos primeiros lugares onde ele dormiu nas ruas e onde conheceu o movimento, que tem um significado bastante importante em sua vida. O passeio ocorreu pela região dos bares boêmios do Centro, passou por uma ONG e chegou até o Clube Doze – estabelecimento tradicional da cidade. Lá, segundo ele, foi onde “se assumiu” enquanto pessoa que morava na rua e lugar de intensas experiências, como quando foi convidado a participar pela primeira vez das reuniões do MNPR-SC.

A participante 12 desejava que o passeio acontecesse na praia do Gravatá, seu lugar preferido na ilha, mas pela inviabilidade da ida, escolheu a própria Praça XV como seu lugar preferido no Centro de Florianópolis. A praça tem sua “*figueira da magia*”, como a grande árvore histórica que emerge do seu centro.

*“Pra mim, a Figueira é a mãe de todos né. Ela que adota as pessoas. Todo mundo que passa na ilha tem que passar pela figueira. Sério! Muito mística, já vi muita coisa acontecendo ali”. P. 12.*



**Figura 13** Marquise do Clube Doze, Avenida Hercílio Luz  
Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografia da pesquisadora)



**Figura 14** Figueira da Praça XV de Novembro  
Fonte: Arquivos da pesquisa (fotografia cedida pelo participante 08)

As participantes 9 e 10 demonstraram ter uma vinculação maior com lugares com vista para o mar. Enquanto P.09 indicou que seu lugar favorito é a praia do Campeche, P.10 gosta muito de passear pela beira-

mar norte. Os participantes 05, 11 e 13 não concluíram essa parte da pesquisa, por conta do tempo extensivo de entrevista ou por não demonstrarem interesse em realizar o passeio.

Ressalta-se como a escolha por cada lugar parece se relacionar com a identidade das pessoas. Inclusive, como as coletas eram agendadas previamente, os participantes relatavam que haviam refletido bastante sobre onde ir. Eles não escolhiam uma rua qualquer, mas trajetos específicos que eram descritos à medida que caminhávamos. Por isso sugere-se fortemente que sejam realizados estudos a fim de compreender o efeito terapêutico que os lugares urbanos podem gerar no grupo de pessoas em situação de rua.

A tentativa por compreender como as pessoas significavam suas relações com a cidade também envolveu conhecer as expectativas que tinham em relação a ela em termos do que imaginavam que a estrutura urbana precisa ter para acolher melhor as pessoas em situação de rua. Surpreende o fato de não haver utopia naquilo que consideram necessário. Ninguém apontou uma reconstrução total do espaço ou a cessão de casas para todos, mas, ao invés, indicavam que o necessário já está previsto na Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua.

Somado a isso, o desejo por um olhar mais humanizado entre as pessoas de dentro e fora da rua também é destacado pelos participantes, que percebem a hostilidade e intolerância dos cidadãos como um elemento que torna a vida nas ruas bastante estigmatizada. Para eles, é o processo de desumanização da pessoa em situação de rua que estimula e encoraja a adoção de estratégias urbanísticas e arquitetônicas segregatórias, que se refletem em marquises cercadas e na utilização de espinhos e vidros. Citando isso, as pessoas também reivindicam sua condição humana com todas as potencialidades que dela se decompõe.

No que diz respeito às políticas sociais, os participantes dizem esperar que os direitos já previstos por lei sejam respeitados pelo poder público, que precisa se organizar para criar os dispositivos faltantes, além de ampliar e fazer a manutenção adequadas daqueles que não comportam a demanda. O aumento de vagas em albergues foi bastante citado pelos participantes. Atualmente, a estrutura de acolhimento na cidade conta com uma casa de apoio para homens em Capoeira e outra no Centro, onde também ficam uma casa de apoio mista (para mulheres e homens). Também há um abrigo para mulheres em situação de rua e violência localizado na Agrônômica e há vagas de pernoite na Passarela da Cidadania (junto ao Centro POP) e no Albergue Manoel Galdino de Oliveira, sob os cuidados da Maçonaria. Estes lugares atendem uma população de mais 490 pessoas.

É comum que os sujeitos não frequentem os dispositivos pelo conjunto de regras que envolvem seu uso, ao invés de serem restaurativos, provocam o aumento dos níveis de estresse e insegurança. Os horários de chegada e de saída, a separação entre casais da rua, a revista aos pertences entre outros fatores são algumas coisas citadas como incomodativas. As experiências de intervenção no campo da Psicologia Ambiental, numa perspectiva de criação colaborativa podem ser muito proveitosas tanto para usuários como para a gestão, visto que atenderia as reais necessidades de ambos, gerando um senso de pertencimento e cuidado com os ambientes.

Para os participantes, programas de geração de renda e de incentivo ao estudo são muito importantes e seriam capazes de gerar benefícios psicossociais. O incentivo ao estudo segundo os participantes, contudo, precisa levar em consideração as particularidades dessa população, que sofre não tendo um lugar adequado para fazer suas tarefas e proteger o material. Entre os sujeitos da pesquisa, duas relataram que voltaram a estudar quando estavam em situação de rua, mas que abandonaram seus cursos por conta das dificuldades de se manter nele em situação de rua. Um dos participantes ingressou no Instituto Federal, no curso técnico de mecânica industrial e outro fazia algumas disciplinas do EJA. A participante 09 sugere que uma sala de estudos bem preparada no Centro POP diminuiria alguns impedimentos. Como exemplo, citam a existência de uma sala de estudos no Centro POP. E no âmbito da atenção à saúde indicam para a existência do quadro de psicólogos para que recebam atendimentos especializados para estas demandas.

Essas expectativas estão relacionadas com a própria atuação do MNPR-SC, com sua incansável busca na consolidação das suas lutas em busca dos direitos e na denúncia de violências de estado. Mas isso exige organização, exige um movimento interno que entre eles deve acontecer e que torne essas lutas possíveis. Porém, a partir da presença em diversas reuniões e atividades do movimento foi possível notar que há uma baixa adesão entre as pessoas da rua na participação ativa do MNPR-SC, corroborando com as evidências da pesquisa de Sicari (2018). Esse esvaziamento é justificado pelas figuras mais representativas como acontecendo em decorrência do pouco interesse das pessoas em participar de modo atuante e protagonista de um movimento social. Alguns entrevistados que foram anteriormente mais comprometidos com as questões do movimento dizem que seu afastamento se deveu ao desgaste que o embate político gera.

Embora a pesquisa tivesse foco amplo sobre a região central de Florianópolis, um local se destacou durante todos os meses de coleta: A Praça XV de Novembro, localizada no centro do intenso fluxo do comércio e repartições públicas de uma região intensa também pelo seu fluxo cultural. Circundada pela Catedral, museus, bares e escolas. A Praça XV faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua e da história da cidade. As edificações em volta dela não são residenciais, o que significa que possuem horários bem estabelecidos para seu funcionamento. Bancos, farmácias, lojas e as barracas dos ambulantes depois que fecham esvaziam a região, ficando nela apenas aquelas vidas pouco notadas.

Nos relatos de suas andanças, as pessoas em situação de rua identificam a praça como um “lugar para onde voltar”. Vão dela para o Centro POP e do Centro POP para ela. De lá para outros lugares e desses outros lugares para lá. A própria coleta de dados capturou sutilmente esse padrão, visto que o ponto de encontro sempre era ela e no final das caminhadas sempre estávamos ali de volta.

#### 6.4 Apego temporal na situação de rua

O apego temporal investiga os vínculos entre pessoa-ambiente que se fortalecem a partir de longos períodos de exposição aos locais. A dimensão se intersecciona com as dimensões funcional e simbólica, dando mais força à influência do apego ao lugar na vida dos sujeitos. A Tabela 12 foi elaborada para apresentar quais evidências podem ser analisadas sob a ótica de suas influências temporais.

**Tabela 12 Síntese das evidências de apego temporal encontradas**

<u>Tipo de Apego</u>	<u>Evidência de apego</u>
Temporal	Amizades na rua
	Atividade remunerada
	Circunscrição dos trajetos escolhidos
	Dificuldade em se afastar da rua
	Escolha por morar em Florianópolis
	Senso de proteção
	Táticas de uso do espaço
	Uso dos mesmos trajetos
	Vínculo com comerciantes
	Vínculo com grupos voluntários

A dimensão temporal do apego ao lugar tem como implicação uma intenção de continuidade no relacionamento com o lugar de apego.

Há, por parte do sujeito, uma expectativa de conexão entre o presente e o passado que envolve a perspectiva de que esse relacionamento irá prosseguir. Para Lewinka (2014), identificar os elementos que compõem essa dimensão envolve a verificação do tempo de vida de uma pessoa em determinado lugar e das experiências associadas a ele. A referida autora considera que a forma como apego temporal se dá envolve também aspectos mais antigos da vida dos sujeitos e que servem como “linha de base” para a avaliação que as pessoas farão dos lugares. Ainda de acordo com Lewinka (2014), os lugares ativam nas pessoas diversas formas de memórias que as mobiliza a estabelecer certos tipos de conexões com eles. Um exemplo disso é ativação da memória semântica declarativa, que envolve as recordações autobiográficas e genealógicas.

Neste estudo, os resultados apontam para a importância dada pelos participantes aos eventos de suas histórias pessoais que os levaram à situação de rua. Embora nossos instrumentos não previssem uma captura das histórias de vida, durante o percurso no campo elas emergiram a partir da necessidade deles em explicar como ficaram em situação de rua e daí então falar de suas rotinas e vínculos.

Entre as pessoas que contaram sua história (9 entre os 13 participantes), todas relataram algum problema familiar ocorrido na infância ou juventude, que gerou uma quebra dos vínculos familiares e a busca por um novo contexto de moradia. Os relatos envolveram a separação conturbada dos pais ou a morte deles, abusos físicos e/ou sexuais, doenças, abuso de substância e vício em jogos, perda de emprego.

A participante 01 veio de uma família de classe média, que se desfez pelo vício de jogo do pai e a descoberta de uma segunda família que ele tinha com outra mulher. Depois dessa descoberta, foi para a rua com a mãe e irmão – incluindo um com deficiência. Ela relata a revolta que sentiu e a impossibilidade de conversar com alguém sobre isso como sendo algo que a fragilizou muito. Mais tarde, começou a se prostituir para conseguir “*levar algum dinheiro para casa*” e ajudar os irmãos. Junto disso, passou a fazer uso do crack que a fez ter vários danos de saúde. Veio para Florianópolis depois de conhecer seu companheiro em um evento do Movimento Nacional da População de Rua e reside aqui há 4 anos.

O participante 2 é de outra região do país e veio para o sul numa tentativa de se proteger e proteger a mãe de seu possível envolvimento com o tráfico caso permanecesse por lá. Ele não queria se envolver com o esquema, mas por ser algo muito presente em sua realidade o próprio



não envolvimento os colocava em risco. O fato de sair da casa da mãe e migrar para uma região desconhecida foi a estratégia que encontrou para proteger a mãe e a si mesmo das vulnerabilidades ocasionadas pelo tráfico e é o impeditivo para que volte ao seu estado. Quando veio para o sul, instalou-se inicialmente no Rio Grande do Sul, onde trabalhou em uma fábrica do setor de metalurgia. Por conta da crise econômica do país, em 2014 ele perdeu o emprego e por não conseguir outro na região, migrou para Florianópolis. Aqui fez alguns trabalhos informais no ramo da construção civil. Sem conseguir estabilizar-se, ficou em situação de rua. Foi acolhido pelos moradores da Praça XV.

O participante 3 sofreu com o falecimento dos pais quando ainda era criança e foi criado por tios, que não souberam acolher certas características psicológicas que expressava, com um pouco de impulsividade e agressividade. Como represália aos seus comportamentos, sofria abusos físicos e os desentendimentos eram frequentes o que corroborou para sua busca por outros espaços de vivência. A rua parece servir como uma espécie de “campo ajustado” que acolheu sua forma de ser no mundo, sem muito espaço em outros lugares.

O participante 4 não relatou os motivos para que estivesse na rua, contudo, falou que estar ali é do seu interesse e que pretende escrever um livro com as experiências da vivência dele na rua. Viajou por outros lugares e pretende fazer isso mais vezes, conhecendo praias e outras regiões, conforme o trecho da entrevista: *“Eu quero escrever sobre a rua, sobre as praias, sobre a magia. Sobre a experiência de rua que eu tô fazendo, sobre viver sem dinheiro”*. Embora não tenha tocado diretamente na sua relação com a família na entrevista, durante os encontros que a pesquisadora esteve com ele em outros momentos, fez pequenas menções sobre o fato de os pais terem falecido quando ele ainda era criança.

O quinto entrevistado é a pessoa que ficou em situação de rua mais precocemente, aos 11 anos de idade. Nasceu e cresceu em Florianópolis e com idas e vindas, passou a maior parte da sua vida morando nas ruas. Entre os 18 e os 30 anos esteve fora das ruas, mas retornou a ela principalmente por conta do abuso de crack. Sentia que sua “dependência” perturbava muito a família e para diminuir o sofrimento da mãe, foi para a rua. Conta que tem 02 filhos que moram com a ex-esposa em um morro próximo ao Centro e, pelo fato de sua mãe morar na parte continental de Florianópolis, estar em situação de rua foi também uma estratégia que encontrou para ficar mais próximo deles.

A entrevistada 6 é uma jovem de 20 anos que estava grávida de três meses. Relata uma relação muito difícil com a mãe, por quem nunca se sentiu acolhida e, ao contrário, sentia-se preterida em relação aos demais irmãos. Vieram de São Paulo para Florianópolis quando a participante tinha 11 anos e aos 14 ela casou-se pela primeira vez com o intuito de sair da casa da mãe. Depois que seu casamento chegou ao fim, encontrou um companheiro, de quem engravidou e que está com ela em situação de rua. Conta que trabalharam juntos em uma lanchonete que fechou repentinamente e onde não conseguiram receber seus direitos trabalhistas. Como a família do namorado não aceitava o relacionamento dos dois, buscaram abrigo entre os moradores da Praça XV, com quem já tinham contato.

O participante 7 relata vir de uma família humilde e ter sofrido um acidente doméstico quando era criança que o fez ficar com sequelas no corpo. Durante toda sua vida e principalmente na escola, sofreu muito preconceito por causa disso e alimentou uma revolta interna em relação às pessoas. Conseguiu entrar na faculdade e formou-se. Trabalhou em uma grande empresa multinacional que o convidou para passar uma temporada no exterior. Regressou ao Brasil depois de dois anos e foi trabalhar em cidades do interior onde envolveu-se com a política local. Embora não abuse de substâncias ilícitas, o participante relata ter vício com jogos de azar, que o fizeram perder o capital acumulado.

Quando veio para Florianópolis, morava em um apartamento com certa estabilidade e disse fomentar um interesse bastante profundo em auxiliar as pessoas para que elas não sofram como ele sofreu. Entre o término do seu contrato de aluguel e a mudança para outra cidade, foi para a Praça XV por uns dias, pois já conhecia várias pessoas que moravam lá. Tinha também o interesse de auxiliar o MNPR-SC em suas demandas institucionais e depois viajar para trabalhar na campanha eleitoral de um candidato. Só que aquilo que era para ser uma ou duas semanas se alongou e no momento da nossa entrevista ele já estava em situação de rua por mais de 6 meses. Segundo ele, o tempo se estendeu por conta do seu interesse em auxiliar o movimento.

O oitavo participante é morador de Florianópolis desde os três anos e estava com 40 anos durante a entrevista. Foi adotado nos primeiros dias de vida por um casal que desejava ter dois filhos homens, mas que só tinha um. Logo após a adoção, a mãe adotiva engravidou novamente de outro menino e o participante disse ter crescido com a sensação de ser preterido por não ser um filho consanguíneo e ter características fenotípicas diferentes do restante da família. Com esforço

em não culpabilizar a mãe e nem a si mesmo, relata a ocorrência das coisas em busca de compreender os percursos que sua história de vida teve. O fato de ser “*duplicamente rejeitado*” p.08, ter sido abusado sexualmente por um tio e receber um tratamento diferenciado dos demais irmãos gerou um sentimento de revolta muito grande nele, ocasionando algumas dificuldades comportamentais na infância e adolescência que o fizeram buscar refúgio nas drogas.

Naquele período, o projeto de família tradicional já não era mais reconhecido por ele e levou certo tempo para que enxergasse na rua um novo formato do que hoje chama de família. Considera que depois de muito tempo transformado seu conflito interno em violência, mudou sua forma de ser no mundo ao conhecer o MNPR, com quem tem um grande envolvimento e acredita ter sido onde conseguiu encontrar acolhimento para sua carência de afeto e transformar sua agressividade em luta política.

*“É que o movimento é meu controlador. O movimento ele me regula... ele mantém um pouco o equilíbrio: dentro da criança, dentro do cara bravo e dentro de uma luta de direitos. É isso. Então é o movimento que me controla”. P.08.*

Entre os 13 participantes, somente uma pessoa é natural de Florianópolis. Todas as demais migraram em busca de melhores condições de vida por meio do trabalho. No entanto, acabam encontrando certa dificuldade em viabilizá-lo como são os casos das participantes 9 e 10, que ficaram em situação de rua por este motivo. O participante 11, por sua vez, não possui residência fixa em Florianópolis e migra por todo o país trabalhando como engraxate. Ele não relatou sua história de vida, mas é bastante efusivo em ressaltar que não pretende deixar a rua. Em suas palavras, “*é melhor ficar na rua*”.

Os participantes 4, 11, 12 e 13 não adentraram nos motivos que os levaram a ficar em situação de rua, embora durante suas entrevistas e outros momentos de conversa também tenha sido possível delinear a fragilidade de seus vínculos com as famílias. É notável como estes relatos acabam tratando mais de suas relações com as mães, com poucas menções aos pais, o que muito provavelmente esteja ligado ao fato de suas famílias terem a mãe como a figura central. Corroborando com os resultados de Fiorati et al. (2016), as histórias de vida dos participantes desta pesquisa mostram que a situação de rua foi também favorecida pelas circunstâncias de vida desses sujeitos, desde seu nascimento e com famílias inseridas há décadas em contextos sociais de vulnerabilidade.

Os traços temporais de suas permanências na rua criam também nuances diferentes na forma como se vinculam a ela e aos demais companheiros. Os resultados do estudo permitem constatar que quanto mais tempo as pessoas permanecem em situação de rua, maior a dificuldade delas em deixar o espaço. A hipótese que se levanta é que essa categoria fortalece e é fortalecida pelas demais gerando um senso de confluência que fortalece a identidade e gera um senso de pertencimento àquele lugar, como corrobora a fala do participante 08: *“É complicado, cara morou 17 anos e desconectar de todos. Não consegue desconectar. Não vai, ou não quer. Eu não quero desconectar. Agora, tem que bolar uma forma, um jeito melhor de estar conectado com a rua, tendo uma casa”*.

A discussão sobre como o tempo de permanência em um dado lugar influencia a incidência do apego ao lugar é abordada por Bailey et al. (2016), em um estudo que buscou compreender como as trajetórias de vida influenciavam no apego ao lugar e nas respostas favoráveis à mudança para outro local. As pessoas que viveram a maior parte ou toda sua vida na mesma cidade tenderam a tomar o lugar como definitivo devido à falta de experiências em lugares concorrentes. As trajetórias de vida captadas pelo estudo demonstraram um alto grau de imobilidade e enraizamento, com uma rede social local forte e a noção do espaço como refúgio.

Os relatos dos participantes também sugerem que mesmo a força magnética exercida por longos períodos na rua, um envolvimento temporal maior com o local não é impeditivo para que as pessoas saiam dela, mas ressaltam que se torna mais complicado abandonar os laços que foram construídos ali e buscar por outro modo de sobrevivência diferente daquele que foi sendo aperfeiçoado à medida que suas táticas e modos de uso foram aprimorados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender como se dá o apego ao lugar das pessoas em situação de rua com o Centro de Florianópolis. Para isso, propôs-se identificar de que modo essa população atende suas necessidades funcionais; descrever os vínculos dessa população em relação aos aspectos simbólicos e socioculturais do lugar e identificar como o tempo de permanência em situação de rua favorece na incidência desse comportamento.

A população em situação de rua se vincula com o Centro de Florianópolis de um modo particular, subvertendo a maneira como o espaço urbano *deveria* ser ocupado idealmente e criando novas formas de estar e permanecer nos ambientes desenhados para comportarem apenas passageiros. As evidências corroboram com os conceitos sobre a ocorrência do fenômeno de apego ao lugar (Felippe & Kuhnen, 2012) e denotam o grande conhecimento dos sujeitos sobre o local que habitam, a grande influência do lugar sobre os acontecimentos de suas vidas e suas identidades pessoal e grupal.

Entre as conclusões deste estudo está a confirmação da existência do apego ao lugar em pessoas em situação de rua e a identificação da interrelação entre suas dimensões, que fortalecem a incidência do fenômeno. No que podemos chamar de núcleo do apego ao lugar no contexto do estudo, quatro evidências foram incluídas em todas as categorias de análise e correspondem à escolha por morar em Florianópolis (e não em qualquer outra cidade do país); o senso de proteção percebido, o uso e a circunscrição nos mesmos trajetos.

O contato com o campo, intermediado pelo Instituto Arco-Íris e o MNPR-SC, envolveu uma aproximação fácil e cuidadosa com as pessoas em situação de rua. Os encontros aconteceram na Praça XV de Novembro e se estenderam por outros lugares do centro histórico da cidade. Destaca-se a receptividade e o cuidado que as pessoas em situação de rua sempre tiveram com a pesquisadora, que não só coletou dados por meio de entrevistas, mas participou da rotina da rua durante os seis meses em que esteve em campo. Rotina esta que envolvia o deslocamento para serviços de saúde e assistência, as reuniões do MNPR-SC, eventos políticos e culturais e se experienciou até mesmo a dificuldade de buscar por um banheiro durante o período de campo.

Os encontros sempre se iniciaram no coreto da Praça XV, que mobilizava os esforços de todos para mantê-lo em ordem. Lá era o local de referência para a pesquisadora e onde foram captadas muitas informações sobre os modos de interação pessoa-ambiente. Para isso,

utilizou-se os instrumentos da pesquisa etambém a vivência participante, que envolveu jogar xadrez com um entrevistado, testar uma bicicleta velha que seria vendida, emprestar os pés para o engraxate lustrar uma bota e acompanhar as histórias de vida de muitas pessoas que não foram inseridas aqui.

Já não é possível pensar nos vínculos que as pessoas em situação de rua estabelecem com o Centro sem levar em consideração como eles emergem na pesquisadora também. Embora se compreenda que a produção do conhecimento se dê a partir do rigor metodológico, também se entende aqui que seus resultados dizem respeito à coemergência do pesquisador com o campo, sem deixar este conhecimento isento de afetações.

Florianópolis é a cidade escolhida pelas pessoas em situação de rua não apenas por suas praias e belezas naturais, mas pela receptividade e acolhimento do seu povo. A região de concentração dessas pessoas é o campo do comércio popular e das edificações portuguesas e modernas, construídas numa época em que a arquitetura não se preocupava tanto com a exclusão e as marquises poderiam assumir desenhos largos e altos, que protegiam os passantes do sol e da chuva.

A existência de apego ao lugar no contexto das pessoas em situação de rua faz crer que este fenômeno sempre existirá e nem por isso se ignora a problemática social envolvida nele. Pensar em como a relação dessas pessoas com cidade e seus demais habitantes pode ocorrer de uma forma mais harmoniosa parece ser uma estratégia mais eficaz do que àquelas que buscam retirar as pessoas forçadamente dali. Pensando nisso, a Tabela 13 aponta algumas sugestões de ações envolvendo um olhar mais humanizado para a relação pessoa em situação de rua e ambiente.

**Tabela 13 Sugestões de ações para beneficiar cada dimensão do apego ao lugar**

Dimensão atendida	Proposta sugerida
Sugestões sobre apego funcional	Ampliação da infraestrutura e acesso aos serviços de atendimento à Pessoa em Situação de Rua (Albergues, banheiros).
Sugestões sobre apego simbólico	Envolvimento das pessoas em situação de rua na construção de projetos de ambientação e personalização dos lugares e nas regras de convivência; Atividades <i>in loco</i> que envolvam a comunidade com o objetivo de desenvolver

estratégias de humanização e valorização da vida da pessoa em situação de rua.

Sugestões sobre apego temporal	<p>Aprimoramento dos serviços para atender pessoas que estão entrando em situação de rua;</p> <p>Ampliação das estratégias de promoção de saúde e assistência que aconteçam no contexto de uso.</p>
--------------------------------	---

---

A sugestão que atende a dimensão funcional do apego ao lugar visa à ampliação da infraestrutura e acesso aos serviços de atendimento à Pessoa em Situação de Rua, como o albergue, banheiros públicos e o próprio Centro POP. A recorrência das queixas sobre o acesso aos serviços e sua estrutura foi bastante grande durante as entrevistas. Os locais que atendem essa população são, em grande medida, improvisados. O Centro POP, por exemplo, funciona de baixo de uma arquibancada da Passarela Nego Quirido e costuma fechar quando o espaço é usado para eventos. O banheiro público, por sua vez, mesmo próximo à praça não tem acesso livre e funciona em horários restritos. Dessa forma, é urgente a necessidade da construção de edificações mais apropriadas para os fins básicos.

Em relação ao apego simbólico, sugere-se a criação de estratégias que envolvam a população na construção dos projetos de ampliação e reforma da infraestrutura, *design* de usabilidade, personalização dos espaços e criação de regras de uso. De acordo com as experiências de Adams (2002) e Sommer (2002), o envolvimento colaborativo entre os usuários proporciona um aumento no senso de cuidado e apropriação, além de aumentar a identificação com os lugares. Trata-se de trazer para dentro dos projetos as pessoas que realmente serão impactadas e que costumam ser deixadas à margem deles.

Por último, em relação ao aspecto temporal, sugere-se o aprimoramento por parte do serviço de abordagem social e do consultório de rua num resgate eficiente às pessoas logo que fiquem em situação de rua. Isso porque, conforme apontado pelos resultados do estudo, a evolução do tempo de rua influencia na identificação das pessoas com esta situação.

Além disso, serviços que se articulem com a rede de atenção à saúde e atendam as pessoas no contexto da rua tem se mostrado mais efetivos para este público. Quando a saúde vai até elas, como ocorre por intermédio do consultório na rua e dos redutores de danos, há um senso

de acolhimento e cuidado mais amplo, segundo as pessoas entrevistadas. A sugestão visa o fortalecimento dos serviços existentes e a viabilização de outros tipos de atendimento que sigam esse modelo.

Essa pesquisa permitiu conhecer a rua e como se organizam as pessoas que nela vivem a partir de aspectos práticos e afetivos. Possibilitou a expansão do conhecimento sobre o tema e a reflexão sobre como as políticas públicas e a sociedade podem ser relacionadas com esse fenômeno de um modo mais humanizado. Nas páginas anteriores estão os resultados de uma tentativa de tradução para a linguagem da ciência daquilo que as pessoas em situação de rua vivem e tentam expressar todos os dias.

Espera-se que esta dissertação auxilie no aprofundamento sobre o tema, no progresso da ciência e na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas e estratégias que gerem benefícios integrais e cuidados ao público aqui contextualizado. Embora existam elementos que possam ser aperfeiçoados em relação ao método – que gerou certa dificuldade por conta do contexto e da extensão dos procedimentos, considera-se que resultados e avanços obtidos apoiam o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão. Ressalta-se o potencial do envolvimento da Psicologia Ambiental com as questões urbanas como as que envolvem as pessoas em situação de rua, por isso, novos estudos na área são sugeridos e incentivados.



## 8 REFERÊNCIAS

- Adams, G. (2002). Colaboração interdisciplinar e participação do usuário como metodologia projetual. In: *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. V. Del Rio, (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa / PROARQ. p.45-58
- Agier, M. (1998) Lugares e redes – as mediações da cultura urbana. In: *Além dos territórios*. A. M. N. & E. P. de Godoy (orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 1998: 41- 63.
- Altman, I., & Low, S. (eds.) (1992). *Place attachment*. New York: Plenum Press.
- Alves, V. S., & Lima, I. M. S. O. (2013). Atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas no Brasil: convergência entre a saúde pública e os direitos humanos. *Revista de Direito Sanitário*, 13(3), 9-32.
- Amarante, C., & Rossato, L. (2017). Transformações urbanas na cidade de Florianópolis (1989-2011). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, (29), 127-141.
- Andrade, L. P., Costa, S. L., & Marquetti, F. C. (2009). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre os moradores de rua na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. *Rev. Saúde e Sociedade*. 23(4), 1248- 1261.
- Anton, C. E., & Lawrence, C. (2014). Home is where the heart is: The effect of place of residence on place attachment and community participation. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 451-461.
- Anton, C. E., & Lawrence, C. (2016). The relationship between place attachment, the theory of planned behaviour and residents' response to place change. *Journal of Environmental Psychology*, 47, 145-154.
- Arantes, A. A. (2000). A guerra dos lugares. Mapeando zonas de turbulência. In: Antonio Arantes, Paisagens paulistanas. Transformações do espaço público. Campinas: editora da Unicamp.
- Araújo, P. V., & Pessoa, V. S., Fonseca, P. N., Albuquerque, J. A., & Almeida, A. C. (2016). Eu gosto da escola: um estudo sobre o apego ao ambiente escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20 (2), 377-384.
- Augé, M. (1994) *Não Lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus (p.43-107).
- Bailey, E., Devine-Wright, P., & Batel, S. (2016). Using a narrative approach to understand place attachments and responses to power

- line proposals: the importance of life-place trajectories. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 200-211.
- Baldwin, C., Smith, T., & Jacobson, C. (2017). Love of the land: Social-ecological connectivity of rural landholders. *Journal of rural studies*, 51, 37-52.
- Becker, H. S. (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais* (2a ed., M. Arieira, Trad.). São Paulo: Hucitec (Obra original publicada em 1986).
- Bertaux, D. (1999). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones* 29, marzo.
- Boğaç, C. (2009). Place attachment in a foreign settlement. *Journal of Environmental Psychology*, 29(2), 267-278.
- Bomfim, Z.A.C. (2008). Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: J. Q. Pinheiro, , &H. Günther, (Orgs.). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. (pp.254-280). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bomfim, Z.A.C. (2010). *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC.
- Bomfim, Z. A. C., Delabrida, Z. N. C., & Ferreira, K. P. M. (2018) Emoções e Afetividade Ambiental. in: S. Cavalcante, & G.Elali, (org). *Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonaiuto, M., Alves, S., De Dominicis, S., & Petruccelli, I. (2016). Place attachment and natural hazard risk: Research review and agenda. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 33-53.
- Bove, F. (2015). *População em Situação de Rua*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR.
- Bowlby, J. (1984). *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes. 423 p.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2014). *Saúde da População em Situação de Rua - Um direito humano*. Brasília.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Rua Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). Secretaria Nacional de Assistência Social. *Serviço especializado em Abordagem Social - SUAS e População em Situação de Rua*. Brasília: MDS.
- Brown, B., Perkins, D. D., & Brown, G. (2003). Place attachment in a revitalizing neighborhood: individual and block levels of analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 259–271.
- Buber, M. (1978). *Eu e Tu*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Carlos, A. F. A. (1994). *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da USP.
- Carmo, M. E. D., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3),
- Casakin, H., Hernández, B., & Ruiz, C. (2015). Place attachment and place identity in Israeli cities: The influence of city size. *Cities*, 42, 224-230.
- Casal, A., Aragonés, J. I., & Moser, G. (2010). Attachment forever: environmental and social dimensions, temporal perspective, and choice of one's last resting place. *Environment and behavior*, 42(6), 765-778.
- Certeau, M. (2008). *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer; 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Chawla, L. (1992). Childhood place attachments. In Altman I.; Low, S. *Place Attachment*, New York: Plenum.
- Chen, N. C., Dwyer, L., & Firth, T. (2018). Residents' place attachment and word-of-mouth behaviours: A tale of two cities. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 36, 1-11.
- Chen, N., & Dwyer, L. (2018). Residents' place satisfaction and place attachment on destination brand-building behaviors: conceptual and empirical differentiation. *Journal of Travel Research*, 57(8), 1026-1041.
- Clarke, D., Murphy, C., & Lorenzoni, I. (2018). Place attachment, disruption and transformative adaptation. *Journal of Environmental Psychology*, 55, 81-89.
- Cooper Marcus, C. (1992). Environmental memories. In Altman I; Low, S. *Place Attachment*, New York: Plenum.
- Coradine, L. (1995). *Praça XV Espaço e Sociabilidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. Coleção Teses. Volume V em Co-Edição com Franklin Cascaes.
- De Dominicis, S., Fornara, F., Cancellieri, U. G., Twigger-Ross, C., & Bonaiuto, M. (2015). We are at risk, and so what? Place

- attachment, environmental risk perceptions and preventive coping behaviours. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 66-78.
- Decreto nº 7.053 (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Devine-Wright, P. (2011). Place attachment and public acceptance of renewable energy: A tidal energy case study. *Journal of Environmental Psychology*, 31(4), 336-343.
- Devine-Wright, P. (2013). Think global, act local? The relevance of place attachments and place identities in a climate changed world. *Global Environmental Change*, 23(1), 61-69.
- Devine-Wright, P., & Batel, S. (2017). My neighbourhood, my country or my planet? The influence of multiple place attachments and climate change concern on social acceptance of energy infrastructure. *Global Environmental Change*, 47, 110-120.
- Devine-Wright, P., & Howes, Y. (2010). Disruption to place attachment and the protection of restorative environments: A wind energy case study. *Journal of environmental psychology*, 30(3), 271-280.
- Fantin, M. (2000). *Cidade Dividida*. Florianópolis: Futura. ISBN 8587757024.
- Felippe, M. L., dos Santos Raymundo, L., & Kuhnen, A. (2013). Investigando laços afetivos com a escola a partir de mapas ambientais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 1010-1038.
- Felippe, M. L., & Kuhnen, A. (2012). O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. *Estudos de Psicologia*, 29(4), 609-617.
- Fernandes, M. E. (2010). História de vida: dos desafios de sua utilização. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. VII, n.1, p.15-31.
- Ferraro, L. H. (2017). Entre terra e mar: aspectos morfológicos e patrimoniais do aterro da Baía Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado em 08 de março de 2019, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/183413>
- Fiorati, R. C., Carretta, R. Y. D., Kebbe, L. M., Cardoso, B. L., & Xavier, J. J. D. S. (2016). As rupturas sociais eo cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(spe).

- Frangella, S. M. (2009). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp.
- Fried, M. (1963). Grieving for a lost home. In L. J. Duhl (Ed.), *The urban condition: People and policy in the metropolis* (pp. 124–152). New York: Simon & Schuster.
- Fullilove, M. T. (1996). Psychiatric implications of displacement: contributions from the psychology of place. *American Journal of Psychiatry*, 153, 1516–1523.
- Gehl, J. (2015). *Cidades para as pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva. 262 p. ISBN 9788527309806.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (org). (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gieling, J., Haartsen, T., Vermeij, L., & Strijker, D. (2018). Out of love for the village? How general and selective forms of attachment to the village explain volunteering in Dutch community life. *Journal of Rural Studies*.
- Gil, A.C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas. Pp. 45-62.
- Giuliani, M. V. (1991) Towards an analysis of mental representations of attachment to the home. *Journal of Architectural and Planning Research*, 8 (1991), pp. 133-146
- Giuliani, M. (2004). O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In: E. T. Tassara, E. P. Rabinovich, , &M. Guedes. *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: EDUC.
- Giuliani, M. V. (2003). Theory of attachment and place attachment. In: M. Bonnes, T. Lee, &M. Bonaiuto(Eds.). *Psychological theories for environmental issues*. Aldershot: Ashgate.
- Gosling, E., & Williams, K. J. (2010). Connectedness to nature, place attachment and conservation behaviour: Testing connectedness theory among farmers. *Journal of Environmental Psychology*, 30(3), 298-304.
- Günther, H., Elali, G., & Pinheiro, J. (2004). *A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa- ambiente: características, definições e implicações*. Série: *Textos de Psicologia Ambiental*.
- Gustafson, P. (2001). Roots and routes: exploring the relationship between place attachment and mobility. *Environment and Behavior*, 33, 667–686.
- Hay, R. (1998). Sense of place in developmental context. *Journal of Environmental Psychology*, 18, 5–29.

- Halpenny, E. A. (2010). Pro-environmental behaviours and park visitors: The effect of place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 30(4), 409-421.
- Hannerz, U. (1997). Fluxos, Fronteiras, híbridos: Palavras-chave da antropologia transnacional. *MANA* 3(1): 7-39.
- Hernández, B., Martín, A. M., Ruiz, C., & del Carmen Hidalgo, M. (2010). The role of place identity and place attachment in breaking environmental protection laws. *Journal of Environmental Psychology*, 30(3), 281-288.
- Hidalgo, M. C., & Hernández, B. (2001). Place attachment: conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 273-281.
- Hinojosa, L., Lambin, E. F., Mzoughi, N., & Napoléone, C. (2016). Place attachment as a factor of mountain farming permanence: A survey in the French Southern Alps. *Ecological Economics*, 130, 308-315.
- Hosany, S., Prayag, G., Van Der Veen, R., Huang, S., & Deesilatham, S. (2017). Mediating effects of place attachment and satisfaction on the relationship between tourists' emotions and intention to recommend. *Journal of Travel Research*, 56(8), 1079-1093.
- ICom. (2017). Instituto Comunitário da Grande Florianópolis. *Diagnóstico social participativo da população em situação de rua na Grande Florianópolis*.
- Jacobs, J. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 510p.
- Kamalipour, H., Yeganeh, A. J., & Alalhesabi, M. (2012). Predictors of place attachment in urban residential environments: A residential complex case study. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 35, 459-467.
- Kasper, C. P. (2006). *Habitar a rua*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Klein, C. (2016). Experiências afetivas urbanas: a relação dos habitantes com sua praça central. 2016. 147 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2016 Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PPSI0694-D.pdf>.
- Kuhnen, A. (2009). Interações humano-ambientais e comportamentos socioespaciais. In: Kuhnen, A. , Cruz, R.M., & Takase, E. (org).

- Interações pessoa-ambiente e saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kyle, G. T., Graefe, A., & Manning, R. E. (2005). Testing the dimensionality of place attachment in recreational settings. *Environment and Behavior*, 37, 153-177.
- Langa, E.N.B. (2012) Pessoas que habitam as ruas em Fortaleza nos circuitos da vulnerabilidade e exclusão: identidades em construção nas trajetórias e percursos. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Le Goff, J. (1924). *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. (Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- Lee, J., Kyle, G., & Scott, D. (2012). The mediating effect of place attachment on the relationship between festival satisfaction and loyalty to the festival hosting destination. *Journal of Travel Research*, 51(6), 754-767.
- Lee, T. H., & Shen, Y. L. (2013). The influence of leisure involvement and place attachment on destination loyalty: Evidence from recreationists walking their dogs in urban parks. *Journal of Environmental Psychology*, 33, 76-85.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro. 145p
- Leite, R. P. (2007) *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. - 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS.
- Lewicka, M. (2010). What makes neighborhood different from home and city? Effects of place scale on place attachment. *Journal of environmental psychology*, 30(1), 35-51.
- Lewicka, M. (2011). Place attachment: How far have we come in the last 40 years?. *Journal of environmental psychology*, 31(3), 207-230.
- Lewicka, M. (2013). Localism and Activity as two dimensions of people-place bonding: The role of cultural capital. *Journal of Environmental Psychology*, 36, 43-53.
- Lima, E. M. F. A., & Yasui, S. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, 38(102), 593-606. <https://dx.doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>

- López-Mosquera, N., & Sánchez, M. (2013). Direct and indirect effects of received benefits and place attachment in willingness to pay and loyalty in suburban natural areas. *Journal of Environmental Psychology*, 34, 27-35.
- Low, S. M. (1992). Symbolic ties that bind: place attachment in the plaza, in *Place Attachment*, I. Altman and S. Low, Eds., pp. 165-185, Plenum Press, New York, NY, USA, 1992.
- Marcheschi, E., Laike, T., Brunt, D., Hansson, L., & Johansson, M. (2015). Quality of life and place attachment among people with severe mental illness. *Journal of Environmental Psychology*, 41, 145-154.
- Marcouyeux, A., & Fleury-Bahi, G. (2011). Place-identity in a school setting: Effects of the place image. *Environment and Behavior*, 43(3), 344-362.
- Massola, G. M., Svartman, B. P., Martins, A. B. M., Galeão-Silva, L. G., & Santos, A. O. (2016). Pré-Iniciação Científica em Psicologia: Contribuição para a Formação Científica no Ensino Médio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 558-570. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001262014>
- Melo, T. H. A. Z. (2011). *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Milligan, M. (1998). Interactional past and potential: The social construction of place attachment. *Symbolic Interaction*, 21, p. 1-33.
- Mishra, S., Mazumdar, S., & Suar, D. (2010). Place attachment and flood preparedness. *Journal of environmental psychology*, 30(2), 187-197.
- MNPR.(2010). Movimento Nacional da População de Rua. *Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para Lutar*.
- Moghisi, R., Mokhtari, S., & Heidari, A. A. (2015). Place Attachment in University Students. Case study: Shiraz University. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 170, 187-196.
- Moraes, S. T. (2014). *Uma luz na cidade: subsídio para estudos de requalificação urbana*. Florianópolis: Ed. UFSC.
- Morgan, P. (2010). Towards a developmental theory of place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 11-22.



- Morse, C., & Mudgett, J. (2017). Longing for landscape: Homesickness and place attachment among rural out-migrants in the 19th and 21st centuries. *Journal of rural studies*, 50, 95-103.
- Moore, R. L., & Graefe, A. R. (1994). Attachments to recreation settings. *Leisure Sciences*, 16, 17-31.
- Moulay, A., Ujang, N., Maulan, S., & Ismail, S. (2018). Understanding the process of parks' attachment: Interrelation between place attachment, behavioural tendencies, and the use of public place. *City, Culture and Society*, 14, 28-36.
- MPRJ. (n.d.) *Direitos da População em Situação de Rua*. Recuperado em 08 de março de 2019, de: <[http://www.mprj.mp.br/documents/20184/86589/direitos\\_da\\_populacao\\_em\\_situacao\\_de\\_Rua.pdf/](http://www.mprj.mp.br/documents/20184/86589/direitos_da_populacao_em_situacao_de_Rua.pdf/)>.
- Muñoz-Duque, L., & Arroyave, O. (2017). Percepción del riesgo y apego al lugar en población expuesta a inundación: un estudio comparativo. *Pensamiento Psicológico*, 15 (2), 79-92.
- Muñoz-Duque, Luz Adriana, & Arroyave, Orlando. (2017). Percepción del riesgo y apego al lugar en población expuesta a inundación: un estudio comparativo. *Pensamiento Psicológico*, 15(2), 79-92. <https://dx.doi.org/10.11144/Javerianacali.PPSII15-2.pral>
- Ng, C. (1998). Canada as a new place: the immigrant's experience. *Journal of Environmental Psychology*, 18, 55-67.
- Nielsen-Pincus, M., Hall, T., Force, J. E., & Wulfhorst, J. D. (2010). Sociodemographic effects on place bonding. *Journal of Environmental Psychology*, 30(4), 443-454.
- Oliven, R. G. (1988). *Urbanização e mudança social no Brasil*. 4 ed. Petropolis: Vozes. 136p.
- Peters, K., Stodolska, M., & Horolets, A. (2016). The role of natural environments in developing a sense of belonging: A comparative study of immigrants in the US, Poland, the Netherlands and Germany. *Urban forestry & urban greening*, 17, 63-70.
- Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In: O. H. Yamamoto; Gouveia, V. V. Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo. p.279-313.
- Poortinga, W., Calve, T., Jones, N., Lannon, S., Rees, T., Rodgers, S. E., ... & Johnson, R. (2017). Neighborhood quality and attachment: validation of the revised residential environment assessment tool. *Environment and behavior*, 49(3), 255-282.

- Portaria Nº 122 (2011, de 25 de janeiro): define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Diário Oficial da União.
- Qingjiu, S., & Maliki, N. Z. (2013). Place attachment and place identity: Undergraduate students' place bonding on campus. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 91, 632-639.
- Quadros, P. (2018). *Dissimulacro-Ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade*. *Media & Jornalismo*, Lisboa, Abril 2018.
- Quintão, P. R. (2012). *Morar na rua: há projeto possível?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP. 150 p.
- Ramkissoon, H., & Mavondo, F. T. (2015). The satisfaction–place attachment relationship: Potential mediators and moderators. *Journal of Business Research*, 68(12), 2593-2602.
- Ramkissoon, H., Smith, L. D. G., & Weiler, B. (2013). Testing the dimensionality of place attachment and its relationships with place satisfaction and pro-environmental behaviours: A structural equation modelling approach. *Tourism management*, 36, 552-566.
- Ratcliffe, E., & Korpela, K. M. (2016). Memory and place attachment as predictors of imagined restorative perceptions of favourite places. *Journal of Environmental Psychology*, 48, 120-130.
- Raymond, C. M., Brown, G., & Weber, D. (2010). The measurement of place attachment: Personal, community, and environmental connections. *Journal of environmental psychology*, 30(4), 422-434.
- Recife (Cidade). Secretaria de Assistência Social. Instituto de Assistência Social e Cidadania. *População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa*. Recife: IASC. Recuperado em 08 de março de 2019, de: : <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>.
- Relph, E. (1976). *Place and placelessness*. London: Pion Limited.
- Rioux, L., Scrima, F., & Werner, C. M. (2017). Space appropriation and place attachment: University students create places. *Journal of Environmental Psychology*, 50, 60-68.
- Rocha, A. L. C., & Eckert, C. (2003). *Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana*. *Rev. Iluminuras*, 4(7), 1984-1191.
- Rolnik, R. (2012). *O que é Cidade?* 4ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ruiz, C., & Hernandez, B. (2014). Emotions and coping strategies during an episode of volcanic activity and their relations to place attachment. *Journal of environmental psychology*, 38, 279-287.

- Sampieri, H., Fernández-Collado, C., & Baptista Lucio, P. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 624 p.
- Sanders, S., Bowie, S. L., & Bowie, Y. D. (2003). Lessons learned on forced relocation of older adults: the impact of hurricane Andrew on health, mental health, and social support of public housing residents. *Journal of Gerontological Social Work*, 40, 23–35.
- Santana, C. L. A., Rosa, A. D. S. (2016). *Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua: Conceitos e práticas para profissionais da assistência social*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo - SMDAS.
- Santos, M. (2002). O País distorcido. In: Ribeiro, W. C. (Org). São Paulo: Publifolha,
- Santos, M. (2001) Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal). Rio de Janeiro: Record.
- São Paulo (Cidade). Prefeitura Municipal. (2003). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003*. São Paulo: FIPE. Recuperado em 08 de março de 2019, de : [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/2003.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2003.pdf).
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of environmental psychology*, 30(1), 1-10.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). The relations between natural and civic place attachment and pro-environmental behavior. *Journal of environmental psychology*, 30(3), 289-297.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2013). Personally relevant climate change: The role of place attachment and local versus global message framing in engagement. *Environment and Behavior*, 45(1), 60-85.
- Scannell, L., & Gifford, R. (2017). Place attachment enhances psychological need satisfaction. *Environment and Behavior*, 49(4), 359-389.
- Scopelliti, M., & Tiberio, L. (2010). Homesickness in university students: The role of multiple place attachment. *Environment and behavior*, 42(3), 335-350.
- Seidmann, S., Di Iorio, J., Azzollini, S., & Rigueiral, G. (2015). Sociabilidades em los márgenes: prácticas y representaciones sociales de personas em situación de calle em la ciudad de Buenos aires. Facultad de psicología – UBA/Secretaría de Investigaciones/*Anuario de Investigaciones/Volumen XXII*.

- Sennet, R. (2001). *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record. 362p.
- Sennett, R., & Zola, E. (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 447 p.
- Speller, G. M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In L. Soczka (Ed.), *Contextos humanos e psicologia ambiental* (pp.133-167). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Shao, Y., & Liu, B. (2017). Place Attachment Assessment System in Contemporary Urbanism. *Procedia Engineering*, 198, 152-168.
- Sicari, A. A.(2018). *A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos*. 207 p. Dissertação de Mestrado.- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis.
- Simmel, G. (2005). As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. In: *Mana* 11(2): 577 – 597.
- Sommer, R. (2002). O desenvolvimento e a aplicação dos conceitos de espaço pessoal. In: V. Del Rio (Org.). *Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*.Rio de Janeiro: Contra Capa/PROARQ. p.19-29.
- Stefaniak, A., Bilewicz, M., & Lewicka, M. (2017). The merits of teaching local history: Increased place attachment enhances civic engagement and social trust. *Journal of Environmental Psychology*, 51, 217-225.
- Sullivan, D., & Young, I. F. (2018). Place attachment style as a predictor of responses to the environmental threat of water contamination. *Environment and Behavior*. <https://doi.org/10.1177/0013916518786766>
- Suntikul, W., & Jachna, T. (2016). The co-creation/place attachment nexus. *Tourism Management*, 52, 276-286.
- Thungsakul, N., & Nilsakul, D. (2018). Place attachment in an old commercial district: A case study in Ubon Ratchathani, Thailand. *Kasetsart Journal of Social Sciences*.
- Tsaur, S. H., Liang, Y. W., & Weng, S. C. (2014). Recreationist-environment fit and place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 40, 421-429.
- Tuan, Y-F. (1983). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL.
- Twigger-Ross, C. L., & Uzzell, D. L. (1996). Attachment and Identity as Related to Place and Perceived Climate. *Journal of Environmental Psychology*, 25, 207-218.

- Ujang, N. (2012). Place attachment and continuity of urban place identity. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 49, 156-167.
- Ujang, N., & Zakariya, K. (2015). Place Attachment and the Value of Place in the Life of the Users. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 168, 373-380.
- Von Wirth, T., Grêt-Regamey, A., Moser, C., & Stauffacher, M. (2016). Exploring the influence of perceived urban change on residents' place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 46, 67-82.
- Weng, Q. D., Wu, S., McElroy, J. C., & Chen, L. (2018). Place attachment, intent to relocate and intent to quit: The moderating role of occupational commitment. *Journal of Vocational Behavior*, 108, 78-91.
- Whittemore, R. & Knafl, K. (2005). The integrative review: update methodology. *Journal of Advanced Nursing*. 52(5), 546-553.
- Williams, D. R., & Stewart, S. I. (1998). Sense of place. *Journal of Forestry*, 98, 18-23.
- Wynveen, C. J., Kyle, G. T., & Sutton, S. G. (2012). Natural area visitors' place meaning and place attachment ascribed to a marine setting. *Journal of Environmental Psychology*, 32(4), 287-296.
- Xu, M., de Bakker, M., Strijker, D., & Wu, H. (2015). Effects of distance from home to campus on undergraduate place attachment and university experience in China. *Journal of Environmental Psychology*, 43, 95-104.
- Xu, Z., & Zhang, J. (2016). Antecedents and consequences of place attachment: A comparison of Chinese and Western urban tourists in Hangzhou, China. *Journal of Destination Marketing & Management*, 5(2), 86-96.
- Zenker, S., & Rütter, N. (2014). Is satisfaction the key? The role of citizen satisfaction, place attachment and place brand attitude on positive citizenship behavior. *Cities*, 38, 11-17.



## **9 APÊNDICES**

## 9.1 Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “O vínculo das pessoas em situação de rua com o Centro da cidade de Florianópolis”, que tem por objetivo compreender como as pessoas em situação de rua estabelecem vínculos com o Centro de Florianópolis, e faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Denise Silvestrin sob orientação da professora Dra. Ariane Kuhnen, vinculada ao Laboratório de Psicologia Ambiental (LAPAM) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta inv e segue a Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Com essa pesquisa, pretendemos contribuir para o desenvolvimento científico e recolher dados para a elaboração de futuras ações que possam contribuir para as políticas públicas e melhorar a qualidade de vida da população.

A sua **participação ocorrerá de forma voluntária** e por meio do consentimento à coletar informações. A pesquisa será realizada na rua e para evitar o constrangimento e manter o sigilo de suas respostas, você será convidado(a), dentro das possibilidades, a conversar em um local público em que não haja grandes movimentações de pessoas. Por se tratar de um tema que exige a reflexão das suas vivências é possível que ao longo da entrevista você possa sentir-se mobilizado(a) emocionalmente ou desconfortável. Por isso, você poderá interromper a pesquisa a qualquer momento, visando seu conforto e bem-estar, sem que haja a necessidade de apresentar quaisquer justificativas à pesquisadora.



Em relação às etapas da pesquisa, você fornecerá dados que serão registrados através de um mapa e de entrevistas, que serão registradas com um gravador. A pesquisadora também fará anotações durante a coleta de dados. Todas as etapas da pesquisa conterão suas respostas, **sem a identificação de autoria**. O tempo estimado de duração é de aproximadamente uma hora.

A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar instrumentos e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a pesquisa, se você perceber a mobilização de emoções negativas, a pesquisadora irá dar por encerrada a sua participação e a própria pesquisadora proverá acolhimento psicológico adequado pelo tempo que for necessário. Também, se for necessário, a pesquisadora encaminhará você ao Serviço de Atenção Psicológica da Universidade Federal de Santa Catarina (SAPSI/UFSC) para acompanhamento psicológico sem custo algum, e/ou aos serviços públicos do município de Florianópolis: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), Serviço Especializado em Abordagem Social e Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Com expressa autorização a sua participação consistirá em desenhar em um mapa os trajetos que você realizou e responder perguntas de um roteiro de entrevista e um questionário. **Toda e qualquer informação que possa lhe identificar serão mantidos em absoluto sigilo**. Quando da quebra do sigilo involuntário por pedido de ordem judicial ou legislativo ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente. A sua participação é **absolutamente voluntária e não remunerada** - a legislação brasileira não possibilita quaisquer parâmetros referentes à participação em pesquisas - contudo, todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (deslocamento, alimentação, etc) serão ressarcidos em dinheiro pela pesquisadora com verba de recurso próprio, conforme item II.21 da resolução 466/2012, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa aos participantes, respeitando assim o item II.7 da resolução 466/2012. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento **não implicará** em qualquer penalidade ou prejuízo.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, juntamente com os desenhos, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora responsável e sua orientanda. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e com o fim deste prazo, será descartado

adequadamente. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Os resultados também poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos de modo a garantir o sigilo das especificidades de cada participante, sendo divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao que é preconizado na Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

**Caso você aceite participar** solicitamos a permissão para que possamos utilizar o desenho, a entrevista e o questionário respondido por você, sendo que apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, uma delas ficando em posse do participante. Cada haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o registro da autorização será entregue em duas vias e respeitará as normas da Resolução nº 466/12.

Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LAPAM e/ou com a pesquisadora pelo fone: (48) 3721-8574 / ou via e-mail pelo: [denise.silvestrin@gmail.com](mailto:denise.silvestrin@gmail.com). Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 466/2012 e suas complementares.

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Ariane Kuhnen.

Pesquisador principal: Denise Silvestrin (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH:  
 Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador  
 Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, Trindade, 88040-400 –  
 Florianópolis

Email: cep.propesq@contato.ufsc.br

Telefone: 55 48 3721-6094

Eu, Sr(a)....., considero-me informado(a) sobre a pesquisa **“O vínculo das pessoas em situação de rua com o Centro da cidade de Florianópolis”**, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma gráfica e oral, registrada com desenhos, gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações por terceiros, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a Denise Silvestrin, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professoras Dra. Ariane Kuhnen, pesquisadoras responsáveis da investigação. Também confirmo que assinei e rubriquei as duas vias deste documento, ficando uma cópia sob minha posse e outra sob posse da pesquisadora.

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Assinatura do Participante

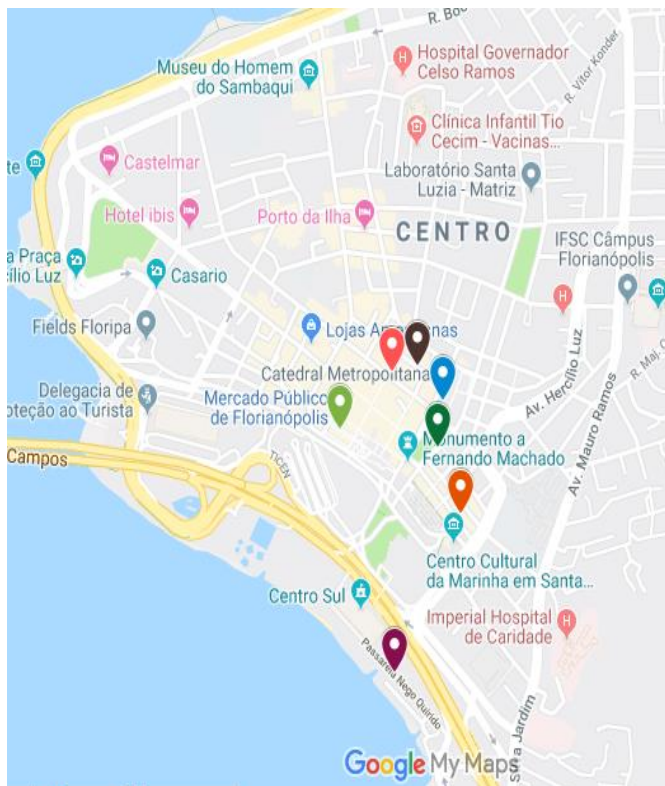
---

Assinatura da Pesquisadora

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe como prefere que entremos em contato para uma devolutiva:

---

## 9.2 Apêndice B – Instrumento Centrado no Ambiente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL

Código do Participante: \_\_\_\_\_

**Instruções para etapa 01:**

**Instrução para ser dada ao participante:** Olhe para o mapa do Centro da Cidade de Florianópolis buscando os pontos que você costuma frequentar e siga as instruções da pesquisadora.

**Instrução para ser seguida pela pesquisadora:** Quando perceber que o participante está conseguindo se localizar no mapa, come fornecer a primeira instrução. Dê cada uma das instruções somente quando perceber que a etapa anterior foi concluída.

(Utilize os espaços em branco para registrar informações que considerar relevante. Ao término desta etapa, una esta folha ao mapa usado como instrumento).

### **Instruções aos participantes durante a etapa 01:**

1. Indique no mapa os pontos da cidade com os quais você possui vínculo. (explicar ao participante o que é vínculo).
2. Indique no mapa os lugares que costuma escolher para dormir.
3. Indique no mapa os percursos que você costuma percorrer mais frequentemente.

Perguntas para elaboração da ação anterior:

1. O que foi representado no mapa?
2. Como você acha que a cidade poderia ser mais acolhedora com as pessoas em situação de rua?

## 9.3 Apêndice C – Questionário Sociodemográfico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA AMBIENTAL

Código do Participante: \_\_\_\_\_

**Dados gerais:**

Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo você vive em Florianópolis? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo está em situação de rua? \_\_\_\_\_

**Se você pudesse, deixaria de morar na rua?**

Sim

Não

**Você se considera?**

Branco(a)

Negro(a)

Pardo(a)

Amarelo(a)  Indígena

**Como você se identifica?**

Homem

Mulher

Sem gênero

Prefiro não me identificar

Outro \_\_\_\_\_

**Grau de escolarização:**

Ensino fundamental incompleto  Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto  Ensino médio completo

Ensino superior incompleto  Ensino superior completo

- Pós-graduação
- Não alfabetizada

**Vínculos**

Possui algum vínculo familiar?

- Não
- Sim
- Filhos  Mãe
- Outros

Possui algum vínculo afetivo?

- Não
- Sim
- Amigos
- Profissionais de algum serviço que você acesse
- Companheira(o)  Outros





## 10 ANEXOS

## 10.1 Anexo A – Imagem do Parecer do Comitê de Ética para Pesquisas com Seres Humanos



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Vínculo das Pessoas em Situação de Rua com o Centro de Florianópolis

**Pesquisador:** Ariane Kuhnen

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 83745618.0.0000.0121

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.697.344

#### Apresentação do Projeto:

Dissertação de mestrado de DENISE SILVESTREIN sob orientação de Ariane Kuhnen, do programa de pós-graduação em Psicologia. Estudo prospectivo, com 12 participantes. Critérios de inclusão: ser maior de 18 anos e ser considerado uma pessoa em situação de rua. Critérios de exclusão: presença de alguma incapacidade que impossibilite na participação das etapas da pesquisa. Intervenções: entrevistas semiestruturadas, gravações de imagem e áudio, observações, questionários e desenhos. A escolha dos participantes se dará por conveniência e de forma intencional, sendo a amostra composta por procedimento não-probabilístico, utilizando-se a técnica da Bola de Neve (Snowball), caracterizada pela identificação de um ou mais participantes de acordo com os critérios de inclusão e a consequente indicação por parte destes de outros com o perfil de interesse do estudo. A estratégia é utilizada repetidamente até que o número de participantes almejados seja alcançado.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Geral:**

Compreender como as pessoas em situação de rua estabelecem vínculos com o Centro da cidade de Florianópolis.

**Objetivos Específicos:**

\* Identificar os vínculos que as pessoas estabelecem em função das suas necessidades de sobrevivência/funcionais;

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Viktor Lima, nº 222, sala 401  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANÓPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propos@contato.ufsc.br